

# **JOVENS EM PROCESSO DE DESENGAJAMENTO DAS REDES DE TRÁFICO DE DROGAS**

**ANÁLISE DE UM PROJETO DESENVOLVIDO PELA ORGANIZAÇÃO LUTA PELA PAZ**

**JUNHO DE 2013 A DEZEMBRO DE 2015**

**FAVELAS DA MARÉ – RIO DE JANEIRO**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA**

**Coordenação:**

Silvia Ramos e Pablo Nunes

**CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA – CESEC**

**UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES**

**RIO DE JANEIRO, ABRIL DE 2016**



**FORD  
FOUNDATION**

**JOVENS EM PROCESSO DE DESENGAJAMENTO DAS REDES DE TRÁFICO DE DROGAS**  
**RELATÓRIO PRELIMINAR DE AVALIAÇÃO EXTERNA**

**ÍNDICE**

<b>1. Introdução</b>	<b>3</b>
<b>2. O Projeto Especial e o Luta pela Paz – Um encontro marcado com jovens em violência armada uma década depois</b>	<b>6</b>
<b>3. Avaliação externa: acompanhamento e sistematização de uma experiência</b>	<b>11</b>
<b>4. Contexto: o Rio de Janeiro, a Maré, as facções do crime e a expectativa da chegada da UPP</b>	<b>18</b>
<b>5. O desengajamento de jovens no crime: carreira criminal, desvio e deriva. O que diz a literatura internacional e a escassez de dados nacionais</b>	<b>26</b>
<b>6. Perfil dos Jovens do Projeto: imersão em experiências de violência, histórico de entra-e-sai e deriva</b>	<b>30</b>
<b>7. Trajetórias e Histórias de vida</b>	<b>43</b>
<b>8. Discussão de Resultados: descrição dos elementos básicos do projeto, indicadores de desempenho e resultados finais. Fluxo</b>	<b>73</b>
<b>9. Conclusões e recomendações</b>	<b>91</b>
<b>10. Referências bibliográficas</b>	<b>95</b>

# 1. Introdução

Os jovens cujas trajetórias acompanhamos no contexto do Projeto Especial da organização Luta Pela Paz são oriundos de um tipo de engajamento em redes de crime muito específico à realidade da cidade do Rio de Janeiro: as redes de venda de drogas organizadas em facções criminais que se impõem por meio de armas e do controle de territórios em favelas da cidade. Apesar da longa existência dessa modalidade específica carioca de criminalidade, que é altamente violenta e letal – e que já perdura por mais de 30 anos, tendo se iniciado na década de 1980 – há poucos registros de experiências sistemáticas focalizadas em apoiar jovens que já ingressaram no tráfico e desejam construir alternativas sustentáveis fora dessas redes<sup>1</sup>. Como veremos no capítulo sobre a Maré e o contexto do tráfico e a polícia no Rio, isto explica ao menos em parte o círculo vicioso do qual o Rio de Janeiro tem tido dificuldade de sair, mesmo sete anos após as experiências de políticas de ocupação permanente por parte da polícia em favelas cariocas, com as UPPs, as Unidades de Polícia de Pacificação.

Para avaliar a experiência que iremos relatar, acompanhamos os jovens do Projeto Especial – e o próprio Projeto – durante dois anos e meio. Colhemos dados quantitativos (aplicação de questionários sobre a vida de cada jovem, questionários de auto-avaliação ao longo das atividades) que formaram extensos bancos de dados, fizemos observações de campo (aproximadamente 275 horas em campo) e conversamos sistematicamente com assistentes sociais, psicólogos e mentores. Fizemos grupos focais com os participantes e, separadamente, com os mentores, entrevistamos todos os técnicos e a coordenação, acompanhamos a viagem dos jovens e da equipe da Luta Pela Paz a um sítio onde passaram todos juntos – jovens oriundos de diferentes facções – um fim de semana. Finalmente, fizemos entrevistas longas com 13 jovens, convidando-os a falar livremente sobre suas vidas. Raramente em nossa experiência como analistas e avaliadores de programas e projetos tivemos acesso tão livre, franqueado e aberto à vida interna de uma organização e ao funcionamento das ações em seus detalhes, no instante em que elas se desenvolviam. Este é um fator diferencial dessa experiência e do presente relatório: a avaliação reflete uma iniciativa em curso, no momento de sua criação, muito diferente de avaliações realizadas para verificar eficiência, eficácia e efetividade de práticas consolidadas. Em outras palavras, o Projeto foi observado não apenas na sua solidez e constância, mas nos seus impasses, hesitações e crises; e nas soluções encontradas para resolver os desafios que surgiam a cada momento.

O Rio de Janeiro experimenta, desde dezembro de 2008, políticas de segurança e de redução da violência, por meio da implantação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em favelas cariocas. O principal objetivo das UPPs é a retomada dos territórios anteriormente dominados por grupos armados. Chama a atenção o fato de que apesar do desarmamento dos indivíduos que compunham as redes de venda de drogas no varejo ser o objetivo principal das políticas de segurança, não tenha sido planejada, até o momento, nenhuma política, programa ou mesmo

---

<sup>1</sup> Há centenas de experiências de prevenção primária e secundária na cidade. Mas em relação aos jovens que pertencem às redes de crime, conhece-se uma iniciativa de busca de emprego para egressos penitenciários. Também há ONGs que atuam em unidades de internação de menores e dentro de presídios enquanto os jovens encontram-se sob custódia. Pode ser que existam grupos religiosos ou ONGs em favelas que ajudam em caráter local jovens a encontrarem alternativas quando abandonam o tráfico. Mas não houve até o momento nenhuma experiência que tenha sido objeto de avaliação ou análise. Este constitui o primeiro relatório de uma experiência desse tipo na cidade do Rio de Janeiro.

ação isolada voltada para a reintegração dos jovens que faziam parte dos grupos armados. Diferente de experiências em países do continente africano baseadas nas políticas de DDR – Disarmament, Demobilization and Reintegration<sup>2</sup>, ou de programas como Paz y Reconciliación (Medelín), ou o Programa de Atención al Proceso de Desmovilización e Reintegración em Bogotá DC (PAPDRB)<sup>3</sup> e outros, como os desenvolvidos no Haiti, o Rio não experimentou qualquer processo de atenção aos jovens egressos do tráfico por parte de políticas públicas.

Um aspecto distintivo do contexto do Projeto foi o ambiente de instabilidade e sucessivas crises de segurança que afetaram as favelas da Maré ao longo dos anos em que o programa se desenvolveu. O projeto foi desenhado para acontecer no espaço aberto pela esperada ocupação policial com a instalação de uma UPP, prevista para 2013. Isto não ocorreu e, pelo contrário, como veremos no capítulo sobre o contexto da Maré, em agosto daquele ano uma operação violenta do BOPE, em meio às jornadas de julho, provocou a morte de dez pessoas numa única noite. Em vez de UPP, a Maré recebeu forças de ocupação que buscavam vingança pela morte de um sargento. No ano seguinte, ano da Copa do Mundo, as favelas da Maré foram ocupadas por tropas das Formas Armadas, que lá permaneceram 15 meses. Durante a ocupação diversas crises ocorreram, entre elas a ameaça de invasão de uma parte das favelas da Maré por grupos de traficantes de um outro Complexo de favelas, o Complexo do Caju, em setembro de 2014.

Como veremos, o projeto foi duramente testado diante dessas crises e se manteve íntegro e em funcionamento, tendo sido capaz de isolar a leva de participantes que abandonou o programa e manter as trajetórias dos demais jovens que seguiram adiante, mesmo aqueles oriundos da mesma facção que se sentia ameaçada naquele momento. O contexto de instabilidade e diversidade em termos de segurança e guerras de facções no território durante os 30 meses de avaliação acabou por produzir resultados não previsto, pois um projeto concebido para existir no momento ótimo da entrada da ocupação policial e fragilização dos grupos armados, mostrou-se adequado e potente para operar em territórios sob situações muito distintas, o que de fato é mais representativo do dia a dia das favelas cariocas.

Os jovens acompanhados no projeto, como descrito em detalhes no capítulo sobre Perfil, se assemelham em grande medida aos jovens engajados nas redes de drogas das centenas de favelas do Rio e das cidades da Região Metropolitana. São jovens, majoritariamente negros e pardos, abandonaram a escola cedo e possuem baixíssima escolaridade. Saíram da escola e não se abrigaram em nenhum projeto social ou instituição e assim ficaram sem proteção ou supervisão institucional desde um ponto precoce da infância ou adolescência. A maioria é “cria da Maré”, tendo nascido e vivido naquele território desde sempre, com pouca instabilidade residencial. São oriundos de famílias pobres em termos de renda, mas heterogêneas em termos de arranjo, e não necessariamente “desestruturadas”, pois quase todos foram criados por pai e mãe ou pela mãe. Muitos já tiveram experiências de emprego fora da rede de drogas e alguns já abandonaram o tráfico pelo menos uma vez antes de ingressar no Projeto Especial, alguns deles tendo saído e voltado diversas vezes.

---

<sup>2</sup> Para uma descrição da filosofia de programas DDR ver <http://www.un.org/en/peacekeeping/issues/ddr.shtml>

<sup>3</sup> Para uma referência ao Programa de Bogotá, veja <http://prezi.com/kw-aerny-5sa/papdrb-completo-2012/>

Quando olhamos as experiências de violência ficamos impactados como esses jovens foram fundo nas carreiras criminais: muitos começaram cedo no tráfico, alguns começaram muito cedo. Mais da metade está no tráfico há mais de sete anos e 34% há mais de dez anos. Eram vapores e soldados, mas diversos foram gerentes, gerentes gerais e chefes. Em resumo, são jovens que ingressaram em carreiras criminais muitas vezes precoces e prolongadas, com trajetórias de persistência ou intermitência no crime, no estilo zigzague ou entra e sai. Diante desse quando, nenhuma ingenuidade é permitida: não se trata de oferecer uma chance ou dar uma oportunidade. Trata-se de iniciar um processo de desengajamento que seja sustentado a longo prazo e opere concomitantemente a criação de alternativas realistas de sobrevivência e a construção de novos repertórios identitários e de inserção em outras redes de sociabilidade, sem sair do território. Em resumo, um processo distante das perspectivas salvacionistas que supõem a conversão súbita do dentro para o fora, do mal para o bem.

Como fazer isto? É o que veremos nas próximas páginas. O Projeto Especial criou uma metodologia de apoio integral ao desenvolvimento de mudanças biográficas, prevendo suporte financeiro, contrapartida de estudo e trabalho e tempo definido de saída. Enquanto isso o jovem e sua família recebem cesta básica, apoio na área de assistência social, psicologia, acompanhamento jurídico e plano de carreira profissional, com treinamento para entrevistas, regularização da documentação e busca de colocação no mercado. Apoio de professoras e obrigação de acompanhar aulas para concluir seu grau de escolaridade. E finalmente, um mentor acompanhou cada jovem em caráter integral, incluindo noites e fins de semana, do momento de entrada até o final, 18 meses depois.

Neste relatório, na condição de observadores externos, vamos descrever, analisar e sugerir interpretações sobre o que aconteceu nesses dois anos e meio em que jovens ingressaram no Projeto Especial: é o que chamamos de sistematização de uma experiência.

Nós do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania fizemos diversas pesquisas e escrevemos textos sobre as características dos jovens engajados nas gangues de traficantes nas favelas cariocas e sobre as condições muito particulares e únicas de um tipo de criminalidade que se desenvolveu nos últimos 30 anos na cidade. Servimos como avaliadores externos e sistematizamos projetos. Mas nada se assemelha ao acompanhamento próximo, individual e pessoal, durante dois anos e meio, de sujeitos que num determinado momento declararam o desejo de se afastar das redes de tráfico de drogas. O desenvolvimento do Projeto Especial foi uma surpresa a cada passo e as trajetórias de muitos jovens foram inesperadas, algumas vezes marcadas pela realização, outras por sobressaltos ou frustrações. Em diversas ocasiões os sustos foram seguidos de alívios, mas em outros momentos, poucos, porém marcantes, a tragédia se impôs. É dessa matéria humana que trata esse relatório. Percursos à deriva em processos de revisão de rumos, mudanças de estilos de vida e construção de scripts futuros. Daqui para frente nós vamos acompanhá-los.

## **2. O Projeto Especial e o Luta pela Paz – Um encontro marcado com jovens em violência armada uma década depois**

**Missão e foco.** A organização Luta Pela Paz está instalada na Maré desde 2000. Seu foco é apoiar jovens de comunidades afetadas pela criminalidade e violência, seja criando oportunidades ou apoiando-os a acessarem as oportunidades já existentes. Baseada na ideia de que é o desenvolvimento pessoal dos jovens que gera impactos, a organização concebeu e desenvolveu uma metodologia matricial denominada “Cinco Pilares”: Box e Artes Marciais; Educação; Empregabilidade; Serviços de Apoio aos Jovens e Liderança Juvenil. A partir desses pilares, foram desenvolvidos valores: Abraço (não julgar, respeitar e acreditar em uma sociedade sem exclusão; todos são bem-vindos à Luta pela Paz; Campeão (vencer em tudo que se faz, ir às batalhas com pragmatismo e preparo), Solidariedade (trabalhar com senso de unidade e família); Inspirador (realizar potenciais, desenvolver jovens, atletas, equipe: crescer juntos); Destemido (trabalhar em qualquer lugar onde haja necessidades).

Atualmente a ONG atende milhares de crianças e adolescentes possuindo academias no Rio de Janeiro e em Londres e tendo presença em 25 países através da Rede Global de organizações parceiras. Na Maré seu alcance foi crescendo e atualmente atinge aproximadamente dois mil jovens por ano a partir de sua sede na Nova Holanda e nos polos das comunidades Baixa do Sapateiro e Marcílio Dias.

Na Maré, LPP atende diretamente crianças e adolescentes (e indiretamente suas famílias) por meio de diferentes projetos, entre eles Novos Caminhos (ajuda os jovens que estão afastados da escola ou desempregados a se reaproximarem da educação, abre possibilidades de emprego, qualificação, oferece cursos de educação formal, aulas de desenvolvimento pessoal, mentoria individual, treinamento para o mercado de trabalho e suporte visando a progressão de carreira) e Atletas da Paz (oferece aulas de boxe e artes marciais do nível iniciante até a formação de atletas de elite, sendo que os jovens também participam das aulas de desenvolvimento pessoal). São projetos, portanto, predominantemente dedicados aos tipos de prevenção primária e secundária.

Nos últimos anos, além da forte ampliação do trabalho local no Rio de Janeiro e em Londres, a organização tem se dedicado a treinar outras ONGs no Brasil e no mundo, formando redes e se especializando em replicar metodologias.

**Tradição de avaliação externa.** Uma característica distintiva da LPP – e pouco usual entre as ONGs brasileiras que atuam com jovens de periferia – é a frequente contratação de avaliações externas e independentes e a parceria com grupos universitários de pesquisas para sistematização de suas experiências. Entre as avaliações e textos analíticos sobre a ONG estão as realizadas pelo CLAVES/FIOCRUZ em 2006, a avaliação de impacto do projeto Maré United produzida por Conor Foley em 2014 e as várias análises e avaliações produzidas pelo Centre for Social Change and Justice, School of Social Sciences, da University of East London, coordenadas pela professora Alice Sampson (veja documentos produzidos em 2009, 2012, 2013 e 2015 disponíveis no site da instituição). Além de análises institucionais globais e de avaliações de programas específicos, artigos acadêmicos significativos foram publicados, sendo o mais recente no British Journal of

Criminology, em fevereiro de 2016, intitulado *How young people peacefully challenge community norms embedded with violence in a Brazilian favela*, assinado por Sampson e Maria Rita Villela.

**Um encontro marcado.** O projeto que vamos analisar a seguir, denominado Projeto Especial, tem um conjunto de características particulares em relação aos outros projetos da LPP. Uma delas é tratar-se de um programa piloto. Além de “atender” jovens, o projeto em questão procura simultaneamente testar uma metodologia que possa ser replicada e inspirar outras organizações e especialmente provocar e estimular políticas públicas. A segunda característica particular é que o público do projeto é formado por jovens que tendo ingressado nas redes de tráfico de drogas, desejam apoio para sair e construir alternativas sustentáveis fora das gangues. Em resumo, comparativamente ao foco central dos demais projetos que LPP desenvolve nos últimos anos, podemos dizer que este se dedica centralmente à prevenção terciária.

É óbvio que instalada na Maré, atendendo crianças e adolescentes de distintas comunidades, sob domínio de diferentes facções do tráfico e acompanhando a vida e o desenvolvimento de gerações de jovens (os primeiros jovens ligados à Luta hoje têm mais de 30 anos), a organização tem mantido contatos e experiências constantes com jovens diretamente envolvidos nas gangues locais de tráfico. Portanto não é esta a novidade do Projeto Especial, mas sim a decisão da ONG, num determinado momento, em investir no segmento mais difícil, avesso e estigmatizado entre os jovens. O Projeto tem por objetivo apoiar os processos de afastamento de traficantes das gangues locais, o que poucas organizações sociais atuando em favelas do Rio tem tido preocupação, possibilidade ou coragem de tentar.

No texto apresentado aos apoiadores, menciona-se: “(...) *Having been present for twelve years in the Complexo da Mare, and following extensive outreach and bridge building contact in 2012, FFP has now developed trust with and access to the most entrenched traffickers*”. Também comenta-se que “(...) *the most entrenched and hardcore traffickers are the most challenging to access and successfully support out of the drug trade.*”.

Neste ponto resta um aspecto a ser mencionado para analisarmos o contexto da criação do Projeto Especial no âmbito da organização Luta Pela Paz. Em 2003 foi publicado no Rio de Janeiro um livro que em pouco tempo se tornaria não só uma referência no campo da sociologia da violência no Brasil, mas uma fonte única e obrigatória<sup>4</sup> sobre jovens envolvidos nas redes de drogas das favelas cariocas: *Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*, assinado por Luke Dowdney, um jovem britânico que, por meio de seu trabalho na ONG Viva Rio, fez etnografia em 2001 e 2002 nas bocas de fumo em três favelas e descreveu, analisou e discutiu a realidade que acessou. O estudo pioneiro foi seguido de um *Neither War Nor Peace*. O que vale mencionar é que *Crianças do tráfico* foi um estudo pioneiro contribuiu para tornar seu autor uma referência legitimada no meio de pesquisadores e de ONGs.

---

<sup>4</sup> Na ocasião, além dos trabalhos de Alba Zaluar e as contribuições conceituais de Michel Misse e do texto clássico de Elizabeth Leeds, a única etnografia consistente publicada sobre o tráfico na cidade era a de Rafael Barbosa: *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas do Rio de Janeiro*, editada em 1998. Trabalhos como *Falcão, meninos do tráfico*, de MV Bill e Celso Athayde só seriam publicados alguns anos depois, em 2006.

Por isso o percurso de criação da organização Luta Pela Paz está intimamente ligado à história desse estudo<sup>5</sup>.

Sugerimos, para arriscar uma análise de percurso da própria organização LPP, que o Projeto Especial é uma espécie de encontro marcado, um acerto de contas, um ajuste biográfico entre o momento de criação da organização em 2000 e o que se passou ao longo de mais de uma década. Na relação entre LPP e Projeto Especial o mais importante não é a escala (a entidade atende dois mil por ano e o Projeto Especial acompanha um punhado de jovens), ou o valor do financiamento, ou tamanho da equipe e nem mesmo a visibilidade que o projeto poderia produzir para a ONG. Talvez o ponto mais interessante a acompanhar nessas relações seja a retomada do protagonismo da LPP, no Rio de Janeiro, sobre os “meninos do tráfico”. Dessa forma, a entidade teria um “destino” em assumir responsabilidades importantes sobre os jovens engajados em violência armada – esses sobre quem tanto se fala e pouco se faz na cidade – quando se encontra experiente e fortalecida.

**Elementos estruturantes: planejamento e entrega.** O Projeto Especial foi concebido com os seguintes recursos e dispositivos previstos para ocorrerem pelo período de 18 meses

- Recrutamento, identificação do perfil e estabelecimento de um contrato assinado entre o candidato a ser apoiado e a organização LPP.
- Bolsa no valor de aproximadamente um salário mínimo pelo período inicial de três meses, enquanto o jovem se prepara para ingressar no mercado de trabalho formal, com a condição de participação em atividades do projeto em tempo integral durante esse período.
- Apoio para a regularização de documentação, busca de emprego, treinamento para entrevistas e plano de carreira profissional.
- Bolsa de estudos no valor de aproximadamente meio salário durante os cursos supletivos (educação formal) do primeiro e segundo graus, oferecidos pelo próprio Luta Pela Paz. As aulas estão previstas para ocorrer à noite, supõe-se que nesse período os jovens estarão trabalhando em tempo integral durante o dia.
- Cesta de alimentos entregue à família mensalmente.
- Apoio oferecido por equipe de assistentes sociais e psicólogos. Assistentes sociais fazem visitas domiciliares regulares às famílias e a psicóloga, além de fazer e encaminhar atendimentos individuais. Além destes, foi mantida uma atividade grupal regular denominada Traçando Caminhos.
- Atividades extracurriculares e lúdicas como passeios, visitas e viagens e especialmente oferta de um ambiente de grupo propiciado pelo projeto (*peer group* - relação entre pares).
- Indicação de um(a) mentor(a) que acompanhará o jovem do início ao fim do projeto mantendo contatos em caráter individual e pessoal e em horário integral (dentro e fora das atividades coletivas, incluindo noites e fins de semana). Inicialmente os mentores foram escolhidos entre

---

<sup>5</sup> Não por acaso, Rubem Cesar Fernandes, criador do Viva Rio, na orelha do *Meninos do tráfico* afirma que “(Luke) conseguiu uma coisa rara, sonho de todos nós, que é fazer e pensar ao mesmo tempo, experimentar um projeto inovador e produzir conhecimento, cada um ao seu modo”



os profissionais experientes da LPP, incluindo duas profissionais do sexo feminino. Após alguns meses foram substituídos por três jovens moradores da Maré (professores ou outros profissionais com nível universitário) e um profissional experiente da organização, todos do sexo masculino. Os mentores representam importante base conceitual do programa, pois preveem um acompanhamento tipo “um a um”.

Cada uma dessas áreas do projeto será descrita, analisada e avaliada separadamente no capítulo sobre Resultados. Uma observação geral sobre o conjunto das ações previstas quando o projeto foi escrito e as ações efetivamente entregues durante os dois anos e meio é que todos os recursos e dispositivos, sem exceção, foram oferecidos e desenvolvidos. Esse aspecto é notável, considerando a tradição de planejamento e desenvolvimento de programas com jovens de favelas – muitas vezes as dificuldades não são previstas no momento da elaboração do projeto e inúmeras atividades prometidas não são realizadas – e considerando o ambiente de tensão e crises de segurança que envolveu especificamente o Projeto Especial (veja o próximo capítulo).

Como veremos na avaliação de conteúdo, algumas áreas foram menos bem-sucedidas do que outras, por exemplo, a previsão de oferta de educação formal (não foi concluída com entrega de diplomas), mas as aulas e cursos foram efetivamente oferecidos nas sedes da LPP todo o tempo em que estivemos acompanhando o projeto. O mesmo ocorreu nas demais frentes. Por exemplo, atividades extracurriculares foram uma demanda constante dos jovens, que se queixavam que gostariam de fazer mais viagens e passeios, mas as ações foram oferecidas e puderam ser testadas no modelo. É surpreendente, extremamente positivo e incomum que todas as frentes previstas foram entregues e testadas.

**Conselho Consultivo.** O Projeto Especial previa um Conselho Consultivo que deveria ser composto por membros da Defensoria Pública, ONGs, Parlamento, Universidades e órgãos de Justiça Criminal, incluindo o Judiciário e o Executivo (Secretaria de Segurança e Polícias). O Conselho não foi constituído definitivamente, a despeito de ter havido tentativas e três encontros efetivos. Nossa avaliação indica que pode ter havido dificuldades não só práticas como metodológicas e conceituais na formação do Conselho. Alguns atores foram chamados no primeiro encontro, mas não compareceram aos encontros subsequentes, houve sucessivas faltas de parceiros que diziam estar no Conselho, mas não apareciam nas reuniões etc. Ou seja, houve dificuldades naturais, inerentes à formação e manutenção desse tipo de instância combinadas com empenho e energia menores do que o necessário para superá-las. A importância de um Conselho ficou constatada quando uma reunião em caráter de consulta emergencial foi convocada e parceiros importantes da LPP se reuniram em agosto de 2015, momento em que o projeto estava quase se encerrando. Na ocasião a organização fazia uma consulta sobre a adequação, ou não, de divulgar a existência do projeto na grande mídia, num período em que a Secretaria de Segurança parecia prestes a anunciar a aguardada entrada da UPP da Maré, após a saída das tropas da Forças Armadas. Entre os presentes estavam representantes da Unesco, Anistia Internacional, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Iser, Viva Rio e um Chefe do Estado Maior da PMERJ que compareceu em caráter pessoal. As ponderações e recomendações dos membros desse Conselho foram fundamentais para que a organização tomasse uma decisão refletida. Em resumo, as

indicações do Conselho levaram a que instituição planejasse a realização de um seminário internacional sobre o projeto.

**O Projeto Especial e o mundo externo.** Houve uma decisão inicial da direção da LPP de não tornar pública a existência do projeto fora do âmbito da organização. Esta decisão foi prolongada até o final da avaliação. O fato de que a organização desenvolvia uma experiência com algumas dezenas de jovens que estavam saindo do tráfico não foi divulgado em meios de comunicação<sup>6</sup>, nem junto a outras organizações que trabalham com jovens e nem mesmo junto a entidades que atuam dentro da Maré. Esta decisão foi analisada e amadurecida, tendo sido questionada algumas vezes pela equipe de avaliadores externos ao longo dos 30 meses. O tema foi objeto de discussão da reunião do Conselho em agosto de 2015, que basicamente concordou com os cuidados e precauções na divulgação de qualquer informação sobre o Projeto Especial. Em síntese, a direção da entidade considerou que não houve suficientes manifestações explícitas de apoio a atividades desta natureza – ajudar jovens que tendo se engajado em carreiras criminais desejam abandoná-las – por parte de organizações e autoridades e que tornar pública a existência do projeto poderia colocar em risco os jovens, o projeto e a própria LPP. Esse aspecto da trajetória do projeto, que não se desenvolveu como previsto, impossibilitou uma das frentes planejadas na atividade de avaliação, a análise do impacto externo e da reputação do programa junto a outros interlocutores locais e de fora da favela.

---

<sup>6</sup> A despeito do grande interesse manifestado várias vezes por redes de comunicação e grandes jornais nacionais e internacionais em produzirem matérias sobre os jovens que estavam “saindo do tráfico” com o apoio da LPP.

### 3. A avaliação externa: acompanhamento e sistematização de uma experiência

O CESeC nomeou o processo de avaliação externa do Projeto Especial da organização Luta pela Paz como a “sistematização de um estudo de caso” e estabeleceu o seguinte objetivo geral: “**Descrver, acompanhar e analisar** o Programa do Luta Pela Paz destinado a integrar em atividades de estudo e emprego jovens que integraram redes do tráfico de drogas em favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro”.

Nesse sentido, estabelecemos claramente que **não faríamos uma avaliação de impacto** em caráter de auditoria (por exemplo, verificar se metas previstas pela LPP no projeto original da instituição apresentado aos apoiadores seriam ou não alcançadas; se etapas planejadas seriam cumpridas etc.<sup>7</sup>).

Também estabelecemos três objetivos específicos:

1. Elaborar, junto com a equipe do LPP, instrumentos de coleta de dados que permitirão acompanhar o caso de cada jovem ao mesmo tempo em que permitam gerar dados agregados acerca de vários aspectos do projeto.
2. Reunir, tratar e apresentar os dados quantitativos e qualitativos gerados pelo projeto e pelo processo de integração dos jovens em atividades de estudo e emprego (especialmente dados sobre escolaridade, saúde, família, conjugalidade, paternidade, habitação, renda e demais indicadores sócio econômicos, além de dados sobre participação em atividades de ensino e trabalho possibilitadas pelo programa).
3. Observar os impactos externos do programa (reputação na comunidade, relações com outras ONGs, autoridades policiais, mídia, inclusive mídias sociais de favelas, e universidades). O levantamento de dados para entender esse aspecto será realizado por meio de entrevistas e observação participante.

As atividades previstas foram:

- Reuniões periódicas (bimensais) com os mentores
- Reuniões do Conselho.
- Auxiliar o LPP na escolha dos estudos de caso que serão focalizados nas demais frentes do programa (por exemplo, documentário, matérias de mídia, livro etc.).
- Elaboração de apresentações (gráficos, tabelas e casos; descrição das etapas etc.) de avanços parciais do programa para o Conselho, autoridades, visitantes e doadores.
- Relatório parcial 12 meses e Relatório final.

Efetivamente – como é comum em estudos de caso – as atividades realizadas ultrapassaram em muito as previstas, como veremos na próxima seção. O período previsto (24 meses) foi estendido para 30 meses.

---

<sup>7</sup> LPP apresentou aos apoiadores previsão de metas que seriam alcançadas num tempo determinado (por exemplo, X% dos jovens estariam trabalhando no mercado formal ao fim de X meses etc.).

**O CESeC.** O Centro de Estudos de Segurança e Cidadania foi criado em abril de 2000 na Universidade Candido Mendes com o compromisso de desenvolver atividades de pesquisa e subsidiar políticas públicas baseadas no objetivo de enfrentamento eficiente da criminalidade com respeito aos direitos humanos. O Centro se dedica à realização de pesquisas aplicadas, consultorias, monitoramento de projetos de intervenção, fóruns, seminários, e atividades de ensino, capacitação e difusão de informações nas áreas de segurança, justiça, sistema penitenciário e prevenção da violência. Membros do CESeC participaram da formulação de programas de segurança pública federal e locais, e têm prestado consultorias a órgãos do governo federal, em particular à Secretaria Nacional de Segurança Pública, à Secretaria Nacional de Justiça, à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e à Secretaria Especial de Direitos Humanos. Também participaram da concepção e implantação do Programa UPP Social no âmbito do governo do estado em 2010. Nos 15 anos de existência, o CESeC já realizou 60 projetos de pesquisa, consultoria e ensino, que resultaram em 20 livros e mais de 60 publicações (veja detalhes no site [www.ucamcese.com.br](http://www.ucamcese.com.br))

**Experiências do CESeC em sistematização de projetos de intervenção.** Entre as experiências anteriores do Centro destacam-se o “Bases para o monitoramento e a avaliação do projeto Mudança de Cena” (2002 e 2003) realizado para o People’s Palace Project e o Centro de Teatro do Oprimido destinado a desenvolver atividades teatrais junto a jovens internos em Unidades do Degase. De 2004 a 2009 o CESeC acompanhou a elaboração conceitual, a apresentação da proposta à Fundação Ford, o planejamento, a execução e as mudanças do projeto Juventude e Polícia, desenvolvido pelo Grupo Cultural AfroReggae em Batalhões da Polícia Militar de Minas Gerais. O Centro também realizou diagnósticos de segurança pública, como o de Nova Friburgo e o Vila Joaniza, Ilha do Governador, este último a pedido do BID. Em 2015 realizamos a avaliação externa do projeto de implantação da CIPP, a Companhia Integrada de Polícia de Proximidade estabelecida no 6º. BPM, a pedido da PMERJ, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Muitas vezes entidades buscam centros universitários para avaliar suas atividades perante doadores e parceiros. O CESeC prefere desenvolver pesquisas no sentido de parcerias com as instituições executoras dos projetos de forma a contribuir para a compreensão dos mecanismos que são mobilizados por diversos atores envolvidos e tem chamado isso de “sistematização”. Essa perspectiva pode ser conferida em artigos acadêmicos como: *“Youth and the Police Project. The ‘Pedagogy of the drums’: Music and art as mediators between youngsters from favelas and policemen in Brazil”*; *“Juventude e Polícia”*; *“Youth and the Police e “Brazilian responses to violence and new forms of mediation: the case of the Grupo Cultural AfroReggae and the experience of the project ‘Youth and the Police’”*.

Em maio de 2013, ao elaborarmos o presente projeto de avaliação, escrevemos: **O CESeC considera o Luta Pela Paz não apenas o executor do programa que se propõe a acompanhar, mas um interlocutor intelectual com forte capacidade de reflexão sobre o novo momento vivido por favelas do Rio (...)** Nossa proposta é realizar um trabalho independente, autônomo e crítico, mas sobretudo uma parceria intelectual. Nossa aposta é que o projeto tem potencial para indicar novos caminhos para a ação na cidade e contribuir para pressionar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para jovens ex-integrantes da rede de venda drogas em favelas e periferias.

O que o leitor verá a seguir é uma descrição e análise das ações de avaliação e comentários críticos sobre os instrumentos testados.

### **Instrumentos e práticas de acompanhamento e avaliação**

No total foram gastas 275 horas no trabalho de acompanhamento do Projeto.

Fizemos um controle de atividades como no exemplo que abaixo (agosto a dezembro de 2013)

<b>Dia</b>	<b>Chegada</b>	<b>Saída</b>	<b>Horas</b>	<b>Atividade</b>
<b>05/08/13</b>	11:30	20:00	08:30	Trabalho de Campo
<b>16/08/13</b>	12:00	17:30	05:30	Trabalho de Campo
<b>23/08/16</b>	12:00	20:00	08:00	Trabalho de Campo
<b>26/08/13</b>	10:30	13:00	02:30	Reunião de discussão dos dados
<b>04/09/13</b>	13:00	16:00	03:00	Trabalho de Campo
<b>06/09/13</b>	12:00	17:00	05:00	Trabalho de Campo
<b>13/09/13</b>	11:30	16:00	04:30	Trabalho de Campo
<b>20/09/13</b>	11:30	14:30	03:00	Trabalho de Campo
<b>04/10/13</b>	11:00	15:00	04:00	Trabalho de Campo
<b>11/10/13</b>	12:00	15:00	03:00	Trabalho de Campo
<b>18/10/13</b>	12:00	15:00	03:00	Baseline
<b>28/10/13</b>	09:00	13:00	04:00	Conselho Consultivo
<b>01/11/13</b>	12:00	14:00	02:00	Trabalho de Campo
<b>08/11/13</b>	14:00	17:00	03:00	Baseline
<b>22/11/13</b>	11:30	16:00	04:30	Trabalho de Campo
<b>28/11/13</b>	09:00	13:00	04:00	Apresentação de Dados

No total, além dos dias de trabalho de campo (presença na Maré, em geral acompanhando atividades dos jovens ou reuniões de equipe), realizamos:

**44 Entrevistas Baseline** (entrevistas de aprox. 30 a minutos para aplicação de um questionário extenso com informações sobre o jovem no momento de entrada no Projeto).

**06 Reuniões com Mentores** para avaliação individual sobre os jovens

**03 Grupos Focais** com os jovens

**04 Encontros de Auto-Avaliação** dos jovens

**09 Reuniões** com coordenação LPP, doadores, agências internacionais e seminários internos

**03 Reuniões do Conselho Consultivo**

**04 Entrevistas com Técnicos** da Equipe (avaliação de desempenho durante o projeto)

**02 Acompanhamentos** de Atividade Extracurricular (zoológico e viagem ao sítio)

**13 Entrevistas em profundidade com jovens** (realizadas fora da Maré somando 15'20m de gravação)

**06 Entrevistas em profundidade com Coordenadora LPP, Coordenação e Técnicos** do Projeto em caráter de avaliação final (realizadas fora da Maré, somando 7'10m de gravação).

**Os instrumentos de observação e avaliação.** Falaremos sobre os conteúdos dos levantamentos nos próximos. Aqui resta fazer comentários sobre a concepção, criação e utilização dos principais

instrumentos de avaliação. Não só para refletir criticamente sobre nossa própria prática, mas para indicar o potencial de replicação dos mesmos instrumentos em futuras experiências.

**1. Baseline.** O instrumento foi concebido para traçar uma linha de base a partir da qual a trajetória dos jovens seria observada. Contém 81 perguntas que vão de informações básicas (idade, escolaridade, informações familiares, como número de irmãos, por quem foi criado, idade de abandono da escola, quando começou a usar drogas, quando entrou para o tráfico, funções que exerceu, quanto ganhava, quando saiu, se trabalhou antes do tráfico, quantas vezes saiu e entrou etc.) até informações sobre experiências de violência e avaliações sobre as melhores coisas do tráfico, as piores etc. O instrumento se mostrou extremamente adequado e fundamental para traçar o perfil e a linha de base dos participantes. Permitiu a criação de um extenso banco de dados que pode ser cruzado com outras informações tanto de desempenho como de resultados do projeto (por exemplo, desempenho escolar, experiências de emprego, situação final). O Baseline foi sendo aperfeiçoado ao longo das entrevistas com a retirada de perguntas e introdução de outras. Recomendamos aplicar esse instrumento na hipótese de replicação do projeto. Cópia encontra-se no Anexo 1.

**2. Roteiro de avaliação dos jovens com Mentores.** Foi traçado um roteiro e elaborada uma ficha escrita. Os mentores deveriam preenchê-la sistematicamente e entregá-la escrita. Isso não funcionou. As fichas funcionaram para serem preenchidas por nós durante as reuniões com mentores. Cada jovem tinha uma ficha. No final, os mentores eram convidados a estimar um valor de 0 a 10 sobre a situação do jovem naquele momento. O roteiro e a ficha preenchida no encontro de avaliação permitiram que criássemos um controle de fluxo muito preciso. Uma espécie de “mapa” com a situação de cada jovem mês a mês. Veja cópia no Anexo 2.

**3. Questionários de Auto-Avaliação dos jovens.** Os questionários de auto-avaliação foram pensados como instrumentos ágeis, que poderiam ser auto-aplicados, ou aplicados pelos mentores com frequência (trimestral) e permitiria apreender indicadores de desempenho do projeto a partir da percepção contínua dos jovens, desenhando curvas do projeto. Seriam instrumentos de captação de informações que não dependeriam da presença de avaliadores externos e poderiam ser incorporados ao dia a dia. Os questionários eram impressos em uma única página, em letras grandes e se resumia a seis perguntas pedindo que os jovens dissessem situação atual sobre problemas com a polícia, com drogas, documentação etc.) Depois os jovens eram convidados a dar notas de zero a dez para seu desempenho no momento em relação a trabalho, estudos, família, situação financeira, amigos etc. Observamos que as respostas eram estereotipadas, às vezes uma nota única para tudo, ou então muita frequência 10, ou 9. Simplesmente, o instrumento não estava funcionando. Mudamos as estratégias três vezes: questionários anônimos; identificados; auto-aplicação; auto-aplicação orquestrada (o aplicador lê a pergunta para o grupo e cada um preenche individualmente seu questionário) etc. Nada funcionou. Desistimos das auto-avaliações. E a partir daí também passamos a refletir criticamente sobre a adequação de instrumentos auto-aplicados com jovens de favelas. Veja modelo em Anexo 3.

**4. Grupos Focais.** Fizemos três grupos focais com os jovens. Um deles abordando especificamente o tema trabalho/emprego e outros a relação deles com o Projeto. Os grupos eram realizados na própria Maré, dentro do local onde os participantes tinham aulas à noite. Os participantes eram convidados pelo coordenador do projeto e o grupo era realizado com quem estivesse por ali (não houve qualquer mecanismo de seleção). Havia um roteiro prévio. Os resultados foram pobres, com muitas intervenções clichês e poucas surpresas ou informações que já não tínhamos. É possível que a inabilidade ou incompetência dos avaliadores externos tenham contribuído para os resultados fracos (mas no passado conduzimos excelentes grupos focais com jovens de favelas). Ou talvez a condição de avaliadores externos (o pessoal da Candido Mendes) tenha afetado a espontaneidade dos jovens. Ou o local onde os grupos se realizaram, tudo isso pode ter contribuído para “travar” as participações mais livres. Por isso realizamos apenas três grupos.

**5. Entrevistas com jovens.** Entrevistas com jovens com roteiro de caráter biográfico (história de vida) foram os momentos mais importantes da avaliação. Ou pelo menos os momentos mais sensíveis e emocionantes. Diversas vezes os entrevistados choraram e os entrevistadores também. As 13 entrevistas foram realizadas entre os meses de novembro de 2014 até julho de 2015, um período em que alguns jovens já estavam encerrando sua participação no Projeto, o que favoreceu a exploração de uma avaliação geral do projeto pelos jovens e a conversa sobre perspectivas futuras imediatas (“e agora, como vai ser com o fim do Projeto Especial?”). As entrevistas foram realizadas fora da Maré e os jovens que aceitaram conceder as entrevistas receberam uma ajuda de custo no valor de R\$100,00.

**6. Entrevistas com equipe técnica e coordenação.** Entrevistas semiestruturadas com roteiro prévio revelaram-se excelentes e cruciais fontes de informação e reflexão. Também nos fizeram compreender que fazer entrevistas planejadas, permitindo que o profissional reflita ele mesmo sobre o próprio trabalho é fundamental e que mesmo depois de muitas horas de observação participante, diversas vezes não tínhamos compreendido inteiramente certos aspectos do projeto ou de seu desenvolvimento. A disponibilidade, bom humor e entusiasmo dos membros da equipe técnica e coordenação do projeto foram notáveis e contaminaram o processo de avaliação. Fizemos entrevistas de meio de caminho e entrevistas pedindo que cada coordenador de área fizesse uma avaliação de seu setor e nos fornecesse os números totais de suas ações.

**Monitoramento do desempenho financeiro do projeto.** Desde o começo optamos por não fazer qualquer tipo de acompanhamento de investimentos, gastos ou relação de custo-benefício do projeto. O CESeC usualmente adota essa postura ao acompanhar programas de ONGs. Entre as razões estão a dificuldade de acompanhar esse processo, exceto em caráter de auditoria contábil, que exatamente desejamos evitar. Um parâmetro importante usado pela LPP é o custo mensal de um detento no Sistema Penitenciário, estimado em aproximadamente R\$1.500,00 por mês, muito maior do que valores investidos no Projeto Especial. Isso sem falar nos demais “custos da violência”: hospitalização no caso de ferimentos e mortes, além de custos com ações policiais. Portanto não temos qualquer dúvida de que os gastos com projetos para apoiar processos de desengajamento do crime são expressivamente menores do que os gastos com os efeitos da

própria violência. (Veja, por exemplo, *Análise dos custos e conseqüências da violência no Brasil*, de Daniel R. C. Cerqueira; Alexandre X. Y. Carvalho; Waldir J. A. Lobão; Rute I. Rodrigues, textos para Discussão, IPEA, junho de 2007).

**Uma palavra sobre a avaliação dos impactos externos do Projeto Especial.** Como indicado no início deste capítulo, um dos três objetivos específicos de nossa avaliação era: “observar os impactos externos do programa (reputação na comunidade, relações com outras ONGs, autoridades policiais, mídia, inclusive mídias sociais de favelas, e universidades)”.

Já mencionamos que esse objetivo não foi realizado porque a organização LPP optou por não tornar público o fato de que o Projeto Especial estava sendo desenvolvido. É importante ter em mente a centralidade dessa área de avaliação, pois imaginamos que a reputação de projetos como o Projeto Especial pode contribuir para a mudança de atitude das organizações civis e das autoridades governamentais em relação aos jovens que desejam desistir de carreiras criminais no contexto do tráfico nas favelas.

Há um tabu sobre o assunto que precisa ser quebrado. Na verdade, sabemos pouco sobre esse personagem quase onipresente na crônica da cidade, **“o traficante”**. Como cidadãos da cidade, ouvimos histórias sobre eles quase todos os dias: que um traficante trocou tiros com a polícia, que tomou uma favela da outra facção, foi preso etc. A despeito da convivência prolongada, as pessoas atrás do rótulo continuam sendo um mistério. Criamos uma “imagem” indelével e reiterativa que coincide com um garoto negro, vestindo bermudas e sandálias, arma na mão, escondido ou desfilando num beco de uma favela. Tantas vezes ouvimos sobre o tráfico, mas sabemos tão pouco sobre seus integrantes. Falamos em conhecimento para valer, baseado em pesquisa, análise demorada, observação cuidadosa, acompanhamento e diálogo com os próprios. Não notícia de jornal, nem glamourização sobre “conversão espetacular do bandido”, nem mistificação. Pois essas notícias no final ajudam a aprofundar o desconhecimento com as mesmas imagens, que se repetem como se fossem sintomas: e por isso não desvendam nossa ignorância.

Acreditamos que a divulgação sobre a existência de projetos com jovens que querem deixar carreiras criminais nas gangues do tráfico e suas biografias reais podem contribuir para o rompimento desse círculo vicioso. Mas só saberemos se isto é verdade se experimentarmos, testarmos e avaliarmos uma experiência com esse componente.

**O avaliador externo é um chato.** Finalmente, uma palavra sobre a posição geral do avaliador externo diante de um projeto piloto em desenvolvimento. Não é apenas a posição dos executores do projeto de se sentirem sob escrutínio que incomoda (isso nem é o mais difícil, já que essa reação pode ser minimizada, quando se percebe que o pesquisador não é um auditor, mas um aliado). As maiores dificuldades situam-se no pedido constante de informações, controles e dados. Enquanto um mentor está dedicado a evitar desesperadamente, por meio de telefonemas noturnos e visitas no fim de semana, que um jovem volte para a boca de fumo, o avaliador está constantemente cobrando que não foi avisado que o jovem tal parou de trabalhar; que as aulas de geografia não estão sendo dadas; que a psicóloga passou a acompanhar as visitas domiciliares com a assistente social etc. O dia a dia de um projeto gera uma montanha de



informações e dados que só são percebidos quando há observadores externos que comparecem com certa frequência procurando verificar o que mudou de uma semana para outra, de um mês para outro.

Por causa disso, é provável que os principais dados reunidos na presente avaliação sejam aqueles colhidos e tabulados pelos próprios avaliadores. Muitas vezes não adianta “pedir” sucessivas vezes um tipo de controle (por exemplo, o fluxo de frequência nas aulas), porque a planilha simplesmente não existe. E não será reunida, exceto se for colhida pelos próprios avaliadores. Mesmo sendo LPP uma ONG que se distingue das demais pela preocupação permanente com sua própria avaliação interna, a maioria dos controles sobre o projeto foram criados por nossa própria equipe de avaliação. Outros controles (como número total e final de jovens que ingressaram no mercado de trabalho; número de jovens que estudaram; número de visitas domiciliares; número de atendimentos psicológicos) foram fornecidos pelos técnicos e coordenação do projeto.

Por último, é necessário reiterar nossos comentários iniciais de que o ambiente de abertura e disponibilidade da coordenação de LPP, da coordenação do projeto, equipe técnica e funcionários foi surpreendente e não poderia ter sido maior. Em nenhum momento, nos 30 meses de convivência, nossa equipe recebeu um “não” como resposta, quando pedimos para assistir reuniões, entrevistar técnicos, fazer grupos focais e mesmo quando pedimos para entrevistar os jovens fora da Maré. **Em todas as ocasiões, sem exceção, encontramos não só o acesso franqueado às atividades, dados e pessoas como recebíamos a indagação de que tipo de ajuda precisaríamos para realizar as etapas de avaliação externa.**

## 4. Contexto: o Rio de Janeiro, a Maré, as facções do crime e a expectativa da chegada da UPP

**O Rio de Janeiro no contexto do Brasil. Violência, criminalidade e polícia nas favelas<sup>8</sup>.** Antes de passarmos à descrição sobre o contexto específico no qual o Projeto especial foi desenvolvido, a Maré e as condições de segurança no período do projeto, é importante situar ainda que genericamente os parâmetros de violência, criminalidade e segurança do Rio de Janeiro no contexto do Brasil.

Em janeiro de 2016, o Instituto de Segurança Pública, órgão da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, divulgou os dados sobre homicídios no ano de 2015 e revelou que a taxa na cidade tinha sido a menor em 24 anos. A redução dos assassinatos ocorreu no estado que foi, durante anos, recordista do ranking da violência no país. Não é pouco, considerando que o Brasil estacionou há duas décadas entre as dez nações mais violentas, mantendo taxas anuais de mais de 20 assassinatos por 100.000 habitantes, tendo chegado a quase 30 em 2012 com seus quase 60.000 homicídios.

O Brasil manteve taxas anuais de mais de 10 homicídios por 100.000 habitantes desde que o Ministério da Saúde passou a contabilizá-los e a divulgá-los em 1979 e chegou a 29 homicídios na taxa publicada em 2014 relativa a mortes ocorridas em 2012. Para termos padrões de comparação, as taxas de países da Europa Ocidental situam-se entre 0,5 e três homicídios por 100.000 habitantes. Os EUA mantêm números em torno de quatro a cinco. Os países asiáticos e a maioria dos países orientais alcançam menos de 1 homicídio por 100.000. Todos os países com altas taxas estão situados na América Latina e no Caribe. O Brasil apresenta um patamar acima de 20 por 100.000 há vários anos e mantém-se, também há longo tempo, em 6º. ou 7º. lugar no ranking mundial (comparação com 95 países segundo dados do Sistema de Informações Estatísticas da Organização Mundial de Saúde – WHOSIS). De acordo com a OMS, os países com taxas de homicídio maiores que o Brasil são El Salvador, Guatemala, Trinidad Tobago, Colômbia, Venezuela e Guadalupe.

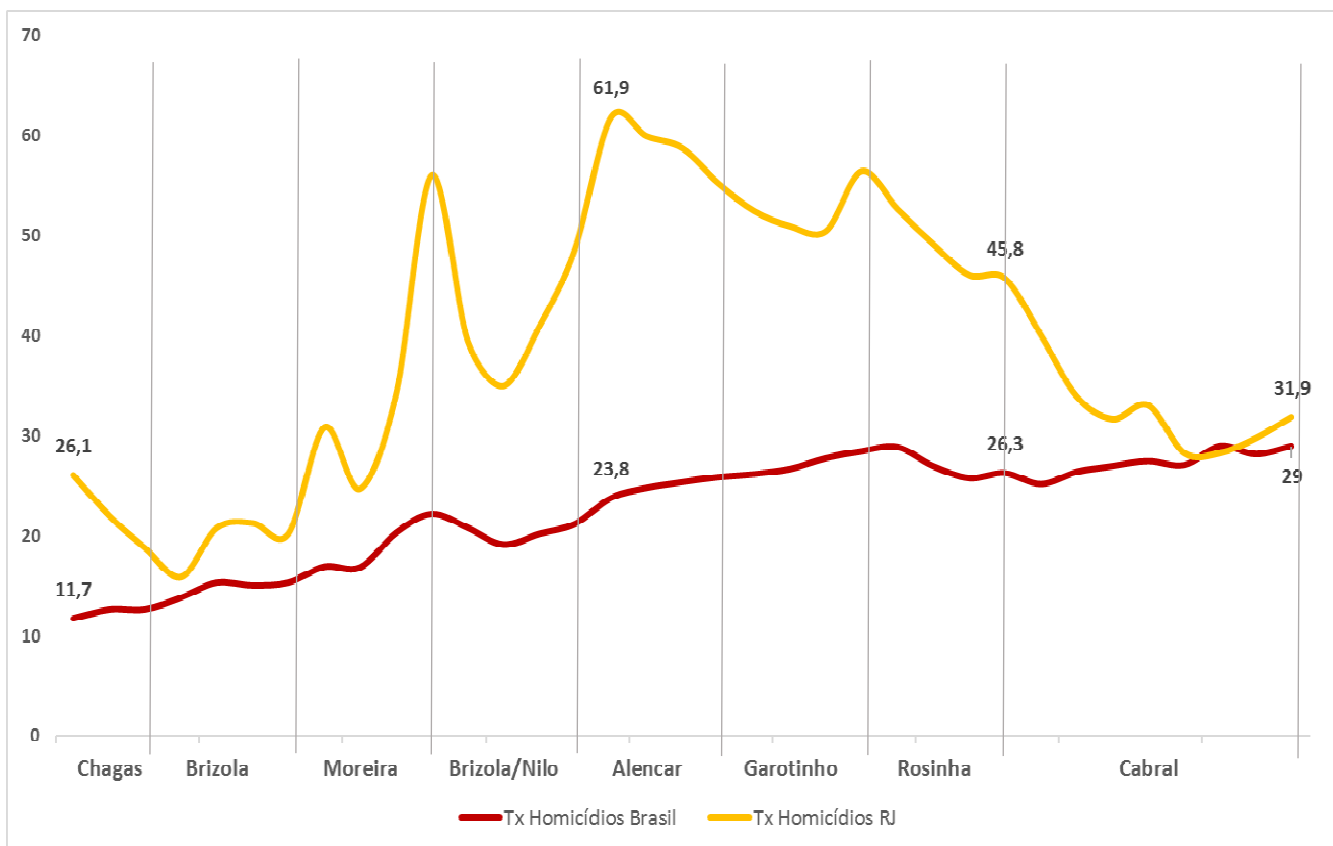
Até a década de 1980, o estado do Rio de Janeiro mantinha suas taxas de homicídio próximas à da média brasileira. Começa a se afastar a partir de 1983 e descreve uma curva ascendente muito acentuada até 1995, apesar de altos e baixos. Em 1983 o Brasil ostentava uma taxa de 13,8 homicídios por 100.000, enquanto a do Rio de Janeiro era de 15,9, ou seja, 16% maior. Já no final do período, a taxa do estado pulou para 62, tendo aumentado 288,8%, o que levou o Rio de Janeiro a encabeçar, por vários anos, o ranking nacional da violência. Esse foi o período de um general comandando a segurança pública e o estabelecimento da gratificação faroeste, um prêmio para policiais que prendessem ou matassem traficantes famosos. De 1995 até 2006, houve uma redução do número de mortes, mas o estado se mantém com taxas em patamares ainda altíssimos (na casa de 50 e 40 por 100.000). A partir de 2007, as taxas anuais começam a cair, com uma queda ainda mais acelerada de 2008 em diante, como mostra o gráfico abaixo. Em 2012, pela primeira vez em 32 anos, o número de homicídios no Rio de Janeiro ficou abaixo da média no

---

<sup>8</sup> Trechos deste item estão publicados em Ramos (2016).

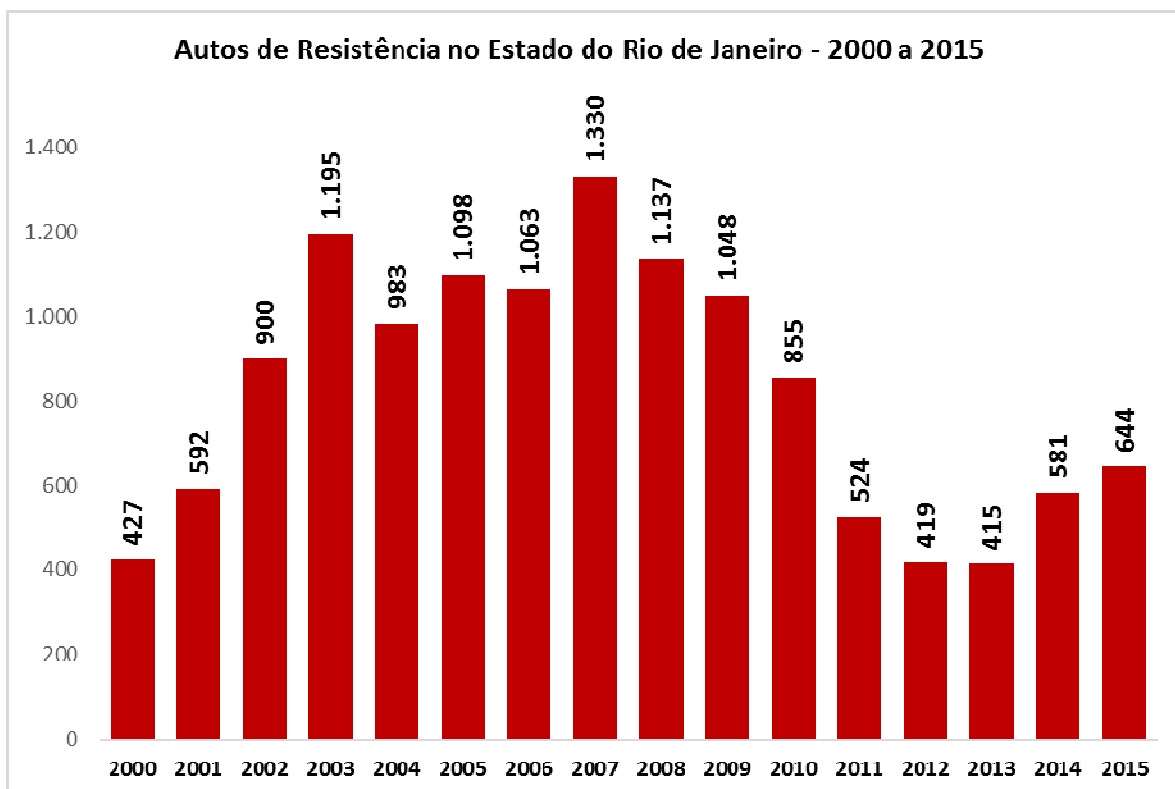
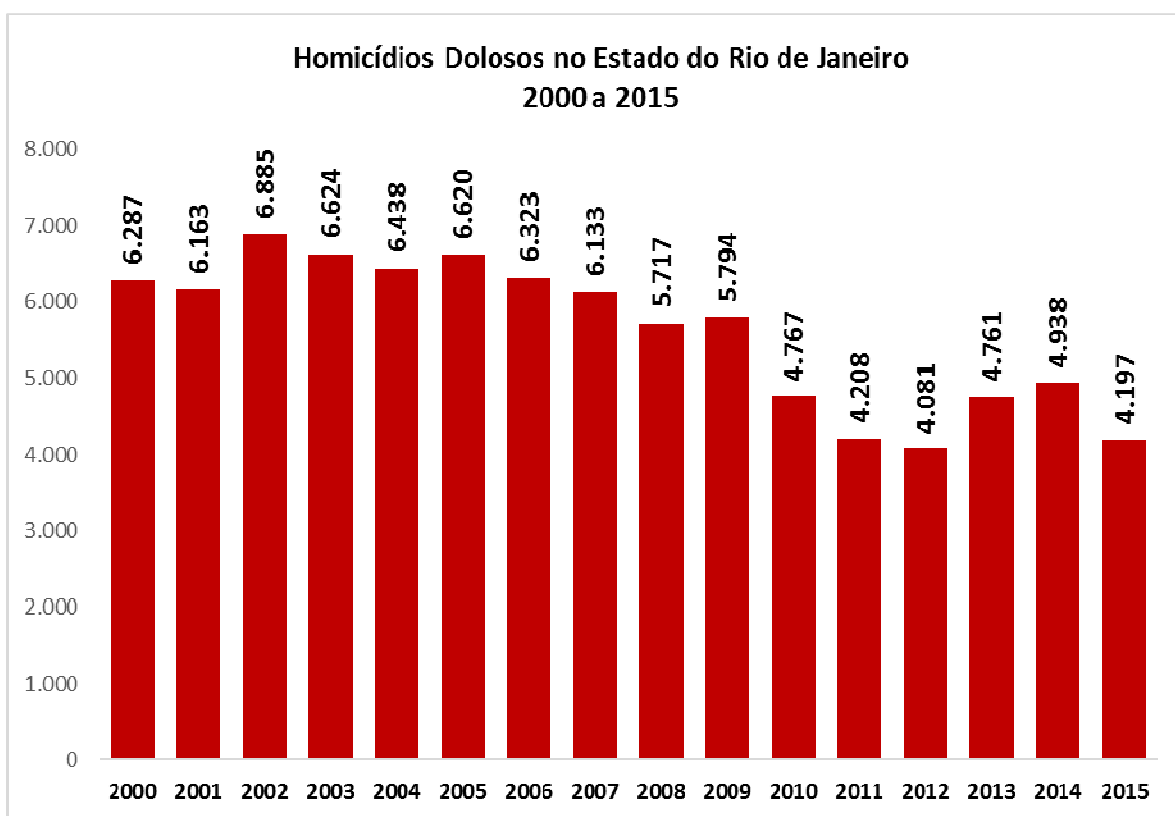
Brasil (28 no RJ e 29 no Brasil). Isto porque a taxa do Rio de Janeiro manteve-se estável em relação ao ano anterior e a taxa média do país aumentou.

### Taxas de homicídio Brasil e RJ de 1980 a 2014 e governos estaduais



Fonte: Dados do SIM-DATASUS/MS. Coletados por Waiselfisz (1980 a 2012) e FBSP (2013 e 2014).

Uma característica particular da composição de mortes intencionais no Rio de Janeiro são os altos números de mortos pela polícia. Quando observamos os dados da Secretaria de Segurança, que desagrega as mortes intencionais em homicídios dolosos e autos de resistência vemos que as mortes provocadas pela polícia chegaram a representar 21,7% das ocorridas no RJ em 2007, no pico da série histórica de mortes por ação policial. Quando os homicídios começam a cair, a participação da polícia neles cai mais acentuadamente, representando 15,3% do conjunto das mortes intencionais no estado em 2015. Ou seja, de 2008 a 2015 (tomando 2008 como marco, pois em 2009 teve início o programa de implantação das UPPs), os homicídios no estado caíram 26,5% e os autos de resistência, 43,3%. Em outras palavras, a redução de mortes provocadas pela polícia liderou a queda das mortes intencionais no Rio de Janeiro, mostrando que as dinâmicas de mortes por uso da força policial são sensíveis a comandos de polícia e a orientações das políticas de segurança. É o que vemos nos dois gráficos a seguir.



**O que aconteceu com o Rio?** Em breves traços, desde os anos 80, com a entrada da cocaína nas favelas e o comportamento reiteradamente violento e corrupto das forças policiais nas favelas, as armas passaram a ser o cerne da barbárie do Rio. Sua presença espetacular, a ostentação de fuzis de guerra por garotos de 14, 15 ou 16 anos, os tiroteios tornaram-se trilha sonora da capital durante duas décadas e se transformaram na marca registrada da violência na cidade. Criou-se e aprofundou-se um modelo de violência em que áreas urbanas se viram cada vez mais controladas militarmente por grupos armados, configurando um modelo único de desenvolvimento criminal no Brasil e raro em termos internacionais.

As polícias impuseram o ritmo da corrida armamentista e muitas vezes eram os agentes dessa dinâmica, ora vendendo armas e munições, ora revendendo armamentos capturados em confronto com traficantes, ora fazendo vista grossa para a entrada de fuzis, metralhadoras e munições nas favelas. Uma vez fixado o novo modelo do tráfico no Rio de Janeiro, cuja base é o domínio territorial, ele se desgarra de seus determinantes geográficos e se generaliza, tornando-se a forma por excelência da organização dos grupos de varejo de drogas cariocas. Mesmo onde não há “necessidade” de armas de guerra para defender o território de facções rivais ou da polícia, o tráfico se estabelece antecipadamente neste modelo, que se tornou igualmente um “ethos” dos traficantes.

A contribuição da polícia no aprofundamento e na radicalização do modelo de criminalidade e nas dinâmicas de violência letal que se desenvolveram nas últimas três décadas tem sido discutida exaustivamente em vários trabalhos a partir de diversos pontos de vista. Em suma, não há tráfico e domínio territorial do tráfico sem participação policial. Seja na forma de omissão, negociação de meios, seja com informação ou proteção. Na verdade, as formas de participação da polícia no negócio do crime no Rio de Janeiro foram se sofisticando. No contexto das favelas, as mais frequentes são a prisão e o sequestro de traficantes para serem vendidos a facções inimigas ou à própria facção, e a revenda a traficantes de armas capturadas em operações policiais. A mais universal é a propina semanal apanhada na boca de fumo por policiais que distribuem a semanada entre colegas do Batalhão e a mais recente, escandalosa e perigosa são as milícias, grupos de policiais, ex-policiais e agentes de segurança que exploram diretamente territórios que disputam com traficantes.

Os depoimentos de moradores de favelas sobre a polícia conseguiram, ao longo de 30 anos, conquistar a unanimidade. A polícia desrespeita, humilha, bate, fere e às vezes mata. Os traficantes também, mas em geral quem não se mete com o tráfico não é molestado. Isso se consolidou como um modo de ser da polícia e das políticas de segurança para as favelas, que se tornaram palco de guerras constantes com incidência desproporcional de homicídios em relação ao resto da cidade e especialmente em relação às áreas abastadas.

Nos anos 2000, o Rio tinha se tornado um caso único no Brasil e raro em termos mundiais: uma das poucas cidades de países ricos com extensas e múltiplas áreas controladas por grupos armados ilegais convivendo, simultaneamente, com áreas onde predominavam a prosperidade, a modernidade e a democracia. Não existiam casos similares ao Rio, com exceção de Bogotá e Medellín, que tinham pontos em comum (mas lá o poder dos cartéis se assemelhava ao das

máfias, ameaçando o Executivo, o Judiciário e o Legislativo, combinando sequestros, ações terroristas e criminalidade comum; aqui, apenas criminalidade comum).

**Como caracterizar os jovens engajados no tráfico.** Tiroteios diários com armas de guerra só eram comparados a regiões em conflito declarado. A cidade e o país perdiam diariamente a batalha para quadrilhas de jovens semianalfabetos, sem qualquer capacidade para comprar juízes ou ameaçar promotores, sem vínculos políticos e sem raízes comunitárias, como no caso das *maras* e *pandillas* da América Central, ou os conflitos religiosos ou étnicos, como os da Palestina ou Bósnia. Pura criminalidade comum comandada por gangues pouco articuladas com o único objetivo de lucrar com a venda de drogas e os roubos. O Rio de Janeiro chegou ao fundo do poço em termos de perspectivas ao fim dos anos 2000. Quando olhávamos a série de quase três décadas de políticas de segurança verificávamos que a variável mais constante para explicar a profundidade e o enraizamento da violência era (e é) a própria polícia e as políticas de segurança

No caso do Rio, as gangues locais enraizadas nas favelas são formadas por grupos armados de jovens que são chamados de “traficantes” combinando características de *galères*, do tipo “irmandades” com códigos de masculinidade, orgulho e afirmação, mas sem fins lucrativos, com características de *gangues*, com divisão e afirmação territorial e características de quadrilhas de crime organizado visando o lucro. Some-se a isso uma ideologia de “guerra” com o uso de armas automáticas de grande porte, além de pistolas, revólveres e granadas.

Não é fácil definir e caracterizar com precisão os grupos de tráfico armado do Rio. Dowdney (2003) propôs a categoria crianças em violência armada organizada, chamando a atenção para as semelhanças e também as diferenças importantes em relação aos meninos-soldados, o fenômeno dos *soldier-boys* que na época de sua pesquisa estava em evidência por organismos da ONU. Outros preferem nomeá-los grupos armados do varejo das drogas (Observatório de Favelas). Uma discussão importante sobre o assunto encontra-se no texto *Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência* de Zaluar, 1997. Nas favelas, às vezes são chamados de “meninos”, às vezes de “bandidos” e outras de “vagabundos”. Aqui neste texto usamos as expressões jovens e indivíduos de grupos armados, gangues locais, quadrilhas e redes criminais, de forma indistinta.

**A chegada das UPPs no Rio.** No governo Sergio Cabral (2007-2014), além de diversas mudanças (programa de metas, delegacias de homicídios, fim da ingerência política sobre a segurança e outras), teve início o programa das UPPs, as Unidades de Polícia Pacificadora. Em linhas gerais, esse programa alcançou 39 Unidades, abrangendo 250 favelas e envolvendo aproximadamente 9.500 policiais. O objetivo central era liberar as favelas dos grupos armados ilegais e estabelecer programas de polícia de proximidade de modo permanente, evitando os confrontos, a guerra, os tiroteios e as mortes. As UPPs foram e ainda são responsáveis em boa medida pela redução expressiva das taxas de homicídio no Estado e especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Mas a partir de 2013 diversas unidades começaram a enfrentar crises que não foram equacionadas e por isso hoje o programa encontra-se em risco. Os policiais estão insatisfeitos (veja pesquisa desenvolvida pelo CEsEC em 2010, 2012 e 2014 e relatada no artigo de Leonarda Musumeci, 2016), a polícia perdeu credibilidade especialmente depois do desaparecimento do pedreiro Amarildo na favela da Rocinha em 2013, os tiroteios voltaram em vários locais e grupos armados

estão pressionando no território e adquirindo controle de áreas nas favelas, mesmo ali onde não havia conflitos entre moradores e policiais e o tráfico parecia conformado em funcionar no esquema da maioria das cidades (venda de drogas sem armas de grande porte e sem controle territorial) .

**A Maré, o tráfico, as crises de segurança e a UPP que nunca chegou.** Como se sabe, o Complexo da Maré é formado por 17 comunidades e estima-se que mais de 100 mil pessoas vivam nessas áreas, se constituindo o maior e mais importante grupo de favelas da cidade. Situada entre as três maiores vias expressas do Rio (Av. Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela), e próxima ao centro da cidade, a Maré tem várias características únicas. Uma delas é sua marca de origem, ligada inicialmente à construção de conjuntos habitacionais dos governos. Nesse sentido, a Maré é o efeito de intervenções governamentais. Outra característica importante é a forte presença de lideranças comunitárias e grandes organizações da sociedade civil. Pode-se dizer que a Maré tem capital social alto comparado com outras favelas do Rio. As organizações têm tido algumas oportunidades de operarem como uma rede de entidades combinada com as associações de moradores, articulando assim “o novo” e “o velho” em termos de representações de base. A mídia se importa com o que ocorre na Maré e vários moradores e líderes têm conseguido falar sobre a comunidade com a sociedade. Dezenas de projetos foram desenvolvidos nas últimas décadas, incluindo alguns ligados à UFRJ, a grande universidade federal situada próxima ao conjunto, às igrejas e a fundações nacionais e internacionais. Os governos continuam investindo no território, com a construção recente de escolas e unidades esportivas e de ensino profissionalizante, ainda que não consigam jamais colocar em prática um plano integrado de urbanização elaborado junto com os próprios moradores (dessa forma as intervenções e edificações parecem benesses isoladas concedidas por políticos e menos o resultado de um projeto de desenvolvimento).

Apesar de investimentos importantes, o Complexo da Maré padece de profundos problemas de segurança, há décadas, sem que nenhum programa governamental tenha vindo para superar os impasses. Uma das características únicas da Maré quando comparada a outros grandes Complexos de Favelas do Rio (Alemão, Penha, Lins, Rocinha) é que suas comunidades sofrem ocupação territorial por grupos armados de distintas facções. Esse aspecto contribui para aumentar ainda mais a letalidade e demais agravos decorrentes da presença de grupos do tráfico, pois tiroteios, ataques, balas perdidas, pessoas fúrias e mortes intencionais ocorrem não apenas quando traficantes entram em conflito com a polícia, mas também quando disputam entre si. Quadrilhas ligadas à facção Comando Vermelho e Terceiro Comando frequentemente entram em conflito nas fronteiras nas quais a organização Luta Pela Paz trabalha e a presença de grupos de milícias e de tentativas de retorno da facção Amigos dos Amigos (ADA) produz tensão constante. Segundo Eliana Sousa Silva, em seu livro *Testemunhos da Maré* (2012), até 2010 havia quatro grupos em conflito na Maré: Comando Vermelho, Terceiro Comando, Amigos dos Amigos e Milícias. Em 2010 a facção ADA foi expulsa pelo Terceiro Comando, permanecendo então três grupos em conflito e a constante ameaça de invasão pela ADA para recuperar áreas que dominava no passado.

A organização LPP estima em aproximadamente 300 o número de jovens envolvidos nos grupos do tráfico da Maré simultaneamente.

Em 2003 um Batalhão de Polícia Militar (BPM) anteriormente situado em Benfica, foi transferido para a Maré e foi construída uma enorme edificação estacionada na beira da Linha Vermelha sendo que sua fachada posterior fica na favela Nova Holanda – muito próximo à sede da LPP. Segundo Silva (2012) inicialmente havia planos de que o BPM desenvolvesse atividades comunitárias, mas isso logo foi abandonado graças ao crescimento das hostilidades entre polícias, moradores e traficantes. O 22º. BPM fica “de costas” para a Maré e sua existência tem contribuído com frequência para a instabilidade no Complexo, além de uma coleção de histórias traumáticas para a favela e para a cidade, como mortes constantes provocadas pela polícia, incluindo mortes de crianças, execuções extrajudiciais e corrupção.

Quando o projeto das UPPs teve início em dezembro de 2008 (no Morro Santa Marta na Zona Sul da cidade), muitos imaginavam que o programa estava voltado para proporcionar segurança nos jogos da Copa do Mundo em 2014. Efetivamente a multiplicação das unidades se deu predominantemente em favelas da Zona Sul, a seguir do Complexo da Tijuca (região onde fica o Estádio do Maracanã) e esperava-se que a Maré receberia suas UPPs por ficar próxima ao aeroporto internacional e ser área de intensa circulação. Em 2010 a ocupação das favelas do Complexo do Alemão e Penha foi precipitada por uma crise provocada pela facção Comando Vermelho em vários pontos da cidade. Tropas da Forças Armadas ocuparam o Alemão em 2010 e as UPPs chegaram ali em 2012.

Havia a promessa de que em 2013 a UPP finalmente chegaria à Maré. Mas em 26 de junho daquele ano – quando a cidade fervilhava com as manifestações por redução do preço das passagens, contra a corrupção, contra a violência policial e em especial se manifestava sobre o desaparecimento do pedreiro Amarildo da Rocinha – uma operação do BOPE dentro da Maré resultou na morte de oito pessoas, após o assassinato de um sargento da PMERJ por traficantes. O massacre teve características claras de vingança e execuções extrajudiciais e ainda hoje encontra-se sob investigação da própria polícia. A Maré ficou ocupada por algumas semanas por tropas do Bope e do Choque.

Em março de 2014 o governo anunciou que o Exército ocuparia a Maré a partir de abril com 1500 homens e com 4000 homens nos meses subsequentes, isto é, durante a Copa do Mundo e que os planos da UPP seriam adiados para “depois da Copa”. Mas houve a Copa (julho) e as Forças Armadas continuaram na Maré. Em dezembro de 2014 governo estadual e federal (já na administração de Luiz Fernando Pezão) anunciou que as FFAA permaneceriam mais seis meses, até junho 2015. Durante a ocupação das FFAA, num programa que foi denominado pelo Comando Militar de Forças de Pacificação, houve vários incidentes graves, entre eles a morte de um cabo do Exército em novembro de 2014 e o ataque a um veículo anfíbio da Marinha que caiu dentro de uma vala do Conjunto Esperança.

Em setembro de 2014 traficantes da favela Parque Alegria, do Complexo do Cajú, da facção ADA, tentaram invadir o Conjunto Esperança e a Vila do João numa ação extremamente ousada. Os traficantes locais do Terceiro Comando e o Exército rechaçaram o ataque. As FFAA reforçaram a segurança com seis blindados e aumento do efetivo. De fato, a tentativa de invasão foi o ápice de um período de ameaças e enorme tensão na Maré, desde que o traficante Menor P, chefe do Terceiro Comando, alguns meses antes se entregara à polícia. No Projeto Especial esses



acontecimentos tiveram grande repercussão, pois os participantes egressos da facção Terceiro Comando se sentiram ameaçados de se verem “invadidos” por inimigos históricos e serem identificados e vingados pelos novos donos do território. Tinham medo de serem flagrados longe da facção e sem armas. A invasão da ADA não foi bem-sucedida, mas naquele momento oito jovens deixaram o projeto. Alguns simplesmente saíram da Maré e outros voltaram a fazer parte do grupo armado que defendia o bairro.

Passado o vendaval, a maioria dos jovens permaneceu no projeto e seguiu sua trajetória de luta diária no sentido de se desengajar dos grupos criminais locais. Mas a instabilidade da segurança na Maré continua. Até o presente momento, em abril de 2016, é imprevisível o que ocorrerá no Complexo durante as Olimpíadas e depois.

**Uma palavra sobre guerra às drogas, legalização e revisão do pacto de confrontos.** Não é preciso ir muito longe para argumentar que sem uma rediscussão da proibição das drogas e do pacto de guerra que se estabeleceu entre facções de distribuição de drogas nas favelas e a polícia, a realidade que descrevemos acima não irá mudar. Alguns comandantes de polícia, delegados e o próprio secretário de Segurança do Rio de Janeiro – além de outras personalidades no Brasil – têm defendido que é necessário rever nossas políticas proibicionistas que acabam sendo a justificativas morais para a matança que perdura há três décadas nas áreas mais pobres da cidade. Não é possível continuar colocando jovens policiais de UPP nos becos das favelas, ou jovens soldados do Exército ou da Marinha brasileira, e ordenar que combatam os jovens negros moradores daqueles territórios porque eles estão vendendo drogas que outros jovens querem comprar.

A insanidade dessas políticas, que só têm trazido prejuízos, dor e sofrimento para as favelas e para os trabalhadores da segurança só se explica pelo fato de que essa “guerra” não atinge diretamente as áreas abastadas da cidade. Os que temos capacidade de vocalização e conhecemos a realidade difícil da Maré e de outros complexos no Rio de Janeiro precisamos nos manifestar sobre esse ponto e ajudar o país a superar esse impasse.

## **5. O desengajamento de jovens no crime: carreira criminal, desvio e deriva. O que diz a literatura internacional. A escassez de dados nacionais**

Gerações de pesquisadores das ciências sociais e da criminologia se debruçaram sobre dados acerca do comportamento criminal, delinquente, desviante ou antissocial de crianças, adolescentes, jovens e adultos procurando responder por que alguns jovens cometem crimes, por que alguns começam e desistem rapidamente, em geral antes do ingresso na idade adulta, e por que outros persistem e estabelecem carreiras criminais, às vezes prolongadas. O paradigma das carreiras criminais reconhece que indivíduos iniciam suas atividades numa certa idade, se envolvem no cometimento de uma quantidade e diversidade de atos criminais e eventualmente param. Esses estudos procuram entender questões sobre por que, quando e como as pessoas começam (início), por que e como continuam (persistência), por que algumas vezes as ofensas criminais vão ficando mais sérias (escalada) ou especializadas e por que e quando as pessoas param (desistência).

Pesquisas empíricas realizadas a partir da década de 1930 nos EUA e na Inglaterra a partir dos anos 50 com jovens internos em instituições de menores infratores ou observando uma amostra de jovens de um bairro de Londres, ou acompanhando uma coorte de jovens nascidos em um determinado ano e seus registros de passagens pela polícia e outros registros criminais, observaram recorrências nessas carreiras criminais que podem ser resumidas em dez pontos:

1. A idade de início de cometimento de atos infracionais na maioria dos casos ocorre entre os 8 e os 14 anos e a idade de desistência de cometimento de crimes ocorre entre 20 e 29 anos.
2. O pico de prevalência de infrações ocorre no final da adolescência, entre 15 e 19 anos.
3. Um início precoce de cometimento de atos infracionais permite prever uma carreira criminal comparativamente mais longa e o cometimento de mais ofensas criminais.
4. Existe uma marcada continuidade entre comportamento antissocial na infância, na adolescência e na vida adulta e o cometimento de infrações e crimes.
5. Uma ínfima fração da população (que alguns autores chamam de ofensores crônicos) comete uma grande quantidade de crimes. Criminosos crônicos tendem a ter um começo de carreira criminal precoce, uma alta frequência de cometimento de crimes e carreiras criminais prolongadas.
6. O cometimento de crimes tende a ser mais versátil do que especializado. Criminosos violentos geralmente praticam crimes leves.
7. Os atos definidos como ofensas criminais são parte de uma síndrome mais ampla de comportamentos antissociais que incluem problemas com bebida, direção perigosa, promiscuidade sexual e outras.
8. Parece que quando os indivíduos entram na idade adulta eles tendem a mudar e passam a cometer ofensas criminais sozinhos. A maioria das ofensas criminais até o fim da adolescência são cometidas com outros, em grupos, enquanto a partir dos 20 anos são cometidas isoladamente.

9. As razões consideradas para cometimento de ofensas criminais até o fim da adolescência são variáveis e incluem excitação/adrenalina, tédio, além de razões utilitárias (financeiras) e emocionais. Dos 20 anos em diante as razões utilitárias se tornam predominantes.
10. Diferentes tipos de ofensas tendem a ser cometidas em idades distintas. A progressão ocorre de tal forma que furtos em lojas são cometidos antes de roubos; roubos antes de assaltos a mão armada e assim por diante. Em geral a diversificação aumenta até os 20 anos, mas depois ela declina e a especialização em certos crimes aumenta. (Piquero, Farrington, Blumstein, 2007).

As pesquisas que deram base a esse decálogo, compartilhado pela criminologia do curso de vida, foram baseadas em estudos empíricos clássicos que acompanharam adolescentes envolvidos com ofensas criminais nos anos 1930 e outros nos 1950 ou 60. A maior e mais fantástica entre as pesquisas chamadas longitudinais acompanhou as vidas de 500 adolescentes do sexo masculino com idades de 10 a 17 anos que se encontravam em reformatórios na década de 1930 e 1940 em Boston, e mais 500 adolescentes do sexo masculino que não tinham registros de delinquentes, combinando um a um, idades, perfil racial, nível de QI e baixa renda. Os jovens foram entrevistados em três ondas durante 25 anos quando tinham, em média, 14 anos, 25 anos e 32 anos. Esse grande projeto foi coordenado pelo casal Sheldon e Eleanor Glueck, que publicou seu principal trabalho em 1950. Mais de 40 anos depois, dois pesquisadores da Universidade de Chicago, Sampson e Laub, receberam os arquivos do casal Glueck e resolveram fazer uma pesquisa de follow-up: procuraram cada um dos 500 adolescentes delinquentes (na última leva da pesquisa dos Glueck eles tinham conseguido uma taxa de sucesso de 92% em continuar localizando os sujeitos da pesquisa original). Sampson e Laub resolveram descobrir o que havia acontecido com cada um daqueles rapazes, que já então tinham entre 61 e 69 anos: tinham voltado a ser presos, tinham fichas, condenações, passagens pela prisão? Tinha desistido do crime, estabilizado as vidas? E quais os fatores mais importantes para que desistissem da carreira criminal? E os que persistiram, quais eram suas razões? O que eles próprios diriam sobre suas vidas?

Para resumir, do grupo dos 500 delinquentes, eles partiram de uma lista de 455, que os Glueck tinham entrevistado na última leva. Desses, 225 estavam mortos (49%). Localizaram os demais e estabeleceram os percursos criminais dessas pessoas. Fizeram entrevistas em profundidade com 52 homens (11%) e puderam conversar sobre suas vidas desde a última entrevista.

Na verdade, esse esforço foi realizado para contrapor evidências definitivas às teses da criminologia clássica, proeminente nos EUA, que defende que alguns indivíduos com back grounds comprometidos por estrutura familiar, por falta de vínculos com a escola etc. perderam sua capacidade de se ligar à sociedade e voltarão a delinquir inexoravelmente. Seriam “crônicos” ou “superpredadores”, que devem se “incapacitados” para o crime: de preferência bem cedo e por muito tempo (veja por exemplo, Hirschi, 2009). Um dos meios de incapacitação são as sentenças precoces e longas, pelo menos para certos tipos de crimes e de ofensores. A criminologia clássica acredita que é possível estabelecer preditores sobre o cometimento de crimes, olhando os fatores de risco e os comportamentos dos delinquentes. Como prevenção terciária do crime propõem por exemplo, a política da “three strikes law”, que prevê que o jovem que reincidiu duas vezes após o primeiro delito – não importam as circunstâncias ou o tipo de delito – deve ser condenado a longa

sentença para ser colocado fora da sociedade. Os criminologistas clássicos são influentes nas políticas públicas judiciais nos EUA e têm tido papel importante nas ondas de endurecimento penal.

Sampson e Laub concluíram, pelo contrário, estudando as vidas dessas centenas de pessoas dos 7 aos 70 anos, que não é possível prever prospectivamente quem vai cometer crimes, quem vai continuar cometendo e quem, tendo começado, vai parar. E não é possível nem mesmo fazer análises retrospectivas: não encontraram evidências de que algum fator separado ou combinado (classe social, cor, inteligência, articulação verbal, estrutura familiar, abandono da escola, bairro de origem, grupo de amigos etc.) pudesse determinar carreiras criminais mais longas ou mais agressivas (com maior número de crimes violentos). Descobriram, ouvindo longas narrativas de velhos que pertenceram à criminalidade (e de alguns que ainda pertenciam), que efetivamente acontecimentos como álcool, confinamento, raiva, racismo, violência doméstica e participação em guerras eram fatores destrutivos para a construção de novos repertórios. E que casamento, passagem pelo Exército e empregos estáveis tinham sido fatores que ajudaram a interromper as carreiras criminais e organizarem a vida.

Laub e Sampson perguntam: o que significa chamar alguém de agressor persistente? Ou de intermitente, ou de criminoso desistente? Isto não captura os padrões de complexidade dos processos de criminalidade ao longo do curso de vida. Desistência é um processo realizado ao longo do tempo. Por isso os autores questionam as teorias de controle social e contrapõem a elas escolha e determinação pessoal, rotina, amadurecimento, pertencimento a culturas locais e contextos comunitários. Ou seja, controles sociais informais e não endurecimento penal e encarceramento em massa.

Howard Becker (2008), um sociólogo de São Francisco, na perspectiva da sociologia do desvio, pensa as carreiras criminais como parte das carreiras desviantes (usuários de drogas, loucos, músicos marginais etc.). E ajuda a compreender como “entrar” para uma carreira pode ser favorecido pela rotulação dos grupos externos que passam a enxergar aquele sujeito como pertencendo a um outro mundo (por exemplo, o mundo do crime).

David Matza (1990), num livro inspirador chamado *Delinquência e deriva*, escrito originalmente em 1964, e revisto em 1990, prefere entender as trajetórias de jovens delinquentes como processos à deriva e não necessariamente carreiras criminais previsíveis. Matza defende, junto com outros autores, a concepção de uma subcultura da delinquência onde os pares têm papel crucial. Matza acredita na determinação da vontade dos sujeitos, contra a ideia determinista da criminologia clássica que cria taxonomias, esquadrinha tipos e delibera a acerca de seus prognósticos. Observa que de 60% a 85% dos jovens delinquentes (segundo padrões dos EUA na década de 1960) não se tornavam adultos violentos. E seria isto que a sociologia precisaria entender. Matza propõe o conceito de neutralização, onde o autor de atos antissociais e delitos “relê” suas práticas por lentes que não necessariamente coincidem com as lentes dos criminólogos e agentes judiciários. Acha que a fase da vida em que jovens praticam atos infracionais pode mais se assemelhar com deriva do que com carreiras.

Zaluar (1997) discute o estatuto dos jovens engajados no tráfico em um texto importante. Deveriam eles ser analisados como participantes de gangues ao estilo norte-americano, de grupos tipo “galères” ao estilo francês, sem fins lucrativos e baseadas em códigos de masculinidade e lealdade, ou seriam melhor classificadas como membros de quadrilhas criminosas? Dowdney (2003) também discute o estatuto de jovens do tráfico carioca sugerindo que eles têm semelhanças não desprezíveis com outros grupos armados e engajados em atividades armadas de guerra no mundo, como os soldier-boys.

Acreditamos que para os efeitos do presente trabalho devemos considerar os jovens do tráfico do Rio como portadores de características combinadas desses modelos. Mas não cremos que podemos esquecer que as gangues locais e as facções das drogas fazem parte de uma atividade ligada essencialmente ao crime com fins de lucro e regras comerciais, mesmo que muitas vezes a “escolha racional” não se imponha, por exemplo, nas disputas insanas e incompreensíveis por territórios, nas provocações e conflitos frequentes nas fronteiras etc. Sugerimos utilizar os estudos do paradigma da carreira criminal e da criminologia do curso de vida para nos ajudar a entender inclinações e tendências entre os nossos jovens, e não imaginarmos – por mais que o tráfico carioca tenha especificidades – que eles pertenceriam a alguma categoria extraordinária de pessoas que perdem oportunidades pelo simples prazer na insistência e repetição. Nesse sentido, os conceitos de persistência, intermitência e transições por processos no tempo, e não por atos definitivos, podem ser úteis para a compreensão dos jovens do projeto.

Dada a escassez de estudos e levantamento consistentes sobre o perfil e as trajetórias desses jovens, vamos utilizar, para efeitos de comparação e contraste com o perfil e os indicadores dos jovens do projeto, a única pesquisa recente realizada no Rio de Janeiro com crianças e adolescentes engajados no tráfico de drogas, o trabalho do Observatório de Favelas intitulado Rotas de Fuga (2009).

## 6. Perfil dos Jovens do Projeto: imersão em experiências de violência, histórico de entra-e-sai e deriva

### Quem são os jovens do Projeto Especial – Perfil e considerações iniciais

Dos 53 jovens que em algum momento se aproximaram do Projeto Especial, conseguimos traçar a linha de base (baseline) de 44, isto é, de todos menos nove<sup>9</sup>, ou seja, de 83%, o que torna os resultados muito representativos do conjunto dos jovens que participaram do projeto. A linha de base foi capturada pela aplicação de um questionário com 81 perguntas e muitas alternativas, sendo que algumas poucas eram perguntas abertas (veja anexo 1). Os resultados dessa primeira aplicação formaram uma base de dados bastante sólida com informações básicas como idade no momento da entrevista, e também idade de abandono da escola, idade de início do uso de drogas, idade de ingresso no tráfico, idade de saída, anos de pertencimento ao tráfico etc. e assim em várias áreas como vida familiar, vida na escola, mundo do trabalho mundo do crime.

A seguir são apresentados os principais resultados da aplicação do Questionário Baseline. Os gráficos a seguir dizem respeito ao perfil básico dos jovens, condições familiares, de renda, moradia, escolaridade, lazer e experiências de consumo de drogas e exposição a violências nas redes de tráfico.

Como veremos a seguir, algumas características correspondem ao esperado para o público com o qual o Projeto lida. É o caso de sexo, escolaridade, renda, tempo de moradia na Maré e outras. Algumas características, contudo, indicam que o projeto atraiu setores específicos dentro do tráfico, com um corte de idade maior do que a média das pesquisas com jovens no tráfico (Dowdney, 2002; Rodriguez, 2013; Observatório de Favelas, 2009), como vamos ver. Os resultados também não correspondem a diversos estereótipos bastante comuns sobre o perfil dos jovens traficantes. Por exemplo, o fato de muitos terem sido criados por pais e mães ou por terem pais e mães vivos e vários morarem atualmente na casa dos pais; o fato de muitos relatarem ter tido experiências de trabalho fora das redes de tráfico; o fato de relatarem conhecer pontos turísticos da cidade e procurarem lazer em shoppings e outros lugares comuns de jovens; ou o fato de muitos terem documentos civis.

Esses dados não confirmam que esses jovens egressos do tráfico seriam os que viviam num ambiente separado da sociedade, que não saem da favela ou que não têm experiências comuns aos jovens da cidade. E também o grupo não coincide com uma noção às vezes um pouco mítica de que jovens que abandonaram o tráfico estariam conhecendo outro mundo ou vendo a luz. Na verdade, como veremos, vários tinham saído do tráfico voluntariamente em algum momento do passado, pelo menos uma vez. Nesse aspecto, a pesquisa revela que o perfil dos jovens tende a tornar mais complexa a equação “deixar o crime”, pois o pertencimento às gangues mantém muitos pontos de contato com a vida dos jovens que não pertencem a elas. Não há, portanto, uma

---

<sup>9</sup> Não conseguimos entrevistar nove jovens por razões variadas: nunca estavam disponíveis para entrevistas quando estávamos em campo; não pudemos marcar uma hora, pois estes furavam ou não compareciam, ou porque trabalhavam o dia todo e não podiam ir à sede à noite ou porque se afastaram do projeto antes que conseguíssemos realizar a entrevista.

suposta linha de corte, de passagem ou de conversão, onde não haveria pontos de encontro ou de retorno entre “dentro” e “fora”.

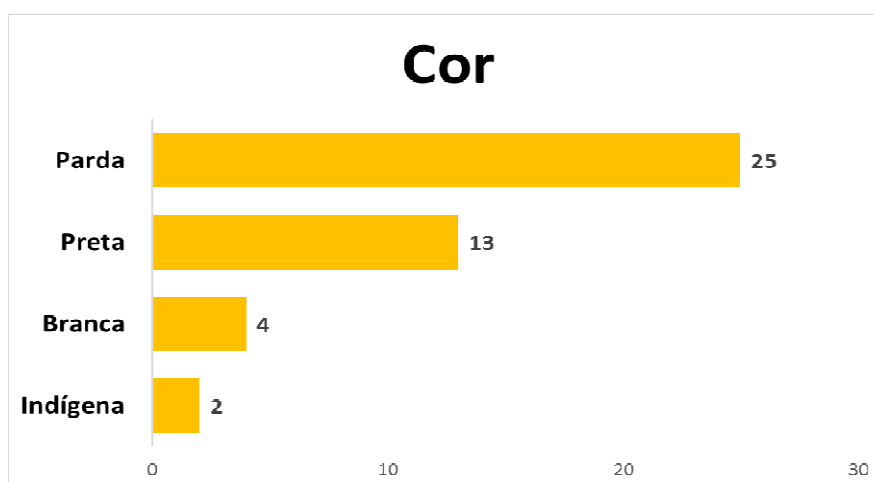
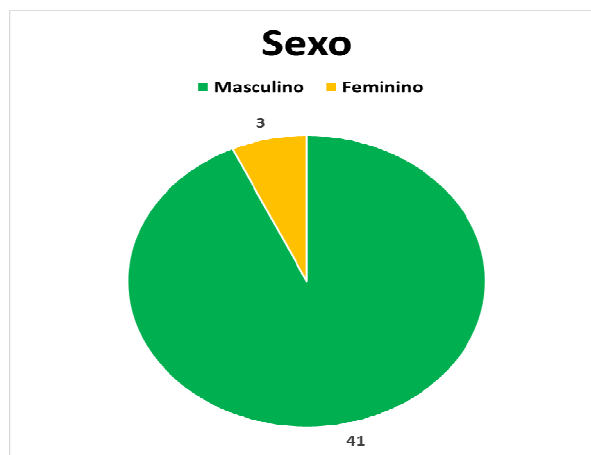
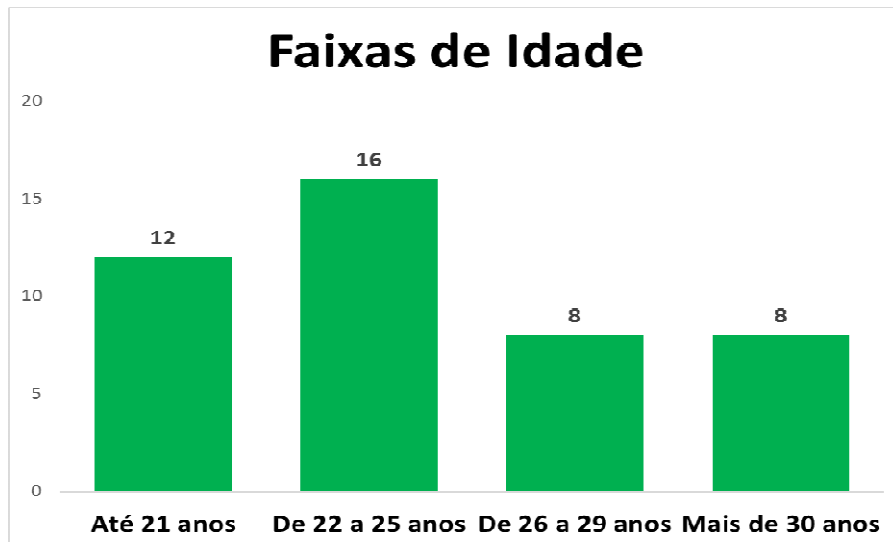
Outros dados revelaram vivências não só surpreendentes, mas espantosas. A idade precoce de ingresso no tráfico combinada com os anos de pertencimento ao “mundo”<sup>10</sup>, mesmo no caso dos mais jovens, indica que no Projeto, em muitos casos, as vivências de pertencimento às redes, isto é, as carreiras criminais – mesmo quando houve “entra e sai” – foram prolongadas. As experiências declaradas de exposição às violências (presenciar espancamentos, ver amigos morrendo, usar armas, participar de confrontos, levar tiros, ser preso, sofrer extorsão policial e outras) evidenciam um quadro impactante. O projeto atendeu menos os jovens que estavam na “periferia” das bocas de fumo, e mais os que estavam entranhados nas gangues, o “hardcore” do tráfico. Por isso vamos encontrar jovens mais velhos e cujo último cargo na boca de fumo tinha sido gerente, gerente geral e chefe. Os jovens do Projeto fazem parte de um segmento dos jovens de favela que viveu experiências muito específicas, típicas de gangues armadas e dolorosas e muitas delas prolongadas.

Finalmente, outra surpresa foi a relação de alguns com o uso problemático de drogas numa proporção maior do que esperávamos. Muitas vezes se pensa que os traficantes não usam drogas. Este não é o caso dos jovens do Projeto. Quase todos declararam ter usado drogas ilícitas e a maioria declara continuar usando pelo menos maconha. Um número não desprezível de jovens teve problemas no passado com o uso abusivo de cocaína e cheirinho da loló. Pelo menos cinco jovens ao longo das observações mantinham uso problemático de drogas e necessitaram de intervenções que mobilizou apoio da assistente social, psicóloga, mentor e família para encaminhamento a rede pública especializada. Naturalmente, esse é um aspecto adicional de preocupações no Projeto, porque as drogas não só os mantêm associados aos grupos de venda como os expõem a riscos com a polícia. No caso dos que fazem uso abusivo, há graves preocupações com a saúde.

---

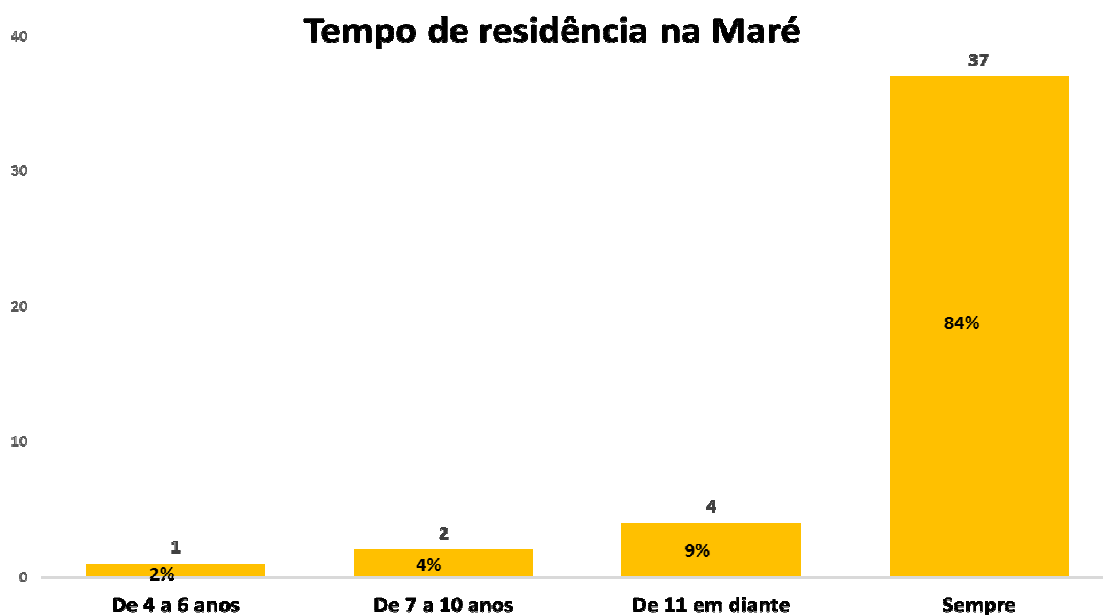
<sup>10</sup> “Mundo do crime” ou apenas “mundo” é uma expressão usada várias vezes pelos jovens para se referirem ao tempo em que pertenceram às redes de venda de drogas.

## Informações Básicas



Duas participantes do Projeto apenas três são mulheres. Quanto às idades, doze jovens têm menos de 23 anos, somando 53% de jovens com até 25 anos. Contudo, percebemos que 30% tem mais de 25, sendo que 8 participantes tinham 30 anos ou mais. Como já dissemos, o projeto conseguiu atrair participantes mais velhos do tráfico, pertencentes às hierarquias mais altas. Vamos discutir as particularidades dessa composição do grupo no capítulo sobre Resultados. A maioria dos jovens se autodeclarou negro ou pardo e esses resultados são consistentes com outros levantamentos (Observatório, 2009).

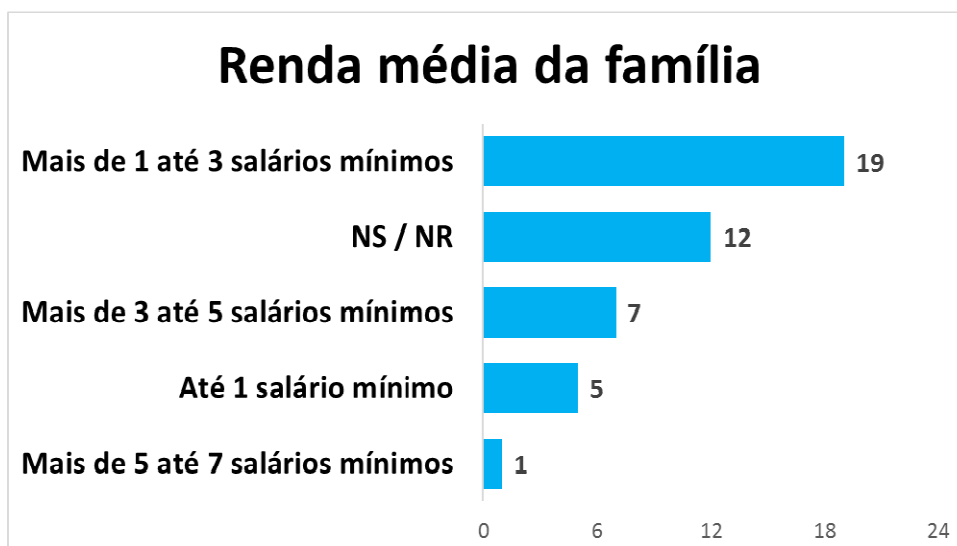
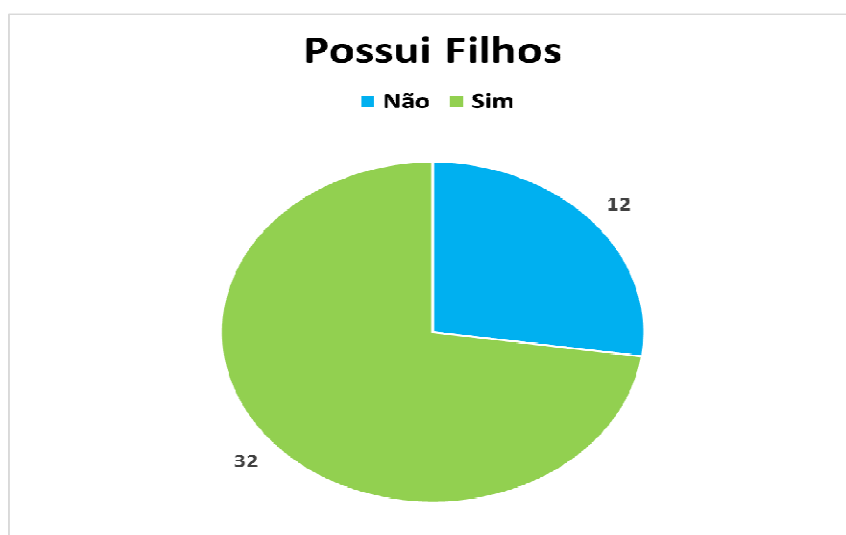




Os jovens são esmagadoramente “crias da Maré. E a maioria vive em moradas próprias, como é comum dentro das favelas<sup>11</sup>. Esse resultado, que parece confirmar outros levantamentos feitos com jovens do Rio de Janeiro, separa o perfil o típico de “carreiras criminais” dos estudos longitudinais realizados nos EUA e Inglaterra no campo da criminologia clássica, que observa uma extrema inconstância residencial entre os fatores de desestabilização da vida dos criminosos persistentes ou intermitentes, que entram e saem de reformatórios e prisões e nos intervalos relatam dezenas de mudanças com arranjos residenciais precários ao longo do curso de vida. Uma das razões dessa marcada diferença provavelmente é o caráter territorial do tráfico carioca. Em geral nômade na maioria das cidades, o tráfico de drogas do Rio de Janeiro adquiriu essa característica estranha e rara aqui na necessidade de defender o território de facções inimigas e de ações policiais violentas e corruptas (veja discussão sobre esse modelo em Ramos, 2016). Ou seja, em outras cidades, os jovens que ingressam em carreiras criminais “saem” de seus territórios de origem e se desenraizam. Nas favelas cariocas, quando o jovem entra para o crime, ele “fica” na favela, algumas vezes sem sair durante anos, para defender o território.

<sup>11</sup> Segundo dados do Censo 2010, tabulados pelo IPP (Instituto Pereira Passos – Fernando Cavallieri) comparando população das favelas com a população fora das favelas, 75% dos moradores de favelas mora em próprios já pagos. Entre a população da não-favela o percentual que mora em próprios já pagos é de 66%.

## Vida familiar



Como já mencionado, 66% declararam ter sido criados por pai e mãe ou apenas pela mãe e 86% possuem pai ou mãe vivos no momento da pesquisa. Evidentemente isto não resume as histórias familiares, porque em entrevistas em profundidade muitos mencionam histórias cheias de conflitos com pai e mãe incluindo abandono e violência física. Por outro lado, entrevistamos um jovem criado pela tia depois da morte precoce de pai e mãe, que estabeleceu vínculos afetivos fortes com essa parente, seus filhos e marido. Como já foi sido discutido em pesquisas anteriores (Ramos, 2009; Rodriguez, 2013; Observatório 2009), a ideia de “famílias desestruturadas” como causa amplamente aceita para explicar o ingresso de jovens no crime ou no tráfico de drogas (ver Sampson e Laub, 2003, Rodriguez, 2013, e Observatório, 2009) não se confirma na pesquisa. De fato, a noção deve ser tomada com cautela e deve ser usada com sentido crítico quando acionada como dispositivo explicativo para o início das carreiras criminais<sup>12</sup>.

Como disse uma assistente social em uma pesquisa anterior, “*eu tenho uma certa implicância com esse negócio de família desestruturada, porque quando a gente fala família estruturada e desestruturada, já pressupõe que tem um modelo certo. Que tem uma estrutura que é a correta. E isso não existe. Pelo menos hoje, as formações de família que a gente vê: é mãe que cuida dos filhos sozinha, é a avó que cuida, é o pai que cuida sozinho... Mas na verdade, não quer dizer que morando com pai e mãe certinhos, dentro de casa, que está tudo certo, sendo cuidada. Às vezes as crianças vão vivendo, dorme, acorda, dorme, acorda e ninguém olha por elas. Elas ficam ali circulando e ninguém olha de verdade*” (Ramos, 2009).

A proporção de jovens com filhos é bastante alta (73%), mas devemos levar em conta que aproximadamente metade dos jovens do projeto tem mais de 25 anos<sup>13</sup>. De qualquer forma, é importante mencionar (esse assunto será mais explorado no capítulo sobre Histórias de Vida) que os filhos surgem com frequência nas narrativas dos jovens como razões que teriam contribuído para tentarem deixar a vida no tráfico de forma definitiva.

### Uso de drogas

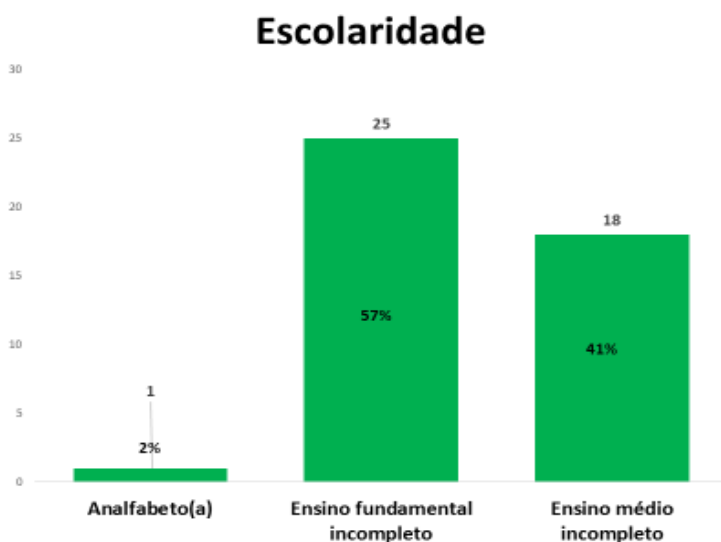
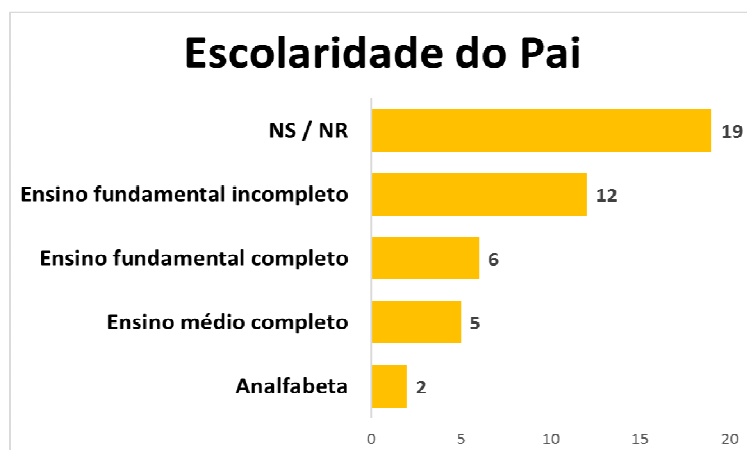
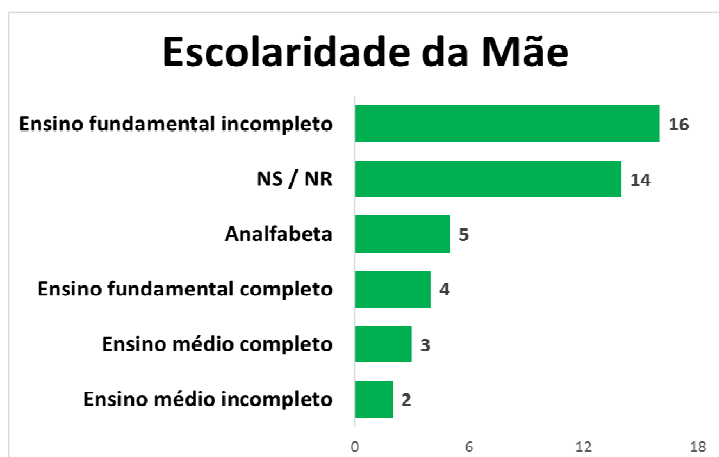


<sup>12</sup> Laub e Sampson (2003) mencionam o paradoxo gerados nos muitos estudos de perfil de jovens em carreiras criminais, porque quase todos os sujeitos narram ter tido problemas familiares na infância, mas os que desistiram do crime também narram (2003:113).

<sup>13</sup> Na pesquisa Rotas de Fuga apenas 27,8% dos adolescentes engajados nas redes de drogas entrevistados tinham filhos, mas sua faixa etária era marcadamente diferente da pesquisa atual, pois eles entrevistaram 240 jovens de 11 a 24 anos.

Como será detalhado no capítulo sobre Resultados o uso de drogas concomitantemente às atividades nas redes de drogas é frequente. A maioria dizia consumir apenas maconha e álcool. Durante o período que acompanhamos pelo menos cinco jovens apresentaram uso problemático de drogas, em geral “cheirinho da loló” ou maconha combinada com uso pesado de álcool. Um dos jovens voltou a consumir crack e foi afastado do projeto por ter-se envolvido em conflitos e dívidas nas bocas de fumo. Mesmo afastado, continuou recebendo suporte da área de assistência social para encaminhamento ao CAPS-AD (Centro de Atendimento Psicossocial - Álcool e Drogas). Outro jovem teve que sair da favela, por ter perdido uma carga de drogas quando se encontrava sob efeito de cocaína num confronto policial de que participou no mesmo dia em que se afastou do projeto (esse jovem não tinha nascido na Maré e tendo vindo de outro estado, morava na comunidade há poucos anos). Depois de ter estabelecido sua vida em outra favela da cidade, na região central do Rio, voltou a ter o apoio do projeto e se mantinha vivendo e trabalhando fora das redes de drogas quando encerramos esta avaliação em dezembro de 2015.

### A Escola no percurso de vida



**Extraordinária defasagem idade-série.**

**Nenhum dos jovens tinha concluído o Ensino Médio**

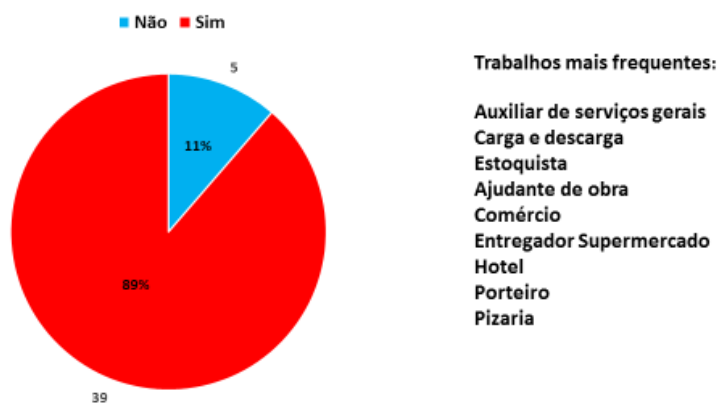
Este talvez seja o ponto mais consensual, arraigado e contagiante do passado, do momento atual e das perspectivas dos jovens em relação às suas histórias de vida. Eles detestam a escola, não têm memórias boas sobre o ensino e a educação formal. A defasagem idade série dos jovens é extraordinária e nenhum dos 44 entrevistados tinha concluído o ensino médio no momento da entrada no projeto. A escolaridade das mães (apenas 4 haviam concluído o ensino médio e 5 eram analfabetas) e dos pais (apenas 5 tinham concluído o ensino médio, sendo que 19 jovens desconheciam a escolaridade do pai) explica em parte o desempenho tão pobre dos jovens que ingressam nas carreiras do tráfico.

Nas entrevistas, impressiona a unânime ausência de atração que a escola exerceu em suas vidas desde a infância. Quando perguntamos as razões pelas quais abandonaram a escola, os motivos frequentes foram “não gostava”, “dormia”, “brigava”, “bagunça”, “preguiça”, “amizades” e outros. Muitos contam com empolgação que desde cedo pulavam o muro e ganhavam o mundo (ver mais detalhes no capítulo sobre Histórias de vida). O fato de que poucos mencionaram ter abandonado a escola e entrado para alguma outra instituição ou projeto social revela que essas crianças e adolescentes ficaram expostos exclusivamente à cultura da rua e à cultura de pares, nem nenhuma supervisão institucional e raramente com supervisão familiar.

Decorrência disso – ou não – o desempenho dos jovens nas atividades de escolarização formal previstas no projeto, tiveram resultados fracos, como veremos no capítulo sobre Resultados.

## A vida e o trabalho fora do tráfico

### Já trabalhou fora do tráfico antes do Projeto



### Já se afastou do tráfico pelo menos uma vez

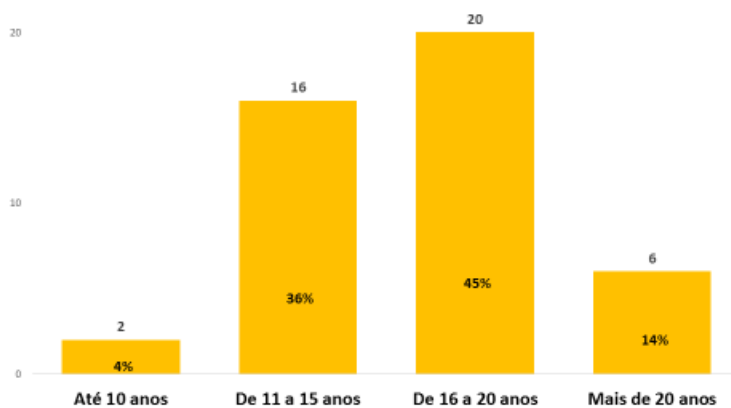


Como já mencionamos, quase 40% dos entrevistados já tinham se afastado do tráfico pelo menos uma vez antes de ingressar no Projeto Especial. E quase 90% já tinham tido experiências de trabalho fora das redes de drogas. Os trabalhos citados foram: ajudante de caminhão, auxiliar de pedreiro, auxiliar de serviços gerais, carga e descarga, caixa, estoquista, eletricitista na Tijuca, entregador de lanchonete, entregador de supermercado, fábrica de salgado, feirante, estacionamento, frentista de posto de gasolina, fiscal de loja, garçom em Copacabana, Hotel Guanabara no Centro, gráfica, jogador de futebol, Jôquei, Lan House, lava à jato, limpeza, operador de tráfico, papelaria, porteiro, pizzaria em Botafogo, supermercado na Zona Sul, trocador de van, vendedora e recepcionista.

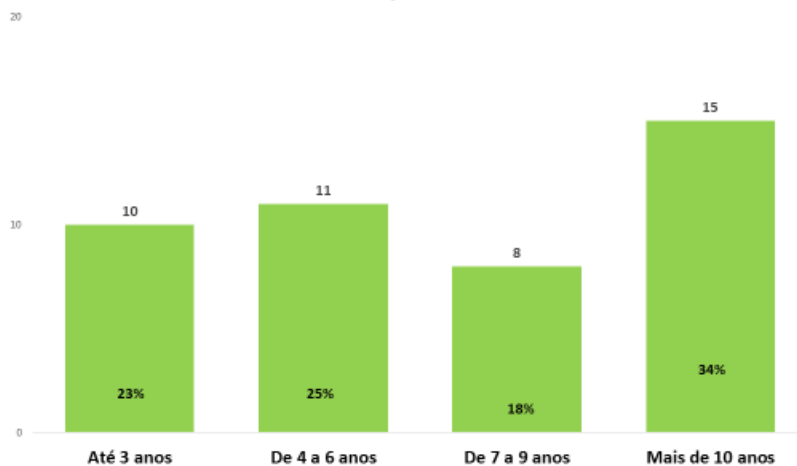
Propositalmente mostramos uma lista exaustiva, para evidenciar que os empregos que os jovens passaram a conseguir durante o projeto não são radicalmente distintos desses, que já estava dentro do repertório de experiências de alguns. Isto evidencia, a nosso ver, que não é exatamente o “tipo de emprego” (supostamente criativo, original, tranquilo ou muito bem remunerado) que permite a transição da carreira no crime para a integração numa atividade remunerada fora das redes de tráfico de drogas. É o pacote oferecido pelo Projeto Especial, como veremos no último capítulo, com apoio integral, que favorece o engajamento em *novos scripts para o futuro* (Sampson e Laub, 2003:145).

### Mundo do crime – Pertencimento

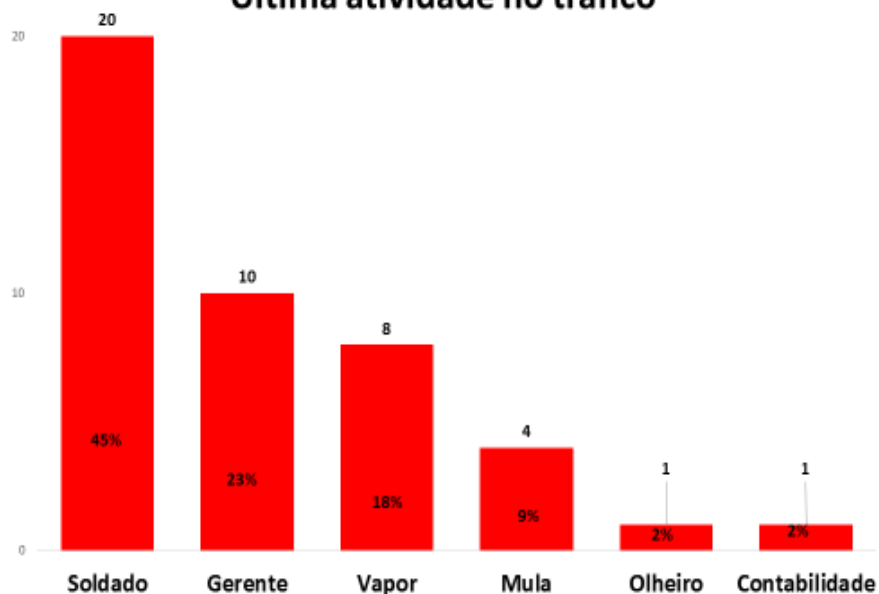
#### Faixas de Idade de entrada no tráfico



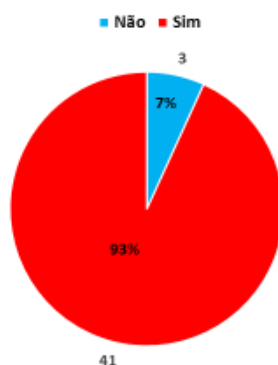
#### Faixas de anos de pertencimento ao tráfico



## Última atividade no tráfico



## Costumava usar arma de fogo?



Consistentemente com a literatura internacional e outros levantamentos nacionais realizados no Rio de Janeiro, a idade de ingresso nas redes de venda de drogas é precoce, com 40% dos jovens tendo começado a trabalhar nos pontos de tráfico antes dos 15 anos. “Onset” é o momento do início da carreira criminal, e tem sido descrito na literatura como uma das variáveis encontradas com frequência em carreiras prolongadas (Piquero, Farrington e Blumstein, 2007; Loeber e Farrington, 2012). Entre os jovens atendidos pelo Projeto especial, impressiona os anos de pertencimento às redes de tráfico: mais de 50% passaram mais de sete anos nas gangues e 36% passaram mais de 10 anos. Isto não quer dizer que esta seja necessariamente a média de anos de pertencimento ao tráfico da maioria dos jovens que neste momento está associada às facções na Maré (a organização Luta Pela Paz estima esse número em aproximadamente 300 jovens trabalhando simultaneamente).

Um dado adicional muito importante foi revelado nas entrevistas em profundidade com 13 jovens: todos sem exceção realizaram atividades de roubos e furtos nas ruas da cidade, antes de ingressarem no tráfico ou enquanto estavam no tráfico. Isto quer dizer que a idade de começo da carreira criminal pode ter sido anterior à declarada na pesquisa Baseline, pois perguntamos “quando entrou para o tráfico”. Depois verificamos que muitos já cometiam roubos e furtos, em duplas, ou em grupos (“paulistinha” é uma modalidade em que cinco mentores participam de roubos de rua, como será descrito no capítulo sobre Histórias de vida).

Todos os entrevistados no projeto, sem exceção, usavam armas de fogo enquanto estavam nas gangues de drogas (as três que não usavam eram as três meninas participantes do Projeto Especial). E finalmente, entre as posições que tinham ocupado no crime imediatamente antes de ingressarem no projeto havia 10 jovens em cargos mais altos na hierarquia das bocas de fumo (gerente de maconha, gerente de pó de 30 etc. e gerente geral). Como dissemos, o projeto que avaliamos planejou e conseguiu atrair pessoas posicionadas não apenas na periferia ou na base da estrutura do tráfico de drogas da Maré.

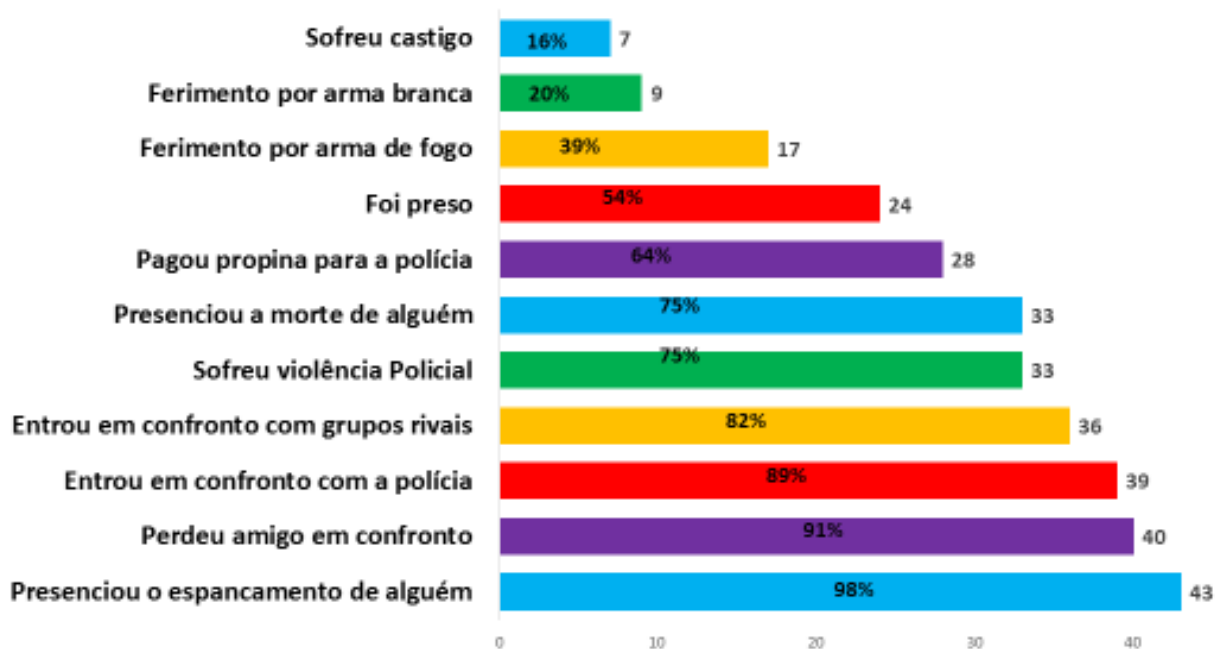
As três participantes do sexo feminino tinham exercido a atividade de transportar peças de armas e às vezes quantidades de drogas para outros pontos da cidade ou do país. Essa atividade é chamada de “mula”. Os “gerentes” são responsáveis pela distribuição, controle e prestação de contas de um determinado tipo de droga, por exemplo, pó de R\$5,00, pó de R\$30,00 etc. e ainda existe o gerente de preço e o gerente de atividade. O gerente geral supervisiona o trabalho em diversas bocas de fumo. Os “olheiros” são responsáveis por avisar quando a polícia ou pessoas da facção inimiga colocam a boca em risco. Os “soldados” (ou “atividades”) têm a função de proteger com armas a boca ou o chefe. Os “vapores” são os vendedores da droga, num esquema em que pegam uma carga de drogas, vendem e prestam contas ao gerente, ficando com o lucro na forma de dinheiro ou de droga, como preferirem.

Quando perguntamos quanto ganhavam na última função no tráfico, as respostas variaram. Foram de R\$12.000,00 parrando por R\$6.000,0, R\$4.000,00 a R\$2.500,00 por viagem, no caso das “mulas”. Os soldados e vapores declararam ganhar “valores flexíveis”: R\$800,00 por semana, mais cesta básica, botijão de gás e remédios; R\$1.000,00 por quinzena mais percentual por ser vapor; R\$800,00 por quinzena mais “moral”, isto é, um reforço semanal dado diretamente pelo chefe. De qualquer forma, todos os rendimentos declarados no trabalho realizado nas redes do tráfico proporcionavam salários expressivamente maiores do que aqueles que eles buscavam agora quando estavam no Projeto Especial (veja discussão sobre dinheiro no capítulo sobre Histórias de vida).



## Experiências de violência no mundo do crime

### Experiências de violência



Praticamente todos os entrevistados presenciaram espancamentos. Como se sabe, os espancamentos são “castigos” determinados pelos chefes e que são aplicados a membros do tráfico, consumidores ou moradores. Quase 40% já foi ferido por arma de fogo alguma vez. A maioria teve experiências de ou ter que pagar dinheiro à polícia ou ter que pedir à gangue para que pagasse. Mesmo assim, 54% foram presos pelo menos uma vez. Em alguns casos, todas essas vivências ocorreram com o mesmo jovem (pagou propina à polícia, foi preso, foi ferido) em ocasiões diferentes.

É difícil prever qual experiência terá importância num possível “turning point” (Sampson e Laub, 2003) na vida desses sujeitos. Segundo a literatura internacional, os encarceramentos são na maioria das vezes fatores agravantes e não dissuasores do cometimento de novos crimes. Alguns nos contaram que foram espancados pela polícia, extorquidos, traídos, presos, condenados, pagaram pena em penitenciárias com condições horríveis e quando saíram voltaram imediatamente para as gangues. Outros tinham tido uma experiência traumática recente (por exemplo, terem sido feridos numa operação policial e por um triz não terem sido mortos) e esta seria a mencionada principal razão para buscarem o Projeto Especial, pois precisavam de apoio para começar a se desligar dos grupos de tráfico (nesses dois casos os indivíduos continuavam trabalhando fora do crime dois anos e meio após o início do projeto, um deles num trabalho formal numa rede de varejo da cidade).

**Um olhar de conjunto sobre o perfil dos jovens do projeto.** O grupo é heterogêneo: desde jovens com mais de 10 anos de vida no tráfico, e mais de 30 anos de idade, que tinham cargos de chefia nas quadrilhas, até muitos jovens, com 18 anos, que participaram um ou dois anos das gangues. Desde analfabetos até aqueles que têm possibilidades de concluir o ensino médio em pouco tempo. Alguns mais protegidos pelas famílias, morando com pai e mãe, outros tentando organizar a vida com mulher e filhos. Alguns ganhando mais de R\$10.00,00 por mês, outros ralando no sol e na chuva em plantões de 12 horas, sete dias por semana, ganhando quantias que fazem o trabalho equivaler a trabalho escravo. Alguns tendo entrado e saído mais de uma vez, outros tendo permanecido dez anos seguidos dentro da gangue. Nessas circunstâncias, falar em “carreiras”, pode fazer sentido como expressão sociológica, mas não deveria sugerir percursos homogêneos e em linha reta, em que um sujeito seguirá o padrão previsível do outro. Tudo que temos aqui é heterogeneidade, errância, instabilidade, alternância, ou isso que Matza chama **deriva** (1990). A criação de alternativas de inserção na vida fora do crime tem que levar em conta essa complexidade.

## 7. Trajetórias e Histórias de vida

Por Pablo Nunes

### Introdução

Durante dois anos e meio, 53 jovens passaram pelo Projeto Especial, uns permanecendo por um longo período, outros nem tanto, mas em sua maioria esses jovens tiveram trajetórias específicas dentro do projeto. Alguns deles entraram e saíram de diversos postos de trabalho, foram presos, voltaram para o tráfico, sofreram violência policial, concluíram o ensino médio, ou seja, uma diversidade de situações que exigiu de nós, observadores desses processos, atenção redobrada para essas dinâmicas.

Para tentar entender essas trajetórias, essa seção irá discutir as histórias de vida desses jovens, da sua infância até a sua passagem pelo Projeto Especial, passando pelas suas entradas e saídas no tráfico de drogas, mercado informal e formal de emprego, sistema educacional, etc. Para isso, serão discutidas aqui as notas de campo desses dois anos e meio de observação, além de entrevistas em profundidade e semiestruturadas com 13 jovens do projeto, sendo 9 integrantes do Terceiro Comando e 4 do Comando Vermelho. A média de idade dos entrevistados é de 27 anos (o mais novo possui 18 anos e o mais velho 38 anos) e em média permaneceram por 10 anos no tráfico de drogas. Na época das entrevistas (novembro de 2014 a fevereiro de 2015), 5 jovens tinham completado os 18 meses de projeto e 8 continuavam inseridos. No momento em que escrevemos esse relatório, sabemos que dois dos jovens entrevistados retornaram ao tráfico de drogas e um morreu assassinado. As entrevistas duraram em média mais de uma hora e foram realizadas fora da Maré.

As análises aqui realizadas se referem a esse grupo de jovens entrevistados em profundidade e que fizeram parte do Projeto Especial. Ou seja, não pretendemos generalizar os dados recolhidos para o universo de jovens que em algum momento da vida ingressam no tráfico de drogas. Aprendemos que a realidade de cada jovem pesquisado é muito particular, com uma marca biográfica única e que aproximações sobre o conjunto dos jovens devem ser feitas com muita cautela.

### Contexto social dos jovens

Nessa seção serão abordados temas relacionados aos jovens em contextos sociais diversos, quais sejam: família, vizinhança, escola e seu círculo de amizades. A intenção aqui é entender um pouco mais como as relações com diferentes indivíduos se deu no percurso biográfico desses jovens. Aqui, não se parte do pressuposto de que se os jovens tivessem tido outro contexto familiar ou social então estariam protegidos do risco de ingressar em práticas de crime e violência. Por exemplo, nas entrevistas muitos nos disseram que o convívio com pessoas ligadas ao tráfico acabou facilitando o seu ingresso. Mas sabemos muito bem que inúmeros jovens de favelas, aliás a maioria, têm contatos com familiares e amigos ligados às redes de drogas e nem por isso ingressam para essas redes.

Nesse sentido, serão aqui abordadas o grau de integração desses jovens, expresso nos relatos de encontros e convívios com outras pessoas; a importância de certas pessoas ou grupos de pessoas para esses jovens, como mães e outros familiares; e suas relações afetivas ao longo da sua vida. Essas dimensões do que aqui se chama de “capital social” estarão sendo contrastadas nos diferentes momentos das vidas desses jovens, tendo atenção especial para os momentos antes e depois da entrada no tráfico de drogas, a ponto de tentarmos responder: **na visão dos jovens, a entrada no tráfico de drogas modifica de alguma forma suas relações sociais para além do círculo de traficantes?**

As relações sociais construídas por esses jovens no percurso de vida são objetos interessantes de reflexão apenas como uma dimensão que compõe suas vidas. Ausências e presenças de relações sociais não parecem ser determinantes, sendo mais profícuo entender essas relações como um ponto dentro da construção dinâmica dessas biografias.

### ***Contexto Familiar e vizinhança***

Os jovens do Projeto Especial possuem uma vivência intensa dentro do complexo de favelas da Maré. A maioria dos entrevistados (10) nasceu na Maré, sendo que a quase totalidade desses nunca se mudou<sup>14</sup>. Os que se mudaram alguma vez na sua vida o fizeram para localidades próximas a Maré, apenas um dos jovens possui vivência fora do estado do Rio de Janeiro. Ou seja, a maioria dos jovens entrevistados é o que se denomina “cria” da favela: nasceram e se criaram no mesmo lugar, construindo e atualizando cotidianamente os laços sociais com os seus vizinhos, amigos, colegas de escola, donos de comércio, agentes sociais, etc. A maioria deles relata um passado, que apesar das dificuldades financeiras, era bom por sua proximidade com colegas e com as brincadeiras da infância.

O convívio familiar em alguns casos se mostrou conflituoso. Por um lado, alguns jovens não conheceram seus pais, passaram necessidades materiais, tiveram familiares envolvidos no tráfico de drogas. Por outro, alguns deles cresceram em bairro da zona sul da cidade (porque as mães trabalhavam como empregadas domésticas), tiveram a presença de pai e mãe e não sofreram privações materiais. Ou seja, as realidades desses jovens se mostraram muito distintas no que se refere ao convívio familiar. Em muitas vezes a figura materna exerceu influência positiva, como um agente moral regulador de condutas: a mãe foi para muitos desses jovens a imagem do “caminho certo” em sua infância. Para outros, a influência foi negativa em alguns momentos, principalmente quando rejeitados. A presença paterna foi menos aparente do que a materna. Alguns dos jovens não conheceram seus pais ou tiveram um convívio distante. Isso se reflete em perguntas mais diretas sobre a profissão dos pais. Na maior parte das vezes os jovens não conseguem trazer informações pessoais sobre seus pais, o que ocorre com menos frequência no caso das mães.

---

<sup>14</sup> Esse fato estabelece um forte contraste com as carreiras criminais dos indivíduos estudados por Sampson e Laub, 2003 (eles acompanharam carreiras criminais de 500 jovens internos num reformatório nos anos 1930, tendo seguido as vidas dessas pessoas dos 7 aos 70 anos, nos EUA). No caso dos sujeitos de *Shared beginnings, divergent lives* uma característica marcante dos ofensores persistentes era a instabilidade territorial e a quantidade de vezes que tinham mudado de casa, bairro e cidade. Talvez, a característica “territorial” do tráfico carioca explique a forte permanência dos nossos entrevistados no bairro da Maré.

Metade dos jovens falou espontaneamente sobre situações de exposição a violência dentro da família. Essas violências giravam entorno de violência doméstica, castigos recebidos por pai ou mãe, violência verbal e mortes violentas de familiares. Em relação a violências sofridas na infância e adolescência dentro da família, grande parte dos jovens relatou que eram seus pais que lhes aplicavam castigos físicos. Alguns dos jovens pontuaram que casos de violência vividos na infância e adolescência foram os responsáveis pelo início do envolvimento com o tráfico de drogas:

JOVEM 28: É, meu padrasto me batia bastante. Por isso que também depois que eu comecei me revoltar também, pensar coisa ruim, ele me batia, não me deixava soltar pipa, eu soltava escondido, me batia, chegava do trabalho, eu se escondia dele...

ENTREVISTADOR: Porque ele já ia bater.

JOVEM 28: Já ia bater.

ENTREVISTADOR: Por que ele te batia?

JOVEM 28: Não sei, meu pai parecia que não gostava de mim.

ENTREVISTADOR: Você não aprontava não?

JOVEM 28: Não, nessa época ainda não, aí depois que eu comecei...

Em alguns casos essas violências ou maus tratos sofridos durante a infância e adolescência originaram uma trajetória de “revolta”, ou no caso de perda de familiares, uma trajetória de “vingança”, que inseriu os jovens em redes de “ilegalismos”<sup>15</sup> e violência, algumas vezes mesmo antes de ter contato direto com o tráfico de drogas. Ou seja, a vivência na Maré, a construção de laços afetivos e a convivência familiar marcaram de muitas formas as trajetórias desses jovens. O convívio com a família assume diversas configurações onde é impossível enxergar um padrão: houve discrepâncias extremas nesse quesito, com jovens que foram totalmente abandonados pelos pais e outros que tiveram pai e mãe presentes em sua criação. Em certa medida, a figura das mães desses jovens foi mais presente que a dos pais, influenciando diretamente na construção da autoestima desses jovens e da sua relação com os outros.

Durante a fase adulta, depois da primeira experiência com o tráfico de drogas (a grande maioria dos jovens entrou no tráfico antes dos 18 anos), o convívio familiar se mostrou em diferentes matizes. Alguns jovens continuaram a viver na casa de seus pais ou familiares como avós e tias, outros se distanciaram da família, seja por vontade própria ou outras vezes por um abandono da família. E nesse sentido, o convívio com a família pode suscitar dois tipos de efeitos: pode ser significado como um apoio ou estímulo, quando a família acolhe o jovem; ou pode ser motivo de revolta e tristeza; ou também pode ser visto de maneira indiferente.

De todo o modo, positiva ou negativamente, a figura dos pais continuou a se impor como uma figura de autoridade, aonde o jovem se acolhe na busca de segurança. Quando essa imagem lhe foi negada, surgiu a indignação e revolta, como no caso abaixo:

ENTREVISTADOR: E você acha que ela te expulsou de casa porque está com medo de você voltar pro tráfico?

JOVEM 50: Eu não sei, não tenho a mínima ideia porque ela me expulsou de casa, não tenho. Eu tirando os meus documento, fazendo de tudo pra arrumar um trabalho, ela podendo dar mais um tempo, sem mais, nem menos, ela saiu me expulsando. Acho que ela pensa que eu não vou mudar de vida, entendeu, que realmente eu não quero arrumar emprego, porque eu estava morando lá, eu não estava trabalhando, e não é porque eu não queria, eu não estava trabalhando porque eu estava sem o documento, entendeu, estava esperando a dispensa do quartel, aí acho que ela não entendeu,

---

<sup>15</sup> Estamos usando a expressão na concepção de Vera Telles e Daniel Hirata (2010).

pensou que eu estava vagabundeando, que eu estava querendo me envolver com o crime novamente, aí foi e me expulsou.

Por outro lado, vemos que a presença materna pode ser um determinante para a saída de alguns jovens do tráfico, nos discursos que colhemos. As mães, avós, tias, em alguns momentos operaram na vida desses jovens como um agente moral, que mostrariam a conduta certa a adotar. Além de inspirar os jovens com sua própria vida que seria uma “vida direita”, esses agentes também aconselharam, deram suporte financeiro etc. De certa forma continuaram a tutelá-los, sendo responsáveis por reconduzi-los para a vida dentro da legalidade, arcando com os ônus do processo:

ENTREVISTADOR: E ela falava o que pra você?

JOVEM 24: Ah, falou que ela não criou filho pra isso, criou filho pra querer o bem do filho, aí me via assim, às vezes ficava de cara fechada, que ela estava vendo aquilo, aquela situação toda, aí hoje em dia, não, hoje em dia a gente fica sorrindo, beijo ela, abraço ela, tenho um amor... aí que eu vi que eu tinha amor de família.

ENTREVISTADOR: Ela foi um fator importante pra você largar.

JOVEM 24: É, minha mãe.

De toda forma, o convívio familiar se alterou depois que os jovens ingressaram no tráfico. As mudanças ocorreram tanto no sentido das tentativas de “resgatar” o filho, ou a repulsa total do convívio. Em todos os casos, não parece ter havido reticências por parte dos familiares quando da entrada desses jovens no tráfico. Entre os extremos da “repulsa” e da “tentativa salvadora”, diversos foram os posicionamentos tomados pelos familiares, mas sempre causando um efeito psicológico nesses jovens, sendo motivo de saída do tráfico, ou a sua permanência.

Dos treze jovens entrevistados, apenas três não possuíam filhos. As idades com que esses jovens tiveram seus filhos variou muito de um caso para outro. Alguns deles tiveram apenas uma companheira com quem tiveram filhos, outros tiveram várias relações, acompanhadas de filhos, e também há o caso de um jovem que assumiu os filhos frutos de outro relacionamento da companheira. De toda forma, os filhos pareceram ser fonte apenas de sentimentos positivos. Quando os jovens falaram de seus filhos, geralmente essa fala veio acompanhada de expressões faciais que indicava alegria, satisfação, além de ficar expresso com palavras utilizadas pelos jovens, como “razão da minha vida”, “presente”.

Por conta das mudanças de relacionamento, alguns dos jovens não mantiveram contato próximo com seus filhos. Algumas vezes os filhos foram causa de brigas entre o jovem e sua antiga companheira, o que acabou produzindo um contexto de animosidade que durava alguns meses. De toda forma, os jovens que possuem filhos estão bem divididos no que se refere a viver ou não com seus filhos.

Por mais que não se convivia com os filhos diariamente, esses exerceram influência importante na vida desses jovens. Muitas falas se basearam na vontade de “dar ao filho o que eu não tive”, ou dar educação de qualidade para que não “vá para o mau caminho”.

JOVEM 09: Aí quando a minha outra esposa falou que estava grávida, aí fez o pré-natal, fez a ultra, aí falou que era homem, eu falei: “Não, agora eu tenho que sossegar, que eu tenho que ver meu filho”, aí foi quando eu sosseguei, aí arrumei um serviço aqui, na Luís de Camões, aí fiquei lá cinco anos, dois sem carteira e três assinada, aí foi o tempo que eu passei mais longe assim [do tráfico de drogas].

(...) Aí eu falo pro meu filho assim: “Hoje em dia, tu tem tudo, do bom e do melhor, e ainda reclama, não sabe as coisas que a gente já passou na vida”.

Ou seja, grande parte das motivações que os jovens encontraram para construir uma vida longe do crime é fruto da necessidade de que seus filhos possam usufruir de outro contexto e assim ter outras oportunidades na vida. De alguma forma, a preocupação em dar suporte financeiro, material, educacional para os filhos para evitar que o mesmo repita a vida do pai parece ser uma explicação para a própria entrada desse jovem no tráfico. Seu engajamento na construção de outro contexto para o filho pareceu ser uma tentativa de barrar o futuro iminente. O filho seria, pois, uma cópia do pai que – se não tivesse outro contexto de vida – repetiria fatalmente os passos do seu genitor.

Os jovens entrevistados se viam em seus filhos. Fazer pelos filhos aquilo que não foi feito para eles pareceu ser um grande fator que colabora para a saída do tráfico de drogas. Ver os filhos realizando aquilo que lhes foi negado trouxe satisfação a esses jovens, expresso por exemplo quando os filhos vão bem na escola e o jovem faz questão de pontuar isso. A vida do filho se construindo de forma contrária indicava, na visão do jovem, que ele terá um futuro distinto também.

A relação com as mulheres se mostrou bem intensa nas falas dos jovens entrevistados. A grande maioria relatou que quando estiveram no tráfico de drogas as relações com diversas mulheres era a regra. É recorrente a imagem que alude a um passado em que a regra era o convívio com diversas mulheres, o uso constante de drogas, tanto as ilícitas quanto o álcool, noitadas nos bailes etc. Segundo os entrevistados era relativamente fácil conseguir e manter um amplo número de parceiras sexuais. De alguma forma ficou expresso que esse contexto de diversas parceiras, ou uma companheira fixa, a “fiel”, e outras com relacionamentos esporádicos, era uma situação relativamente comum.

Quando os jovens saíram do tráfico de drogas, a questão mudou. O cenário de muitas mulheres sem que se postule a fidelidade passava a ser visto como algo errado, no discurso deles, levando a assumir apenas uma mulher. Quando falaram de relacionamento, a maior parte se referiu a uma companheira apenas, com quem construiu uma família. Algumas vezes essas companheiras também se apresentavam como um motivo para os jovens saírem do tráfico ou não voltarem a ingressar:

JOVEM 09: Nessa vida, dependendo do seu cargo, mulher vem que nem água, então, eu não ia em casa mais, mandava só ir lá pegar roupa, às vezes nem mandava pegar, mandava comprar outra roupa nova, tomava banho em qualquer lugar, tinha muita casa pra gente dormir, pra gente morar, então... mas hoje em dia, não, hoje em dia ela [a companheira atual] até me dá força pra mim estar no projeto, pra mim continuar no projeto.

ENTREVISTADOR: Sua esposa torce pra você não voltar, ou pra você voltar, ou pra ela tanto faz?

JOVEM 53: Claro que não, ela não torce pra mim voltar, fala pra não voltar.

ENTREVISTADOR: Ela prefere que não, né?

JOVEM 53: Fala que não.

A constituição de uma família estável parece ser um dos objetivos de vida desses jovens. Em muitas falas relacionadas ao futuro, que serão vistas mais à frente no texto, a família parece ser o centro de todos os planos do jovem. De certa forma, a tentativa de construção dessa família, aliada as pressões morais exercidas pela mãe, companheira e filhos, conforma o jovem a

permanecer fora do tráfico de drogas. Ou seja, o jovem só conseguirá manter a família unida e estável na medida em que responder positivamente às expectativas dos que estão a sua volta, no que se refere a sua distância do tráfico de drogas.

As relações no círculo mais próximo desses jovens (pai, mãe, outros familiares, companheira e filhos) parece exercer influências muito fortes no que toca estritamente à condução da sua vida. A todo momento e a cada decisão esses jovens estão querendo dar resposta a expectativas desses atores, visto que não é raro ver que a satisfação vinda do fato de estar fora das ações ilegais é muito tributária da visão que esses agentes têm do jovem. É comum ver que o jovem explica sua satisfação com a “nova vida” porque seus familiares estão satisfeitos. As relações com amigos e colegas de escola parece exercer outro tipo de influência, que serão vistas adiante.

### ***Escola e Amizades***

As amizades na infância e na adolescência apareceram, em sua maioria, na forma de lembranças positivas, em brincadeiras e convívio tranquilo com seus pares. Foi também com seus amigos que esses jovens tiveram suas primeiras experiências de trânsito na cidade sem um adulto supervisionando, em passeios em shoppings centers ou praias e outros pontos turísticos da cidade. Muitas vezes os jovens cabulavam aula para irem a esses lugares, se aproveitando do fato de estarem uniformizados para não pagarem passagens nos ônibus. Essas primeiras experiências de trânsito na cidade marcaram as lembranças desses jovens.

Sobre a escola, grande parte admitiu que não gostava, pelo menos no que se refere ao ensino. Quando perguntados sobre coisas de que gostavam na escola eles responderam que gostavam de “fazer bagunça”, de atividade física ou do convívio com amigos ou professores específicos. A escola em nenhum momento foi vista como um espaço de aprendizagem. Muitos deles expressaram que não encontravam sentido em “ficar trancado” na sala de aula enquanto poderiam estar se divertindo do lado de fora. De certa forma, parece que essa visão da escola colabora com a baixa escolaridade desses jovens. Com a média de 27 anos, apenas um desses jovens concluiu o ensino médio, e mesmo assim o concluiu dentro do Projeto Especial. Assim, a escola encerrou um período geralmente muito curto na vida desses jovens, não sendo possível notar muita influência exercida por essa instituição na vida deles, nem mesmo a manutenção de amizades, diferente do contexto do tráfico.

Quando os jovens passaram a fazer parte do tráfico de drogas, suas amizades ficaram quase totalmente restritas nesse círculo. A vivência no tráfico de drogas foi tão intensa que quase não houve espaço para se alongar seus círculos de amizade. Adicionalmente, diversos foram os casos em que o jovem ingressou no tráfico juntamente com um grupo de amigos. O tráfico, composto em sua maioria de jovens, passou a ser o espaço de sociabilidade quase único. Quando perguntados sobre outros grupos de jovens, religiosos, etc., eles disseram que nunca tiveram contato durante toda sua vida. Ora, com a prematura saída do sistema educacional aliada a falta de engajamento em outros espaços de sociabilidade, esses jovens acabaram se conformando com as amizades do tráfico.

É bom pontuar que a amizade no tráfico de drogas pareceu ser algo ambivalente. Muitos disseram que não se pode confiar nos membros do tráfico, porque sempre há covardia e traição. Nesse



sentido, esse círculo de amizade se torna fraco no que se refere a grau de confiança. Não foi visto na fala desses jovens que eles poderiam contar com os amigos do tráfico quando algum problema lhe acometesse, ou que saiam para se divertir juntamente. É possível que o mesmo acontecesse (até porque eles relatam dos bailes e festas que participavam), mas os jovens não falaram sobre os antigos amigos do tráfico como pessoas de confiança.

A falta de laços fortes com os outros traficantes se expressou também na facilidade de se desvincular deles com a saída do tráfico:

ENTREVISTADOR: Me diz uma coisa: o que mudou da sua relação com a boca, com os meninos da boca, hoje e antes?

JOVEM 48: Ah, mudou muito, porque eu não convivo mais com eles; às vezes eu vejo assim, geralmente mais final de semana; final de semana, eu vejo eles, e falo, quando eu estou de folga, trabalho de segunda à sexta, só passo só também, não paro mais, falo: “Oi, tudo bem?”, vou diretamente pra casa, às vezes passo pra fazer alguma coisa na rua, falo com eles normal, mas não é aquela coisa que era antes, que eu ficava ali, participava, bem dizer, da vida também deles, que ficava ali com eles direto.

Foi frequente encontrar esse tipo de discurso na entrevista dos jovens, a posição de se manter afastado de tudo que possa servir como sedução para voltar ao tráfico de drogas. Mas é importante notar que não há um rompimento total com esses outros jovens que permaneceram no tráfico. Sempre se pode cumprimentar, manter uma pequena conversa, mas geralmente não passa para disso. Mas segundo um jovem, é muito difícil se desvincilhar totalmente dessas redes de amizades, porque o convívio não se modifica muito. O que muda é o fato de não permanecer mais ao tráfico, mas o cotidiano ainda se mantém próximo desses atores:

JOVEM 07: Só mudou isso, porque não faço mais favores pra eles, não ando mais armado, não roubo mais ninguém, em compensação... não mudou nada, não, porque essa relação, querendo ou não, era a mesma, a gente está junto ali, convive junto dentro da comunidade, e muitos deles é nascido e criado com a gente, estudou junto, jogou bola junto, fez um monte de doideira junto, e virou a cabeça agora, não tem como a gente não se envolver, estar perto deles assim. A gente tenta mudar as amizades, mas não tem como; não adianta, a favela toda, todo mundo se envolve, se o cara não é bandido, ele rouba, se ele não rouba, ele compra um roubo, se ele não compra um roubo, ele é 171, todo mundo faz uma besteira ali dentro.

Essa visão moral mais frouxa não foi a regra no que diz respeito às entrevistas realizadas. A maioria preferiu manter um distanciamento muito claro dos jovens que permaneceram envolvidos no tráfico de drogas. Mas, pelo visto na fala desse jovem, há a possibilidade de manter essas relações construídas durante a permanência no tráfico de drogas mesmo que isso não signifique seu envolvimento com atividades ilegais. Não há necessariamente, segundo esse jovem, um comprometimento com o “mundo do crime” pelo fato de manter contato com esses atores. É importante entender que as experiências vividas no tráfico de drogas, em muitos casos, representaram boa parte da vida desses jovens, sendo impossível descartá-las. Adicionalmente, muitas dessas relações se impõem uma vez que eles permanecem no mesmo território, tendo de lidar com as mesmas pessoas, só que agora em outro contexto. O que muda é o seu posicionamento dentro do contexto local: antes ele era um traficante da região, agora ele não possui mais tal ligação. Em todos os casos, a relação com o trabalho (legal X ilegal) exerce uma influência importante na vida desses jovens, o que será visto na próxima seção.

## Ganhar a vida

As experiências com meios de ganhar dinheiro permearam quase a totalidade dos relatos desses jovens sobre suas vidas. As atividades remuneradas se iniciaram cedo na vida desses jovens, com tarefas pequenas em pequenos mercados da vizinhança, em descargas de caminhões em fábricas da região, ou até mesmo em outros bairros da cidade. Para usufruir do básico, esses jovens foram obrigados a trabalhar para ajudar seus pais nas despesas de casa. Nos poucos casos em que a necessidade não foi uma realidade, os jovens disseram que começaram a sentir o desejo de ter dinheiro próprio para adquirir bens de consumo. Sendo assim, o jovem, filho único, que possuía pai e mãe que o sustentasse, em determinado momento da vida sentiu a necessidade de ganhar dinheiro por seus próprios esforços, para adquirir roupas, realizar o seu lazer etc.

Posta a necessidade, o segundo passo foi se engajar em alguma atividade para conseguir supri-la. Fica marcada na fala desses jovens a constante presença do trabalho informal, dos “ilegalismos” e posteriormente (ou concomitantemente) o tráfico de drogas. Aqui é importante pontuar os limites propostos para o entendimento dessas categorias, mesmo que a realidade seja muito mais fluida e dinâmica.

No contexto atual, os “trabalhos informais” se constituem fronteiras muito incertas. Não se sabe, para citar um exemplo recorrente, se o serviço de mototáxi, no qual alguns jovens trabalhavam, pertence ao tráfico ou não, questão essa que gerou debates acalorados dentro da coordenação do Projeto Especial<sup>16</sup>. A questão é que a virada do século foi acompanhada de uma série de redefinições no que se refere ao mercado de trabalho. Aliada à precarização do trabalho formal, as evoluções aceleradas dos mercados e circuitos transnacionais de mercadorias ilícitas produziram uma série de “trabalhos informais” que se constituem dentro dos limites porosos do legal e do ilegal.

Para ganhar a vida, esses jovens acessam um cardápio muito extenso de possibilidades de trabalho, uns com mais facilidades, outros com menos. De toda forma, os “trabalhos informais” sempre pareceram mais atraentes por esses jovens por dois motivos básicos: primeiro porque a realização deles pode ser feita dentro da própria favela, mantendo o jovem em sua zona de conforto; e em segundo lugar porque o pagamento é flexível, as vezes semanalmente, o que é um benefício na visão desses jovens. O tráfico de drogas seria um desses caminhos possíveis, com vantagens e desvantagens.

A próxima seção irá abordar os relatos relacionados a modos de se ganhar a vida, relacionamento com o dinheiro, crimes e consequentes privações de liberdade, e serão divididas em seções para melhor compreensão.

### *Mundo do Trabalho x Mundo do Crime*

As questões relacionadas a dinheiro começaram em algumas histórias muito cedo, já na infância e adolescência. Alguns jovens relataram que ao presenciarem as necessidades materiais vividas na família começaram a trabalhar, alguns antes dos 10 anos, em serviços como ajudante de feirante,

---

<sup>16</sup> Importante mencionar que serviços de mototaxis, que em várias cidades do Brasil foram legalizados e regulados pelo poder público (como os serviços de taxi), no Rio de Janeiro continuam não-legalizados, isto é, não são previstos em leis e regulações urbanas.

coletando materiais recicláveis, realizando transporte de compras, em obras etc. Quando comparados os relatos sobre trabalhos informais na infância e adolescência com os relatos sobre roubos e furtos na mesma época, vemos que esses últimos estão mais presentes nas trajetórias desses jovens. Ao contarem sobre o início da prática de roubos e furtos, eles pontuam que começaram no “lado errado” nessa época, localizando no fato um ponto de inflexão moral: começar a roubar e furtar foi visto por eles próprios como os primeiros passos em uma carreira criminal. Além dos roubos e furtos os jovens relataram que começaram a prestar serviços para o tráfico muito cedo, em uma modalidade chamada de “voo”, que consiste em realizar pequenas entregas para os traficantes locais, na maioria das vezes comida ou recados.

As práticas de crimes tomaram lugar quando o jovem não conseguiu dinheiro de outras formas. A maioria dos jovens tentou ganhar a vida realizando pequenos trabalhos durante sua infância e adolescência, fracassando em manter um fluxo constante e suficiente de dinheiro para se manter. Aliado a isso, a vontade de consumir os objetos da “moda” que muitas vezes lhes eram apresentados no corpo de traficantes locais fez com que a necessidade de ganhar dinheiro pelas próprias mãos fosse cada vez mais insuflada. Os jovens relataram principalmente três tipos de ilegalidades cometidas durante a infância e adolescência: roubo, furto e o “voo”. No caso dos roubos, diversas modalidades foram citadas: roubos a pedestres, roubos em coletivos, arrastões em praias, roubo de veículos e até mesmo sequestros.

JOVEM 40: Tipo assim, com os meus 13 anos, eu comecei a roubar, aí quase completando 14, aí eu me envolvi no tráfico, aí eu ficava naquela do tráfico e indo roubar, tráfico e indo roubar, tráfico e indo roubar, que o tráfico, naquela época, não dava dinheiro, eu era fogueteiro, comecei lá debaixo mesmo, bem lixo mesmo, aí não tinha valor, eles esculachava, aí quando eu não estava de trabalho, ia pra pista roubar.

Dentro das ilegalidades, a maioria dos jovens disse ter participado em roubos e assaltos antes ou simultaneamente ao trabalho no tráfico de drogas. Além disso, um dos jovens chegou a vender DVDs piratas em uma importante região de comércio popular no centro do Rio de Janeiro. NO momento da entrevista, esse mantinha a atividade de vender desenhos personalizados digitalmente e impressos em um equipamento portátil que ele levava até os clientes, ganhando um dinheiro relevante. Para ele, trabalhar dessa forma tinha muitas vantagens, porque o dinheiro vinha em um fluxo contínuo e além disso ele era seu próprio patrão, sem precisar estar submetido a uma hierarquia comum no mercado de trabalho formal.

Por outro lado, o envolvimento com ilegalidades muitas vezes veio diretamente associado ao tráfico de drogas. Muitas vezes os roubos foram realizados com a autorização do “dono da boca” (no Terceiro Comando isso pareceu de maneira mais forte), algumas vezes o próprio “dono” encomendava artigos para serem roubados, ou outras vezes os traficantes foram os consumidores privilegiados dessas mercadorias roubadas. Em alguns casos o jovem realizava os roubos e furtos sozinho, outras vezes em companhia de mais um ou em “paulistinha”, que são grupos de cinco jovens. Em todo o caso, a prática desses furtos, roubos, arrastões etc. ligou o jovem necessariamente ao chamado “mundo do crime”:

ENTREVISTADOR: Mas você considerava que estava no mundo do crime quando apenas furtava?

JOVEM 01: Sim, porque às vezes as pessoas que me incentivavam, compravam, e depois...

ENTREVISTADOR: Você vendia na boca?

JOVEM 01: Isso, porque eles estão presos ali, e eles não têm acesso a essas coisas todas assim, então, eles mesmo me incentivavam, eles mesmo depois que começaram a me oferecer arma...

Ou seja, esses jovens que praticavam exclusivamente roubos e furtos, ou faziam concomitante com o trabalho no tráfico, serviam de intermediários entre os jovens do tráfico que não podiam sair da favela e o mundo do consumo. A conhecida “impossibilidade sair da favela” foi questionada na fala de muitos jovens que nos disseram ser possível sair da favela mesmo estando no tráfico. Mas de qualquer forma, a jornada de trabalho sempre de 12 horas diárias poderia ser um fator que explica a necessidade desses atores que praticam furtos e roubos para abastecer o território com objetos de desejo.

Realizar assaltos a mão armada pareceu ser uma atividade preferida pelos jovens por conta da facilidade. Segundo os relatos coletados, a arma de fogo dá certo poder e segurança durante a ação, pois é mais difícil que alguém reaja quando o assaltante está armado. Também há o medo de que a pessoa que está sendo assaltada, ou outra pessoa que estiver presenciando, possa ser um policial à paisana, o que culminaria possivelmente em uma troca de tiros ou mesmo a prisão. As armas normalmente eram dadas pelos traficantes, mas também poderiam ser alugadas ao jovem dedicado aos roubos. Esse aluguel era cobrado quando o jovem retornava com a mercadoria, sendo os chefes do tráfico local os primeiros a escolherem as mercadorias preferidas, respeitando a hierarquia.

As práticas de arrastão também foram mencionadas. Levavam tempo para serem organizados porque na maioria das vezes implicavam no envolvimento de diversos jovens para que se conseguisse fechar uma rua e posteriormente passar nos carros parados para recolher os pertences. Normalmente eram utilizadas motos para dar suporte a ação, e não raro os jovens retornavam para a favela com um carro roubado na ação, sempre precedido da permissão do traficante da região. Em alguns carros e motos roubados, algumas vezes eram realizados trâmites ilegais para “legalizar” o veículo. Segundo um dos jovens havia um conhecido dentro do DETRAN<sup>17</sup> que oferecia o serviço de providenciar toda a documentação do veículo roubado, para que ao sair da favela os jovens pudessem apresentar os documentos do veículo caso fossem parados em uma blitz policial.

No que se refere ao tráfico nessa equação, há certas diferenças entre o Terceiro Comando (TC) e o Comando Vermelho (CV). Segundo os entrevistados, o TC possui uma regra de evitar os roubos, autorizando apenas alguns que teriam como objetivo conseguir objetos de desejo do traficante chefe local. Roubos cometidos fora dessa lógica deveriam ser realizados às escondidas, com o risco de receber alguma sanção do tráfico. Por outro lado, o CV parece ser mais flexível quanto aos roubos, sendo acionados diversas vezes como um complemento a renda. Nesse caso, alguns jovens relataram que os roubos continuaram a ser praticados mesmo depois que ingressaram na hierarquia do tráfico. No caso do TC há uma divisão mais clara entre o que é ser ladrão e o que é ser traficante, sendo os roubos acionados mais raramente quando o jovem já havia ingressado no tráfico.

JOVEM 28: Não, lá não, onde eu moro, não. É mais na Nova Holanda; Nova Holanda tem muito roubo, mas lá, onde a gente mora, não pode ter roubo, não.

ENTREVISTADOR 2: Mas por que é que tem essa diferença?

---

<sup>17</sup> Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro

JOVEM 28: Ah, cada um tem uma mente da favela, né, o dono da Nova Holanda tem uma mente, o dono de lá tem outra, não gosta de roubo, tipo, chama atenção de polícia, né, chama atenção de polícia pra favela e tal. Os caras lá não gosta de roubo, não.

ENTREVISTADOR 1: Porque todo mundo fala que na área do Terceiro Comando o pessoal não gosta que roubo, né?

JOVEM 9: Não, assim, não é que não goste que roube, não roube nas redondezas, ali perto, mas tipo assim, eu ia muito pra Niterói; teve uma vez até que saiu no jornal, fechei tudo ali, tem a subida da ponte, fechei tudo, fizemos um arrastão imenso, saímos levando tudo, viemos embora, fechamos a descida também aqui da... pra pegar a Brasil.

Foi muito raro ouvir dos jovens sobre situações em que usaram da força física para com outras pessoas, principalmente em situações vividas na infância e na adolescência. Não obstante, dos que disseram ter tido condutas violentas na adolescência, um deles confessou ter assassinado nessa idade e um outro disse que, por conta da pressão de outros jovens, acabou cometendo algo que não gostaria de ter cometido:

“Era assim, se tu não fizer, tu é bundão, tu é peidão, tu não tem disposição, aí tu acaba fazendo, aí chega lá, na frente, que tu vê que o que tu fez foi... tudo de ruim que tu fez, tu sabe que pode voltar pra tu”.

Em consequência da prática de pequenas atividades criminosas, alguns dos jovens, quando ainda menores de idade, experimentaram penas de privação de liberdade. Um dos jovens nos relatou que aos 10 anos passou pela primeira vez em uma unidade socioeducativa por ter sido pego furtando dentro de coletivos na zona sul da cidade. Outros jovens passaram pela mesma experiência em outras idades, a maioria deles foi pego por roubos e furtos, porte de drogas ou até mesmo assassinato, como foi o caso de um dos jovens que nos relatou ter cometido assassinato em sua adolescência. A passagem pelo sistema socioeducativo não parece ter marcado a trajetória da maioria desses jovens. Muitos deles se esqueceram desse momento quando nos contavam suas histórias, só lembrando da passagem quando perguntamos diretamente sobre. Mesmo quando falavam sobre a unidade socioeducativa, esse fato parece ter sido apenas um estágio de um processo maior, não tendo tanta importância dentro da história de vida que nos foi contada.

As experiências no cárcere depois da maioridade foram relatadas por menos da metade dos jovens. Alguns desses tiveram mais de uma experiência no sistema penitenciário e todas elas em um curto espaço de tempo. Um dos jovens entrevistados chegou a cumprir três anos e meio de pena, passando por diferentes presídios. Os crimes cometidos são majoritariamente roubos, furtos e tráfico de drogas, por isso somente os que relataram terem sido presos foram os jovens que pertenceram aos cargos mais baixos da hierarquia do tráfico.

No decorrer do Projeto Especial alguns jovens foram presos, sendo que a maioria já tinha se desligado do projeto no momento da prisão. Mas em um caso, um jovem se entregou à Justiça (em função de um processo sobre uma acusação que ocorreu anos antes), aguardou o julgamento no cárcere e em seguida foi absolvido, retornando para o projeto<sup>18</sup>. Outro tipo de experiência que marcou a vida de alguns entrevistados foi de terem sido abordados por policiais, levando a um processo de negociação, tanto para evitar a prisão quanto para negociar suas vidas. Em alguns

---

<sup>18</sup> Durante o tempo que esse jovem ficou privado de liberdade, a coordenação do Projeto Especial fez visitas periódicas, oferecendo suporte material para a família dele, advogado, etc.

casos, o valor era colocado pelo policial ou policiais e o jovem ou seus superiores prontamente aceitavam a quantia, tornando a negociação rápida. Outras vezes esse processo poderia levar um certo tempo, havendo contra-ofertas por parte dos jovens e de seus superiores. Em um caso específico houve a manutenção de uma situação de extrema vulnerabilidades, em que houve extorsão sistemática enquanto esteve internado em um hospital por conta de um ferimento. Em todo o caso, as situações em que a vida ou a liberdade desses jovens foi colocada no centro de uma negociação apareceram diversas vezes e em diferentes maneiras:

JOVEM 03: Eles me mandaram pra morrer, me jogaram lá dentro lá, me venderam, cara, como faz com uma carne, aí o cara me pegou, me amarrou aqui assim... arrumei um galo que tenho na cabeça até hoje aqui, me botou pra dormir, eu acordei num banheirinho, quando eu acordei no banheirinho, isso aqui amarrado e tal, todo de fios, esse bagulho todo amarrado.

Dentro do mercado formal de trabalho, os jovens já estiveram em diversos ramos, realizando diversas atividades. Longe da ideia de senso comum de que esses jovens não teriam tido nenhuma experiência de trabalho para além das atividades do tráfico, as trajetórias deles são muito mais complexas, com diversos fluxos, idas e vindas, que não são facilmente sintetizadas por oposições simplificadoras como formal/informal, empregado/desempregado etc. Em todas as trajetórias contadas pode-se perceber que há complexidades que fogem a toda tentativa de enquadrá-las em classificações predeterminadas. Assim, foi muito comum encontrar trajetórias no mundo do trabalho que conjugavam ao mesmo tempo o emprego formal com outros tipos de pequenos serviços informais, ou a intercalação entre um e outro. Mesmo que isso seja verdade, o trabalho formal permanece tendo certo prestígio na fala dos jovens, não tanto pela questão prática e objetiva, mas por uma valorização subjetiva, moralizante: com a carteira assinada se pode comprovar seu ingresso no mercado formal e conseqüentemente sua separação do “mundo do crime”.

JOVEM 09: Fui pizzaiolo, fui motoboy, fui engraxate, trabalhei no estacionamento, fui técnico de limpeza, auxiliar de serviços gerais, servente, flanelinha, pô, cara, muita coisa, já vendi água na Linha Vermelha, até hoje, se estiver bombando, eu caio pra dentro, por causa que eu gosto de dinheiro; antigamente, eu roubava, hoje em dia eu tenho que trabalhar, né, gente.<sup>19</sup>

Quando no mercado formal de trabalho, esses jovens ocuparam vagas com baixos rendimentos, como auxiliar de serviços gerais, trabalho em obras de construção, copeiro, repositor, entregador, etc. Os baixos salários e a longa jornada de trabalho foram vistos de formas muito distintas por cada jovem. Algumas vezes esse contexto foi encarado como “um mal necessário” visto que os benefícios são maiores (ter carteira assinada, trabalhar na zona sul da cidade, estar com pessoas diferentes do seu convívio, etc.) outras vezes, além desses incentivos muito pequenos, foi adicionado casos de humilhações e insultos:

JOVEM 19: Não. O patrão não está nem aí, o patrão não está nem aí, de coração, porque o cara que ganha, não... a gente... é que nem o *FULANO* falava, a gente é uma peça que está tendo utilidade ali

---

<sup>19</sup> Além das ocupações citadas, esse jovem também se dedicou a operar o mototáxi, tanto na Maré quanto fora dela. A demanda do jovem gerou uma controvérsia dentro da coordenação do projeto que estava dividida em relação da validade do ofício de mototaxista. A questão é que, para alguns membros da coordenação, todo ponto de mototáxi possui vínculos com o tráfico local. Ou seja, indiretamente esses jovens estariam trabalhando para o tráfico. Para outros, essa associação não parece ser tão simples e evidente, sendo o trabalho de mototaxista válido para esses jovens. Até o final do projeto não havia consenso na coordenação sobre essa questão, mesmo que alguns jovens tenham se engajado nesse trabalho ao longo do Projeto.

pra ele, depois que essa peça der algum probleminha, algum negócio, ele tenta logo tirar aquela peça ruim, e botar uma outra nova, pra não desandar, né? É tipo assim, eu alugo o meu tempo, o meu esforço físico lá, o meu aluguel é de 6h00 da manhã até 2h00 da tarde, é o meu aluguel lá, que eu faço, que eu me esforço, entendeu, que estou ali a serviço dele, fora isso... e eu sou gratificado porque, no final do mês, pego um salário, só isso, fora disso...

JOVEM 09: Eles [os coordenadores do Projeto Especial] querem que eu trabalhe pra mim ganhar salário mínimo, não existe isso, eu vou pagar minhas contas como, gente? “Ah, mas você tem que assinar carteira”, “Tudo bem, eu te entendo, você quer que eu assine a minha carteira, mas eu não posso ganhar um salário mínimo, se eu pago R\$ 1.500,00 de conta, e aí? Como que eu vou pagar R\$ 1.500,00 de conta, ganhando um salário mínimo?” O que vem de vocês, entendeu, e a minha necessidade, não tem como.

No período em que o acompanhamento do projeto foi feito, foi muito difícil saber com precisão quando o jovem estava empregado ou desempregado, no mercado formal ou informal. As semanas se passavam e os trabalhos também. Em determinado momento o controle desse fluxo ficou inviável por conta da quantidade de mudanças que ocorriam em curto espaço de tempo. Esse dado pode ser explicado de duas formas: o problema pessoal do jovem de se encaixar no emprego formal, seja pela distância de casa, seja por ter que esperar um mês para receber, seja pelos baixos cargos na escala hierárquica; ou por conta da dificuldade de se enquadrar no mercado formal de trabalho, seja pela precarização do trabalho formal e dificuldades em se ter toda a documentação necessária<sup>20</sup>, seja por seu passado no tráfico de drogas, que poderia ser descoberto (três jovens foram demitidos de seus empregos quando os patrões descobriram seu passado no tráfico), seja por preconceitos de outras formas, tanto por chefes, colegas de trabalho, quanto por clientes:

JOVEM 01: Bom, me agrada até um certo ponto em que pelo olhar das pessoas que... não assim, do pessoal do trabalho, dos clientes assim, porque a gente aborda um cliente, quando é necessário, “Bom dia”, “Boa tarde, eu posso ajudar?”, e às vezes eu acho que pela discriminação de cor, sabe, aquele olhar assim, de susto; pô, a pessoa está ali me vendo uniformizado, vou falar com a pessoa, a pessoa: “Não, deixa, deixa, deixa”, ou senão, “Não, não precisa, não sei o quê”.

Todas as experiências desses jovens com o mercado de trabalho nos mostraram que essa relação é muito mais complexa do que a realidade esperada pelos idealizadores do Projeto Especial. Desconstruindo a ideia de que haveria uma passagem desses jovens do mundo ilegal e informal para o mundo formal, as experiências nos mostraram que existe uma infinidade de trajetórias possíveis. O que mais chamou a atenção é que a polarização valorativa criada entre mundo ilegal/informal e mundo formal não se correlacionou necessariamente com a dualidade entre estar fora ou dentro do tráfico. Assim, temos diversos exemplos de jovens que permaneceram por anos no mercado formal de trabalho e por conta de uma eventualidade acabaram entrando no tráfico, ou mesmo o exemplo do jovem que sempre trabalhou informalmente, depois entrou para o tráfico e durante o projeto voltou ao mercado informal. Isso se verifica da mesma forma quando o jovem possuía uma carreira dentro do mercado formal. Assim, não encontramos evidência que possa confirmar a suposição de que o emprego no mercado formal tenha uma influência protetiva para que o jovem não retorne ao tráfico e mantenha a sustentabilidade de sua saída.

---

<sup>20</sup>Muitos jovens tiveram dificuldades de conseguir trabalho formal por não terem certos documentos, principalmente o certificado de reservista. A obtenção do certificado de reservista foi um grande problema para o Projeto Especial, ocorrendo com diversos jovens ao longo de sua execução. Algumas tentativas de resolver e facilitar a obtenção do documento foram tentadas, mas todas as tentativas foram frustradas.

## *Entrada/saída e cotidiano no tráfico*

### *\*Formas de entrada*

Quando perguntados sobre os motivos que os levaram a entrar no tráfico de drogas, muitas vezes eles atribuíram a uma causa externa e difusa. Muitas vezes os seus relatos da forma de ingresso no tráfico construíram a imagem de um jovem que foi levado passiva e irracionalmente ao início do trajeto para se transformar em um traficante. Essa tal passividade ficou expressa em determinadas falas do tipo: “ai eu acabei me envolvendo”, “acabou acontecendo”, “eles acabaram me levando pra esse caminho” etc. De fato, a ausência de racionalidade que parece envolver essas falas não é algo a se estranhar visto que muitos jovens pontuam que tinham o conhecimento de que o trabalho no tráfico envolvia riscos permanentes, que na maioria das vezes acabava levando a morte. Por outro lado, há relatos que constroem a entrada no tráfico de drogas como uma resposta “natural”, ligando o contexto socioeconômico da favela com o ingresso no tráfico. Ou seja, estar em um contexto precário, onde há uma resposta fácil e acessível para se contornar a falta de dinheiro se torna uma resposta “natural”, sem qualquer tipo de hesitação ou crítica. Mesmo sabendo dos riscos, esses jovens ingressaram no tráfico. Mas quais seriam os motivos que justificariam o engajamento em um trabalho de alto risco e com um futuro quase sempre conhecido? Podemos notar dois principais motivos nas falas dos jovens: a necessidade financeira e a “revolta” por conta de mortes na família. Como já foi visto, algumas histórias da infância desses jovens foram marcadas por grandes necessidades materiais, que acabaram marcando a sua vida. Isso ficou claro na prematura saída da escola e no engajamento muito cedo em atividades para conseguir dinheiro como forma de complementar a renda da família. Tendo a necessidade de ganhar dinheiro como o motor da sua busca, esse jovem acessou diversas atividades para atingir seus objetivos. Algumas delas foram vistas anteriormente, como roubos e furtos. O tráfico de drogas é apenas uma das possibilidades de se ganhar dinheiro, e que apesar do risco tem as suas vantagens:

JOVEM 42: (...) quando a gente era pequeno, a gente vê assim, muito dinheiro, a pessoa ganhando dinheiro, às vezes assim, mole, no modo de dizer, entendeu, mas arriscando a sua vida, aí via o dinheiro mole, aí tinha umas coisas que a minha mãe não podia me dar, aí por causa disso aí eu fui me envolvendo, fui crescendo (...).

JOVEM 20: mas eu caí no tráfico mesmo não foi nem porque eu quis, foi por condições financeira dentro de casa, não da minha parte, da parte da minha mãe, que o que me doía mais mesmo era quando... eu me recordo de muitas coisas ainda, é quando as minhas irmã pedia comida, que, no caso, é um arroz, um feijão, não tinha, aí a minha mãe fazia aquele fubá com água, ralo pra caramba, sem sal, e dava pra gente comer

É importante notar que o tráfico, de uma forma ou de outra, foi um fator presente na vida desses jovens desde a sua infância. Seja por convívio no território, por amizades, ou por familiares, esses jovens acabaram conhecendo pessoas envolvidas no tráfico e assim enxergaram que essa era uma possibilidade de se ganhar dinheiro que apresentava certas comodidades. Foi mais fácil entrar para o tráfico do que conseguir um emprego de carteira assinada, além disso, os ganhos vindos do tráfico de drogas eram muito superiores ao salário mínimo que se conseguiria ao trabalhar nas vagas de assistente de serviços gerais ou empacotador (que normalmente são as vagas de trabalho que conseguiam no mercado formal). O mercado de trabalho formal impôs uma série de



condições que esses jovens não conseguiram atender. Assim, participar do tráfico de drogas acabou sendo a opção em que facilmente se encaixavam, por não demandar nenhum conhecimento específico ou documentação (muitos jovens até o final do acompanhamento não alcançaram um trabalho de carteira assinada porque não conseguiram o “certificado de reservista” emitido pelas Forças Armadas, sendo essa uma das grandes barreiras enfrentadas pelos jovens e pela coordenação do Projeto Especial).

Outro fator apontado como responsável para a entrada desses jovens no tráfico foi caso de morte na família mais próxima. Os relatos dizem respeito a mãe, irmãos ou companheiras que morreram, uns por doença outros por morte violenta. De toda a forma, a morte dessas pessoas deu início a um sentimento de “revolta” que procurou no tráfico a possibilidade de vingança. Muitas vezes esse sentimento se apresentou de forma muito difusa e sem um foco específico. Outras vezes foi endereçado a agentes ou grupos específicos, na maioria das vezes os policiais e os grupos de traficantes de facções rivais.

Sendo perpetrada pelas forças policiais ou pelos grupos rivais, as mortes de parentes, amigos e colegas engendrou uma série de sentimentos e ações que criaram o caminho do jovem até o tráfico. Alguns desses, não tinham necessidades financeiras a sanar, então explicar a adesão desses jovens ao tráfico de drogas apenas pela chave da necessidade não parece contemplar esses outros casos em que a tragédia pessoal foi a grande explicação.

#### *\*Formas de saída*

Interessante notar que os sentimentos, para além da questão material, foram a explicação de muitos para as diversas saídas do tráfico durante sua vida. Os jovens entrevistados não tiveram uma trajetória linear no tráfico. Muitos deles iniciaram e deixaram de fazer o comércio de drogas diversas vezes, e cada uma delas possui uma explicação. Para além das contingências, os motivos das diversas saídas podem ser separados em três categorias: por conta da ação das forças policiais e de segurança, notadamente a força de Pacificação que envolveu o exército e a polícia militar; pressões familiares e de amigos, onde se destaca o papel das mães; e por fim o papel do Projeto Especial como uma garantia de realizar uma saída segura do tráfico de drogas.

Como discutido anteriormente nesse relatório, o Complexo da Maré passou por um processo de “Pacificação” que envolveu a presença de homens do exército por um longo período, sendo substituído posteriormente pelos policiais militares. Esse processo desequilibrou as relações de poder nos territórios por diversas vezes. O primeiro grande impacto foi responsável pela saída de alguns desses jovens do tráfico de drogas, por medo da presença constante de policiais no território e pelas baixas nas vendas de drogas nesse contexto de maior controle militarizado. Por outro lado, após certo período de ações desproporcionais nos territórios do Complexo da Maré, alguns grupos de traficantes ficaram mais desmobilizados que outros, devido ao foco dado pela “força de Pacificação” a determinadas favelas. Essa seleção acabou enfraquecendo uma facção e fortalecendo outra, o que produziu um nível de estresse e medo que acabou levando a diversos jovens do Projeto Especial voltarem para o tráfico. Esse foi o caso da ameaça de invasão da facção Amigo dos Amigos (ADA) ao território do Terceiro Comando (TC). Nesse episódio, cerca de oito jovens saíram do Projeto Especial, encabeçados por uma antiga liderança do TC que estava participando do projeto. Apesar dessa baixa, a maior parte dos jovens daquela favela permaneceu

no projeto a despeito dessa ameaça, que nunca se concretizou de fato. Já foi discutido o papel central que a figura materna possuiu nas falas desses jovens. Sempre agindo como um agente moral, essas mães foram quase que sacralizadas (não é de se estranhar que a maioria possuía filiação religiosa) por esses jovens, sendo muitas vezes as orientadoras das ações e planos de seus filhos. De certa forma, a mãe continua tendo uma força tão grande quanto na infância e adolescência, sendo necessária a aprovação dela para a realização de algumas atividades. Por isso, não é de se estranhar que muitos desses jovens tenham tido experiências muito marcantes com suas mães, e que acabaram desencadeando, segundo seus discursos, a sua saída no tráfico:

(...) o moleque estava passando, aí eu acho que o moleque ia tomar um banho, não sei o que ele foi fazer, e deixou o fuzil dele comigo (...) olhei pra metade da rua, não tinha mais como eu sair, voltar, porque ela [a mãe] já estava na metade da rua, e ela já estava vindo já de longe já me vendo, e eu não vi ela, quando eu olhei, ela já estava na metade da rua, aí eu só li os lábios dela falando, de longe deu pra mim entender, ela vinha falando “Não acredito, não acredito, não acredito que eu estou vendo isso. Meu Deus! Eu não acredito, eu não acredito!”, não parava de falar “Eu não acredito que eu estou vendo isso. Eu não acredito”, e o semblante já mudando, “Hããã!”, meio... aí eu falei: “Caraca! Minha mãe!”, aí eu abaixei a cabeça; quando ela virou a esquina assim, saiu, aí daqui há pouco veio o pessoal que me conhecia: “Caraca, tua mãe caiu ali, Mané, tua mãe caiu no chão, tua mãe desmaiou”, aí eu tirei, dei pro moleque que estava do meu lado, e desci, (...) Ela caiu no chão, desmaiou. E isso... ela já tinha presenciado várias vezes no meu primeiro envolvimento, já tinha me visto de fuzil, mas já estava já se conformando eu trabalhando, eu já tranquilo, com a minha vida tranquila.

Esse evento aconteceu depois de um período em que o jovem tinha deixado o tráfico de drogas. A mãe, que estava orgulhosa de ver seu filho fora do tráfico não esperava encontra-lo tal qual ela havia se acostumado no passado. A construção dessa cena performática na fala do jovem mostra o quão importante é a relação entre ele e sua mãe, algo que perpassou a fala de todos os jovens ouvidos na pesquisa. Quando houve a negação dessa relação, como no caso do jovem que foi expulso de casa pela sua mãe, o resultado não foi menos dramático (no caso desse jovem, ele voltou para o tráfico em outra favela do mesmo comando).

Um outro fator importante nesse processo de desengajamento do tráfico de drogas foi o Projeto Especial. Além de representar um “refúgio” para esses jovens que estavam largando suas armas, o Projeto Especial acabou servindo também como atração de jovens que ainda não tinham se decidido por sair do tráfico de drogas. Para muitos, foi a primeira vez que ouviram falar de um projeto social voltado a dar suporte para jovens traficantes que quisessem sair do tráfico de drogas. Alguns deles tomaram sua decisão de sair do tráfico por que sabiam que poderiam contar com esse novo projeto social que estava sendo desenvolvido no território, e que contava com a participação de alguns rostos conhecidos, os mentores, que possuem relação próxima com o território e seus moradores. Notadamente no caso do Morro do Timbau, a adesão dos jovens ao Projeto Especial foi sendo feita como uma “bola de neve”: a primeira turma entrou por meio do convite dos mentores, e posteriormente essa turma foi chamando outros meninos para aderirem, e assim por diante.

Essas razões para entrar e para sair do tráfico de drogas se repetem continuamente na biografia dos jovens entrevistados. São numerosos os casos em que o jovem diz ter saído ou entrado no tráfico por conta de acontecimentos externos, seja por morte de parente, nascimento de filho, aumento do policiamento no território, ou pelas ações da mãe. **O que fica claro é que esses processos de entrada e saída são numerosos e quase que espontâneos, sendo o tráfico um meio**

**sempre possível de acessar quando preciso, de onde também é fácil sair.** A maioria desses jovens quando nos contaram sobre as saídas do tráfico nos disseram que não encontraram dificuldades e resistências, apesar da vivência intensa no tráfico e em contexto de violência, das posições de hierarquia e das relações de poder.

Nesse sentido, cabe discutir como esses jovens vivenciaram a experiência de estar no tráfico de drogas, primeiramente tentando entender a dinâmica cotidiana, as relações hierárquicas e de poder, e a relação com o dinheiro; posteriormente serão abordados assuntos específicos relacionados a vivência da violência no contexto do tráfico de drogas.

#### *\*Posições hierarquia*

Foram diversas as posições hierárquicas ocupadas por esses jovens durante suas vidas. Alguns jovens ocuparam altos cargos na hierarquia do tráfico, como “chefe” de uma favela inteira, passando por “atividade” ou “soldado” (responsável pela segurança), e até mesmo “vapores” (o que faz a venda a varejo da droga) e “radinhos”/“olheiro” (normalmente portam rádios para comunicar a entrada de policiais ao restante do grupo). Além disso, temos jovens que foram dedicados a contabilidade de todas as atividades financeiras do tráfico local, bem como jovens que trabalhavam como “mula”, ou seja, carregavam em seus corpos armas e drogas para fazerem a travessia entre territórios distintos<sup>21</sup>. A grande maioria dos jovens dedicou-se nos trabalhos de “vapor”, “atividade” e de “gerência” do tráfico.

#### *\*Relações de poder*

Os jovens possuíam responsabilidades distintas, e com isso, graus de poder dentro da hierarquia do tráfico muito diferenciados. Os que se dedicaram ao trabalho de “vapor” gozavam de pouco poder dentro do tráfico, recaindo sobre eles uma carga de responsabilidade bem maior. Como eram eles que tinham nas mãos o produto a ser comercializado, perde-lo ou extraviá-lo era motivo mais do que suficiente para que ele recebesse sanções, que podiam ser desde pagar a dívida com dinheiro ou, em alguns casos, com a vida. Um dos jovens entrevistados se envolveu em um caso desse e teve de se mudar da favela. Esse fato aconteceu depois dele ter entrado no Projeto Especial, o que foi recebido com muita consternação por parte da equipe de coordenação. Houve diversas tentativas de buscar esse jovem, e depois de alguns meses ele reapareceu: estava em situação de rua na zona sul da cidade. O jovem foi proibido de retornar a favela e nos confessou que não pretendia fazê-lo.

Para os que praticavam roubos, era necessário que o chefe do tráfico consentisse ou que pelo menos soubesse das ações, o que demonstra um grau muito baixo de autonomia desses agentes que se dedicavam a pequenos furtos. Essa pequena escala de traficantes gozava de pequeno prestígio, pouco poder e muitas responsabilidades:

---

<sup>21</sup> Parece haver a preferência por mulheres para serem “mula”. Todas as três jovens que participaram do Projeto Especial trabalharam como “mula” de armas ou de drogas. Infelizmente não foi possível realizar entrevista em profundidade com essas jovens.

JOVEM 53: Não. Vacilou, não tem essa, não. Os cara, desde pequeno, sempre teve esse lance: “Se vacilou, a gente vai cobrar, pode ser meu irmão, pode ser meu amigo, pode ser meu primo, pode ser até meu pai, vou passar o fogo, não tem essa comigo, não”.

ENTREVISTADOR: O que é que é vacilar?

JOVEM 53: Vacilar é tu tentar conspirar contra o cara maior, tentar ser abusado, ou roubar os cara, roubar o superior, querer falar mais alto que o superior, falar de braços aberto, levantar o pescoço, isso aí já é vacilação, isso aí, tu já está marcado; só nesse tom que tu fala, tu já está marcado, qualquer bobeirinha, tu some.

Há toda uma norma de conduta a ser seguida que faz com que esses pequenos traficantes se policiem a todo momento em suas ações. As ordens do chefe do tráfico são implacáveis: *“qualquer bobeirinha, tu some”*. Quando se sobe um pouco mais na hierarquia, encontramos os gerentes que estão em uma posição mediana: controlam e são controlados. Não apareceu nas falas dos jovens uma participação mais ativa dos gerentes no que se refere a organização do tráfico ou a decisões mais importantes, como invasão de um território ou pagamento de “arrego<sup>22</sup>” para polícia. Os gerentes seriam a bifurcação do controle do “chefe” no território, se dividindo territorialmente ou por drogas específicas (os jovens disseram que foram “gerentes da maconha”, “gerentes do pó”, etc.).

No topo da cadeia hierárquica estão os chefes locais e o chefe da facção. O “chefe local” toma as decisões mais importantes no cotidiano da venda de drogas, exercendo o controle dos negócios, diariamente, organizando invasões ou grandes roubos, e também negociando armas e “arregos” para os policiais, bem como julgando condutas de traficantes ou de moradores, estipulando as penas para cada infração. Um dos jovens que foi “chefe” de uma favela disse que passava os dias *“dando uma rondadinha”* pela favela com seus “soldados”, fiscalizando o trabalho nas “bocas” e atualizando a imagem do controle personalizado do território. Essa imagem é construída não só pela força, mas também por conta de um histórico anterior no tráfico. Nesse sentido, os “chefes” estão na posição que estão porque mereceram estar ali devido ao seu histórico de trabalho, de “guerras” e de combate as forças policiais na “defesa” do território:

JOVEM 53: Pra ele estar ali, já passou muito mais coisa que eu, já tomou muito mais tiro, já bateu muito mais bala perto do que bateu em mim, já bateu muito mais de frente com polícia do que eu, já conhece muito mais cara envolvido do que eu, já tem mais contato do que eu; esses daí é os cara que, quando o balão fica doido, some, só some, some e some. Agora a gente não, a gente é obrigado a ficar, se sair, a gente é vacilão; se tu sair da tua comunidade, tu é vacilão

Divergindo de uma ideia do senso comum, os jovens entrevistados não disseram que o “poder” vindo do tráfico lhes trouxe algum tipo de satisfação. Nem no caso do jovem que ocupou o cargo de “chefe” local. Parece que poder era o que menos esses jovens tinham quando eram traficantes: todos eles passaram pelos cargos mais baixos do tráfico e por isso souberam conformar suas ações sob um poder concentrado em uma pessoa. Além disso, há o entendimento de que esse poder é totalmente dependente do território: o poder em si não está na pessoa, em suas atribuições, mas sim no controle armado da venda de drogas no território:

ENTREVISTADOR: E quando é que você consegue usar esse poder?

---

<sup>22</sup> Propina.

JOVEM 3: Só quando alguém vacila, aí você pode se achar poderoso; fora isso, você não é nada, cara, só tem poder ali dentro, e fora? É um cidadão comum; só tem poder dentro da favela, então, não é poder, é ilusão.

#### *\*Dinâmica cotidiana*

Seguindo a hierarquia anteriormente tratada, as dinâmicas cotidianas também possuíam diferenças marcadas. O trabalho dos “vapores” era bem delimitado: ele pegava a “carga”, composta de diversos pacotes de drogas, cada um com um preço específico; vendia em determinado espaço no território, sem precisar se deslocar, porque os clientes iam até eles; depois repassava o valor para o gerente. Cada “carga” tinha um valor total que deveria ser devolvido para a “boca”, mas sempre os “vapores” recolhiam um valor maior e ficavam com a diferença. A maioria dos jovens usava arma durante seu trabalho. Eles nos disseram que se sentiam inseguros quando estavam desarmados, pois não poderiam defender o produto a ser vendido se não estivessem com suas armas.

Os gerentes realizavam essas rondas e conferiam os valores trazidos pelos “vapores”. Se houvesse algum erro, ele deveria informar ao “chefe” que tomaria as devidas providências. Os chefes gerenciavam todas as “bocas” e a segurança do território, tendo controle sobre os “atividades” e os “olheiros”. Caso houvesse alguma operação policial, o “chefe” saberia por intermédio dos “olheiros” e passaria para o resto do grupo a situação. Os “soldados” nesses contextos se posicionariam nas ruas principais para confrontarem os policiais se preciso fosse.

#### *\*Dinheiro*

A cadeia hierárquica também é correlacionada com os valores recebidos pelos jovens: quanto mais alto na hierarquia, maior eram os recebimentos pelo tráfico. O jovem que no passado foi “chefe” de toda uma favela nos contou que por conta do dinheiro que recebeu no tráfico ele conseguiu adquirir diversos imóveis dentro da favela, e até mesmo possuía uma casa na Região dos Lagos, no Rio de Janeiro. Como a maior parte desses jovens ficou o maior tempo empregado nas atividades de “vapor” ou de “atividade”, eles nos disseram que recebiam algo em torno de R\$4.000 por mês. Outros nos disseram que recebiam de R\$6.000 até mesmo R\$12.000 por mês. Nesse contexto, o dinheiro passava a ser um grande motivador a permanecer no tráfico de drogas: os jovens nos disseram algumas vezes que sabiam que mesmo que conseguissem um trabalho bom eles nunca receberiam valores parecidos com os que recebiam no tráfico.

Mesmo assim, esse volume enorme de dinheiro parecia sem sentido depois que o jovem deixou o tráfico. Eles nos disseram que mesmo que os valores fossem muito altos, eles não conseguiram usufruir totalmente. Os gastos com drogas, festas, roupas, propina, criavam um fluxo intenso, onde entrava muito dinheiro, mas saía quase que na mesma proporção. Por isso é fácil entender que a quase totalidade deles não possui nenhum bem adquirido com o dinheiro do tráfico:

ENTREVISTADOR: Isso dava pra tirar quanto por mês, chegava a quanto por mês?

JOVEM 01: Ah, por mês...

ENTREVISTADOR: Não dava nem pra saber?

## *Vivência violenta*

### *\*Policiais*

Os conflitos com as forças policiais foram mais presentes na fala desses jovens do que os conflitos envolvendo diferentes facções de traficantes. Sempre vistos com um poder maior, os policiais foram personagens que quando apareceram nas histórias desses jovens vieram acompanhados de violência, mortes e subornos. Nesse sentido, enfrentar a polícia não era algo recomendado. Alguns disseram que saiam da favela para se proteger das operações, outros, que não possuíam dinheiro para sair da favela, ficavam fugindo constantemente no decorrer da operação, enquanto outros se escondiam nas suas casas. Essas estratégias estão correlacionadas com a importância que o jovem tinha na hierarquia do tráfico, uma vez que os maiores postos da hierarquia eram os mais visados pela polícia, sendo necessário deixar a favela para se proteger. Os menos conhecidos poderiam se esconder em suas próprias casas que não sofreriam a perseguição policial. Os poucos que disseram enfrentar diretamente os policiais, passaram a gozar de certo prestígio dentro do tráfico.

### *\*Ferimentos sofridos*

Devido a esse contexto de constante exposição a violência, pensávamos que os jovens tivessem mais sequelas físicas por conta de ferimentos sofridos. Mas não foi a realidade que encontramos. Quando presentes, os relatos sobre os ferimentos sofridos pelo jovem durante o período em que esteve no tráfico de drogas foram, normalmente, acompanhados das histórias de confrontos com a polícia. A quase totalidade dos jovens atribuiu aos policiais os ferimentos sofridos, ligando as narrativas em um contexto de grande violência e constante medo de perderem suas vidas. Na outra ponta, como agentes violentos, apenas três jovens nos disseram ter castigado ou até mesmo executado pessoas por ordem do “chefe” do tráfico, ou por uma ação individual. Quando disseram ter executado a violência por ordem do “chefe”, a narrativa é acompanhada de um sentimento de culpa, mas é marcada pela inevitabilidade da ação: é necessário respeitar as ordens do “chefe”.

Essas narrativas foram pouco acionadas pelos jovens em suas entrevistas, não significando necessariamente que esses jovens tiveram um passado no tráfico sem ocorrências de uso da violência ou casos em que eles mesmos foram vítimas. O contexto de violências fica mais claro quando analisados os dados provenientes da pesquisa de levantamento de perfil (entrevistas chamadas Baselines discutidas na seção de perfil dos jovens). As violências podem não ter aparecido porque são questões sensíveis e que implicam em reviver um sofrimento ou culpa, ou também porque os jovens entrevistados não tiveram experiências marcantes de violência, diferentemente de outros jovens que não foram entrevistados.

### *\*Facções*

Como já discutido, o Complexo da Maré possui diversas facções operando o controle do território. A contiguidade com o domínio territorial de outras facções faz com que os conflitos pelo controle do território sejam recorrentes. Quase que diários, pequenos conflitos focalizados nas fronteiras entre um território e outro transformam esses locais em áreas estéreis de circulação e sociabilidade. Os grandes conflitos entre as facções que desembocavam em perdas e conquistas territoriais são frequentemente denominados como “guerras” pelos jovens. Assim, dependendo da facção a que pertencia o jovem, foi comum ouvir sobre a “Guerra da Baixa”, a “Guerra da Nova Holanda” etc., sempre utilizando o território de maior frequência de conflitos como o nomeador do embate entre as facções.

Nas falas desses jovens, ficam claros dois conflitos intensos e que marcaram a trajetória deles: a “guerra” entre o Terceiro Comando (TC) e o Comando Vermelho (CV), no início dos anos 2000, e a “guerra” entre o TC e os Amigos dos Amigos (ADA), no final de 2009 e início de 2010. Essas duas “guerras” marcaram muito a fala dos jovens quando perguntados sobre a dinâmica no tráfico de drogas, e sobre os conflitos com as demais facções. Presente nas duas guerras, TC viu seu território expandir e contrair por conta desses conflitos. A área comandada por essa facção está no meio entre territórios do CV e da ADA, fator que pode explicar sua participação em dois conflitos grandes nos últimos anos. Mesmo assim, na época da entrevista, o TC estava com boa faixa territorial tomada devido ao recuo da ADA no território.

A defesa do território é o que fundamenta as ações violentas e o ódio ao membro das outras facções. Há uma sensação muito grande de pertencimento ao território que influencia diretamente a construção da identidade desses jovens. Por oposição, o jovem de outra favela dominada por outra facção é o “alemão”, que irá ser morto caso haja a oportunidade. Essa lógica é duplicada, ou seja, vale para todas as facções, criando assim um contexto de “matar ou morrer”.

JOVEM 01: Ah, eu tinha aquela coisa na mente que eu era cria da comunidade, eu tinha que defendê-la deles, e por incrível que pareça, era gente que ia da Baixa, é alemão, está mandado e vai morrer, mas gente que eu nunca... que se acontecesse de um dia eu pegar e batesse de frente assim, do lado, num shopping, ou no cinema, eu não... sabe, porque a gente não vai sair por aí, num shopping, perguntando: “Tu mora aonde? Tu mora aonde?”, era... sabe, sei lá. A criança já nasce com essa coisa de que “Aqui é nós, e lá é os alemão”, aí já gera um monte de coisas e tal. E também tinha muito aquilo de... na época, era MSN, Orkut, aí de ficar trocando farpas pela internet e tal.

As rivalidades entre esses jovens se desfazem no momento em que o território deixa de fazer a mediação principal na construção de suas identidades. Num espaço neutro, como em um shopping, o “alemão” passa a ser mais um jovem qualquer, que talvez possa ter muitas semelhanças com o jovem de outra facção. Mas enquanto estão nos territórios, o jovem da facção rival é o inimigo a ser combatido e controlado.

## Sobre o Projeto Especial

O Projeto Especial chegou até esses jovens por dois meios: pelo recrutamento realizado pela equipe de mentores no início do projeto e contato com jovens que já se encontravam no Projeto Especial. O recrutamento foi mais intenso nas primeiras turmas, não sendo necessário nas turmas seguintes porque a procura de outros jovens egressos do tráfico foi grande. Como a primeira

turma focalizou-se na Nova Holanda, é mais comum ouvir dos jovens que foram recrutados, e em contrapartida, o discurso do “boca-a-boca” foi mais comum na área do TC.

Os mentores desde o princípio possuem um papel importante no Projeto Especial. Eles foram as primeiras pessoas que entraram em contato com esses jovens e foi com elas que os jovens conviveram quase que diariamente durante a permanência no Projeto. Assim, as ações dos mentores se dividiram basicamente em duas frentes, segundo as entrevistas: por um lado, o mentor foi visto como um vigilante da conduta do jovem; e por outro foi visto como fonte de incentivo e apoio.

O papel de vigilante se deu por uma das peculiaridades desse projeto: os mentores eram moradores da Maré. Ou seja, diversos jovens já possuíam contato com esses moradores muito antes do projeto se iniciar. Assim, os mentores sabiam exatamente quem eram os jovens que continuavam no tráfico, quais eram as áreas de venda de drogas, quais os dias e horários de maior circulação, ou quais dias havia bailes, etc. Em resumo, por convivência, os mentores sabiam mesmo que superficialmente qual era o cotidiano daquele jovem e como deveria ser no contexto do Projeto Especial. Alguns jovens contaram de momentos em que estavam conversando com antigos amigos que continuavam trabalhando no tráfico quando um dos mentores passou e o viu. Esses momentos foram sucedidos de idas a sede do projeto para dar as devidas explicações para a coordenação, normalmente por espontânea vontade:

JOVEM 01: eu procuro não sair de casa por causa disso mesmo, porque é muita amizade, o pessoal todinho que está ali nasceu e foi criado junto comigo, essa é a minha situação, eu estou falando, nesse momento, por mim; eu tenho muitas amizades com gente ainda que vira e mexe passa o meu mentor e me vê num canto conversando com um, aí não fala, aí eu fico já com aquilo na cabeça: “Pô, depois eu vou ter que ir lá, dar um papo”.

O papel de apoiador e incentivador também foi muito importante na visão dos jovens. Muitos dos jovens nos disseram que os mentores foram peças fundamentais para o projeto, uma vez que foram eles que acompanharam o jovem diariamente, seja pessoalmente, ou por telefone. Foram eles também que acompanharam os jovens para realização de entrevistas de emprego, na confecção de documentação, na ida a um hospital, na entrega das cestas básicas etc. Além disso, as palavras motivacionais que os mentores passaram para os jovens pareceu agir de forma muito profunda na autoestima deles: viam nos mentores a presença de um “irmão mais velho” que saberia o que era melhor e o ajudaria a seguir nesse caminho. Esse apoio auxiliou, na visão dos jovens entrevistados, a manter distância do tráfico, afastando a possibilidade de retorno.

Como discutido nesse relatório, o projeto ofereceu uma série de serviços, uns obrigatórios e outros facultativos na maior parte do tempo. Foram psicólogos, assistentes sociais, mentores, especialista em mundo do trabalho, pedagogos, professores de disciplinas, advogado, etc. Mesmo contando com uma equipe grande, os jovens demonstraram saber de todos os componentes do Projeto Especial, muitas vezes evidenciando que fizeram uso de quase todos os serviços prestados. Muitos deles disseram que o papel da psicóloga foi fundamental, pois era um espaço em que podiam pensar sobre questões que não podiam falar com qualquer pessoa. Adicionalmente, jovens com problemas na justiça destacaram a importância da advogada que realizou todos os trâmites legais para o prosseguimento dos processos. Por fim, muitos professores foram lembrados pelos jovens de maneira espontânea e detalhada, como quando contavam sobre aulas



específicas que gostaram, ou sobre conteúdos que de alguma forma os auxiliava na atualidade a realizar pequenas tarefas no computador, ou sobre lições morais que receberam.

Uma das questões destacadas pelos jovens e que recebeu atenção pelos professores foi a desconstrução das rivalidades entre as facções. Tivemos a oportunidade de acompanhar um jovem na primeira vez que atravessava a fronteira que divide as duas facções. Durante toda sua vida esse território foi interditado e por conta do Projeto Especial ele pode visitá-lo pela primeira vez. Não sabemos se o trânsito entre as favelas se tornou algo cotidiano para esses jovens como um todo, mas sabemos de alguns casos em que essas divisões foram totalmente desfeitas, passando o território a ser de livre circulação. Os jovens apontaram que um dos fatores que auxiliou na desconstrução dessas rivalidades foram as aulas de sociologia e história, bem como as aulas de cidadania que eram ministradas em sua maioria pelos mentores.

JOVEM 03: o projeto ajudou a gente muito, cara, o projeto não ajudou na moral, nesse negócio, não. Ó, psicologicamente, eles nos ensina a ter um certo raciocínio diferente do mundo, entendeu, como preconceito de alemão. Pô, eu entrei numa favela de Comando Vermelho, certo, eles nos chamam de “Nós” e tal, já dei tiro pra cima dos caras e não matei, certo? Hoje eu moro numa favela que era rival de onde eu morava, eu moro em favela de ADA.

Uma das experiências mais interessantes nesses anos de observação do projeto foi a viagem que reuniu os grupos da Nova Holanda e do Morro do Timbau, ou seja, jovens que antes eram de facções rivais ficaram no mesmo espaço pela primeira vez. Esses jovens passaram o final de semana em um sítio, juntos da coordenação do Projeto, realizando diversas atividades de lazer e também dinâmicas de grupo. A construção da ideia e da logística do evento durou meses e diversas foram as inseguranças relatadas por diferentes membros da coordenação. Todo o cuidado foi tomado para realizar esse encontro, sendo escolhido um sítio fora dos limites da Maré e de outras favelas como um local neutro em relação às forças simbólicas do tráfico. Muito se especulava que poderia ser precipitado unir esses jovens, uma vez que não era intenção do Projeto Especial desfazer essas diferenciações entre as facções. De toda forma, o final de semana prosseguiu sem maiores problemas e os jovens interagiram e desenvolveram atividades conjuntamente. Não podemos afirmar categoricamente que o Projeto Especial logrou êxito no que se refere ao deslocamento da importância dada ao território na construção da identidade desses jovens, porque seria necessário acompanhá-los por algum tempo no desenrolar de suas atividades cotidianas. Mesmo assim, essa primeira aproximação mediada pelo projeto se mostrou interessante e importante na fala desses jovens.

Além de desconstruir diversas questões de senso comum, os jovens viam nessas aulas de cidadania uma forma de “ocupar a mente”, que estaria, segundo eles, “ociosa”. Nessa colocação reside a ideia de que a falta de atividade leva necessariamente ao engajamento em atividades ilícitas. Sendo assim, mesmo quando as aulas consistiam em assistir dois filmes longa-metragem durante uma tarde, os jovens enxergavam que estando no projeto assistindo filmes eles não poderiam estar na rua, podendo ser tentados para voltar ao tráfico ou a qualquer outra atividade ilegal.

Outra avaliação positiva sobre o Projeto Especial foi a que ligava seus símbolos a uma espécie de proteção ao jovem. Muitos disseram que estar com a camisa do Luta pela Paz lhes conferia certa legitimidade no que se refere ao embate com forças de “Pacificação” ou mesmo com policiais. Em

determinada época, o projeto começou a confeccionar certificados de pertencimento ao Projeto Especial que deveria ser levado na carteira e apresentado caso houvesse questionamento sobre o pertencimento do jovem ao tráfico de drogas. Como será explicado no capítulo sobre resultados, esse processo não se realizou finalmente. De toda forma, a posse de objetos com o símbolo do Luta pela Paz tranquilizava o jovem no seu deslocamento dentro do complexo da Maré, bem como para fora da favela.

Contrastando com essas falas, alguns jovens fizeram críticas ao Projeto Especial que se dividiram essencialmente em dois tipos: degradação do ambiente do projeto e a falta de diálogo. Alguns jovens apontaram que a infraestrutura inicial do projeto era ideal e que foi se degradando conforme o tempo, como por exemplo as aulas de cidadania que aos poucos foram sendo deixadas de lado, os cursos que deixaram de ser oferecidos e, por fim, a mudança dos mentores que modificou a dinâmica com os jovens. Essas críticas se concentraram na turma da Nova Holanda, a que primeiro recebeu a atenção do projeto. Posteriormente, o foco se deslocou para o Morro do Timbau, que no final possuiu o maior número de participantes do projeto. Não sabemos o que realmente se passou, mas esse processo foi visto por alguns dos entrevistados como descaso ou falta de interesse do projeto em relação à turma mais antiga.

JOVEM 09: Eu só gostei do projeto porque no meu tempo foi bom, pra quem está entrando agora, eu não sei; eu acho que não está nada bom pra quem está chegando agora, porque eles se mostro tipo assim, que viver no crime, beleza, é uma opção sua, mas você pode viver bem melhor de uma outra forma; você tem duas portas, uma estreita e uma larga, a porta larga é aquela que tu está, tem uma estreita ali, se tu estiver a fim, é essa aqui, é árdua, mas é prazeroso lá, na frente.

Por fim, houve também a reclamação de que não houve canais de diálogo apropriados onde os anseios desses jovens pudesse ser colocados para serem discutidos e a forma pela qual o projeto poderia auxiliá-los. Não sabemos o que de fato ocorreu, já que havia inúmeras situações de encontros coletivo (reuniões com mentores, psicóloga, coordenação). Mas como esse fator parece central, uma vez que a questão do Projeto Especial é ajudar esses jovens a construir planos para o futuro e traçar caminhos para alcançá-los.

JOVEM 21: Eu passei pra ele tudo, eu falei: “Eu não quero ficar regredindo, eu quero avançar, pô”. Se eu saí de lá, pra quê? Pra ficar varrendo chão? Está de sacanagem, né? Pô, de marola com a minha cara, né? É melhor ter ficado lá, morrer lá mesmo com o fuzil na mão, não é, não? Vou ficar morrendo com a vassoura na mão, morrer varrendo? Pô, pelo amor de Deus! Então, o que acontece? Eu falei pra ele, eu falei: “Pô, pelo amor de Deus! Cadê o curso que você falou que ia me dar, de eletricista? Cadê o curso?”, “Ah, o cara vai vir de não sei aonde aí”, cadê? Até hoje o cara não veio, entendeu?

Segundo esse relato, uma vez que os anseios levados por psicólogas e mentores não encontraram espaço como questão a ser resolvida dentro da coordenação, o jovem se sentiu frustrado. Alguns estavam vivendo, no momento da entrevista, a situação de se sentirem abandonados, pois a bolsa tinha acabado (tinham encerado os 18 meses previstos) e eles ainda não se sentiam preparados para viver sem o valor da bolsa. Alguns apontaram que gostariam de ter uma profissão própria, e que o projeto poderia ter dado atenção a essa questão mais do que a outras. Ou seja, imaginaram planos para o futuro, mas o Projeto não teria auxiliado na construção dos meios para atingi-los, impondo a eles o objetivo da “carteira assinada” e da diplomação no ensino formal.

## “O futuro a Deus pertence”

Quando perguntados sobre planos para o futuro, os jovens entrevistados tiveram certa dificuldade em responder de pronto. Muitas das vezes a frase “o futuro a Deus pertence” foi a primeira resposta à pergunta, revelando mais uma vez uma certa omissão desses jovens no que se refere a tomada de decisão. Quando foram discutidas as justificativas para o ingresso no tráfico de drogas, foram vistas respostas que em sua maioria estavam carregadas de uma certa passividade no processo. Da mesma forma, o futuro desses jovens não pareceu muito certo para eles mesmos. Os objetivos a conquistar muitas vezes se apresentaram como um fruto inexorável do desenvolvimento da vida, como ter filhos e netos.

Alguns colocaram que a sua principal preocupação era construir ou solidificar sua família, dentro de uma casa, se possível própria, e com certo conforto. Os filhos sempre aparecem nessas imagens construídas pelos jovens, o que contribuiu para desempenharem o papel central no que se refere ao lado afetivo do jovem. Como visto anteriormente, os filhos exerceram um papel determinante em alguns casos para a saída do tráfico de drogas. Os filhos foram motivos da mudança do rumo da vida e sua felicidade é o horizonte a ser conquistado por esses jovens. Dar aos filhos o que não se teve na vida pareceu ser o grande objetivo da vida. Nesses filhos se projetaram as esperanças do futuro.

Como forma de conquistar esse futuro estável para os filhos, o trabalho formal apareceu como um dos meios. Mas ele não se apresentou de forma concreta. Os jovens ansiavam por um emprego que pagasse bem, mas que não exigisse qualificação nenhuma. A grande maioria dos jovens não possuíam uma profissão e isso apareceu como uma questão central para alguns deles. Sem uma profissão, os jovens tendiam a aceitar qualquer trabalho, mesmo que fosse para ganhar um salário mínimo. A questão maior aqui foram as seguranças que uma “carteira assinada” ofereceria, ou deveria oferecer.

Assim, perguntamos se eles pensavam em se especializar depois da conclusão dos estudos, cursar uma faculdade ou algo do tipo. Esse tipo de alternativa pareceu muito distante desses jovens. Apenas um dos jovens nos disse direta e objetivamente que queria cursar uma determinada faculdade para ter uma profissão. Os outros que acreditaram ser a faculdade um caminho possível a se seguir, não apresentaram um curso específico com o qual se identificassem, acreditando que só o fato de ter um diploma já seria suficiente:

JOVEM 28: É bom estudar, universidade, o diploma, pô, é alguma coisa.

ENTREVISTADOR: Te ocorre alguma coisa, algum curso que te interessaria mais?

JOVEM 28: Nunca me imaginei assim, em curso nenhum, entendeu, mas só ter um diploma de faculdade já é alguma coisa.

Da mesma forma que a “carteira assinada”, o diploma parece exercer um papel de legitimação, dando ao jovem maiores chances de se encaixar no mercado de trabalho formal. Apesar disso, a grande maioria não pensava em fazer faculdade e tinha dificuldade em se imaginar conseguindo o diploma do ensino médio. A educação não foi vista no futuro desses jovens.

A permanente confrontação com momentos de risco iminente de vida, quando no tráfico, talvez tenha tido, nesses jovens, um efeito anestésico no que se refere a imaginar o futuro. No confronto cotidiano com a possibilidade da morte, seja sua própria ou de amigos, não parece ser tão

relevante pensar no futuro. Assim, os planos de ter uma família e casa foram a resposta imediata e padrão quando perguntados acerca do futuro. O diploma e a carteira de trabalho assinada foram as coisas mais palpáveis que se poderia alcançar, mas mesmo assim se apresentaram de forma tímida na fala dos entrevistados. Nos pareceu que esses jovens acreditavam que não havia muito o que se podia fazer, deixando a cargo de Deus a preocupação com o futuro.

## **Mini-bios: trajetórias em direção a um sentido**

### **JOVEM 01**

Possuía 24 anos na data da entrevista. Perdeu sua mãe aos 14 anos de idade e não conheceu seu pai, por isso foi criado por sua avó, e com quem mora até hoje. Começou a realizar pequenos trabalhos para ganhar dinheiro e ajudar em casa desde os 6 anos de idade, sempre na Maré. Nesse tempo, começou a realizar furtos armado na cidade, alguns por conta própria, outros por incentivo dos traficantes locais, que diziam a ele o que queria que ele trouxesse para dentro da favela. Começou a usar drogas aos 16 anos, iniciando com a loló, incluindo posteriormente a maconha. O início do consumo de drogas se explica pela sua entrada no tráfico aos 15 anos de idade. No tráfico, exerceu as funções de Soldado e terminou sendo vapor, mas nunca deixou de realizar os furtos. Foi preso duas vezes antes do Projeto por praticar furtos e roubos e durante o Projeto estava usando tornozeleira eletrônica, se entregando a justiça posteriormente para cumprir mais uma pena. Permaneceu preso por 7 meses, regressando ao Projeto ao final desse período. Trabalhou de estoquista em uma rede de supermercados por longo período. Terminou os 18 meses de projeto e segue fora do tráfico de drogas, possui 1 filho e não é casado.

### **JOVEM 40**

Na época da entrevista possuía 32 anos. Teve uma infância com carências em Nova Iguaçu. Seu pai trabalhava no Jockey Club e sua mãe era empregada doméstica. Eles permanecem casados até hoje. Tiveram 3 filhos, sendo o JOVEM 40 o irmão do meio. Passaram por diversos bairros durante a vida, por conta de remoções, incêndios e despejos. Aos 13 anos começou a se interessar pelos bailes funk e com o convívio com traficantes nessas festas passou a roubar armado e posteriormente ingressar no tráfico. Começou a usar drogas aos 14 anos e deixou a escola aos 15, chegou a ficar 6 meses no Padre Severino nesse período da vida. Já no tráfico, realizava operações organizadas e em grupo para roubar carros de casas de câmbio e outros alvos previamente escolhidos. Dos 18 anos em que permaneceu no tráfico, o maior intervalo foi de 3 anos. Chegou aos altos cargos hierárquicos dentro do tráfico, sendo muito cobiçado pela polícia. Em uma operação policial foi ferido, torturado, ameaçado e extorquido. Depois desse evento, foi convidado pelo chefe local do tráfico a ser responsável por todas as bocas de uma das favelas do Complexo da Maré. Com a ocupação da Maré pelo exército, passou a ter perdas no faturamento, aliado a um maior controle do território pelas forças militares, o que o levou a largar o tráfico. Com o dinheiro que ganhou nos anos em que esteve no tráfico, pode adquirir diversos imóveis, dentro e fora da Maré, mas mesmo assim pensa em trabalhar para ter uma ocupação. Possui 2 filhos e permanece casado.

### JOVEM 03

Possuía 29 anos no dia da entrevista. Viveu toda sua infância em São Paulo, onde foi criado por pais adotivos. Com 17 anos começou a praticar roubos, traficar e usar drogas e com a mesma idade deixou de estudar. Sua mãe adotiva o obrigava a cuidar de seus outros filhos para poder trabalhar, e assim o JOVEM 03 teve que deixar a escola após diversas faltas. Ainda menor de idade assassinou um vigilante com quem teve uma discussão. Aos 12 anos foi preso na FEBEM, fugindo posteriormente e aos 19 anos ingressou no sistema penitenciário de São Paulo. Perdeu sua companheira, que estava grávida, acometida de enfermidade, levando-o a deixar São Paulo em direção ao Rio de Janeiro. Sua motivação de ir morar no Rio era a violência, dessa forma seria mais fácil dele matar e também ser morto. O primeiro lugar que conheceu no Rio foi a Maré, aonde conseguiu uma casa para morar e uma ocupação: o tráfico de drogas. Esteve presente em diversas operações policiais, mas nunca sofreu ferimentos. Posteriormente, por conta de um desentendimento com o tráfico local, teve que sair da Maré, morando na rua por um período, depois se mudou para uma ocupação e por fim conseguiu se estabelecer no Morro da Coroa, onde morava até o dia da entrevista. Nesse novo bairro conheceu e casou com uma mulher que possuía um filho de outra relação, a quem o JOVEM 03 acolheu. Na época da entrevista, estava trabalhando informalmente, confeccionando calendários customizados e vendendo-os no centro do Rio.

### JOVEM 53

Possuía 18 anos quando foi entrevistado. Nascido e criado na Maré. Presenciou vários episódios de violência doméstica envolvendo seus pais. Viu seus irmãos entrarem para o tráfico quando tinha 8 anos de idade. Entrou para o tráfico aos 13 e deixou a escola com 14 anos. Diz que sempre foi envolvido e que quem o colocou mais perto do tráfico foi o seu pai, que prestava serviços para os traficantes locais. Nunca foi preso, apenas apreendido portando maconha. Além de atuar no tráfico, realizava pequenos e grandes roubos, sozinho ou em grupo. Um dos seus irmãos se viciou em crack e o outro foi morto por policiais em operação. Sua irmã nunca se envolveu com o tráfico nem com drogas e hoje mora fora da favela. Retornou ao tráfico poucos meses após a entrevista.

### JOVEM 28

Na época da entrevista possuía 23 anos. Passou a primeira fase da vida morando com a mãe na casa dos patrões dela, em um bairro nobre do Rio de Janeiro, permanecendo lá até os 14 anos. Nessa época sua mãe comprou uma casa na Maré, a partir de então o JOVEM 28 passou a dividir seu tempo entre na Maré e no trabalho de sua mãe. O período em que foi morar com seu pai foi difícil, pois o mesmo era muito rígido por conta do convívio com militares. Nesse período seus pais já tinham se separado e constituído outras famílias. Terminou o ensino fundamental e tentou iniciar o ensino médio, mas acabou se envolvendo no tráfico aos 17 anos. Aos 15 anos já fazia uso de drogas. Ficou trocando de casas por um longo tempo e no último período em que esteve na casa da sua mãe ela o expulsou de casa. Trabalhou no tráfico como vapor por muito

tempo, vindo posteriormente a ocupar o cargo de soldado. Além do tráfico, praticava roubos esporádicos, e em um desses roubos foi preso por dois anos. Quando saiu da prisão retornou ao tráfico e passou a gozar de maior prestígio dentro do tráfico, por conta do período em que foi privado de liberdade. Entrou para o Projeto, mas sua mãe o expulsou de casa novamente, o que o fez retornar ao tráfico em outra favela do Rio. Durante esse tempo, passou a participar de muitos confrontos, tanto com grupos rivais quanto com policiais, o que o fez sair do tráfico novamente. Foi morar na Baixada Fluminense, em uma casa que sua mãe possuía. Mesmo estando lá, continuava indo ao Projeto todos os dias, para participar das aulas. Tinha planos de terminar o ensino médio, constituir família e terminar de construir sua casa na Baixada. Um desentendimento com um vizinho culminou no seu assassinato, na metade de 2015. Não chegou a concluir os 18 meses de Projeto nem o ensino médio.

#### JOVEM 42

Possuía 26 anos quando foi entrevistado. Seu pai era traficante na Maré e foi morto no dia em que o JOVEM 42 completara 10 anos de idade. Com 15 anos começou a usar drogas e com 16 saiu da escola, ainda no ensino fundamental. Entrou para o tráfico com 16 anos e concomitantemente praticava roubos a carros na cidade. No tráfico, participou de diversos conflitos, tanto com facções rivais quanto com policiais. Chegou a sair do tráfico duas vezes antes de entrar no Projeto. Teve um filho quando estava fora do tráfico, mas por conta das necessidades de criar a criança, acabou retornando. Foi chamado por um amigo a participar do Projeto, e assim deixou o tráfico e completou os 18 meses do Projeto. Hoje é casado e tem uma filha.

#### JOVEM 07

Na época da entrevista possuía 28 anos. Perdeu a mãe com 13 anos de idade e o pai com 21. Nasceu e foi criado na Maré e não passou por problemas financeiros durante a infância. Começou a se interessar pelo tráfico por conta das amizades que possuía na escola. Aos 12 saiu da escola e começou a usar drogas. Começou a prestar serviços para o tráfico na mesma época, para conseguir o dinheiro para consumir a droga, em seguida passou a ser olheiro. Sofreu tortura policial na presença da esposa, sendo hospitalizado posteriormente, carrega as marcas dos ferimentos até hoje. Quando retornou para casa passou a receber um auxílio do tráfico por conta da sua condição debilitada. Assumiu um filho da antiga esposa e com ela teve mais um menino. Hoje em dia está solteiro. Conheceu o Projeto por intermédio de outro jovem participante com quem trabalhou no tráfico anteriormente. Trabalhou por muito tempo em um posto de gasolina, chegando a chefiar um grupo de funcionários. Hoje está em outro trabalho, terminou os 18 meses do Projeto e continua estudando.

#### JOVEM 09

Possuía 27 anos quando foi entrevistado. Sua mãe teve 11 filhos de pais diferentes, e os criou dentro da Maré. Com 10 anos já praticava roubos e furtos na zona sul da cidade. Com 12

anos foi apreendido e levado para um centro de reclusão de jovens infratores, e posteriormente ingressou outras vezes no sistema penitenciário. Um dos irmãos mais velhos era envolvido com o tráfico e foi morto quando o jovem 9 ainda era criança. Quando mais velho passou a roubar carros encomendados pelos traficantes locais. Com 17 anos, enquanto estava praticando roubos no Maracanã, foi alvejado na perna por um policial. Relatou que já utilizou a maioria das drogas oferecidas na favela, até crack, tendo iniciado o uso de drogas aos 12 anos. No tráfico só trabalhou como contador das finanças do tráfico local, nunca tendo vendido drogas, ou andado armado cotidianamente. Fazia também a intermediação entre os traficantes do atacado para fornecer a droga para as bocas da favela. Possui dois filhos com mulheres diferentes, mas não vive com nenhuma das duas. Não teve dificuldade para sair do tráfico, mantendo até hoje um relacionamento amistoso com os traficantes locais. Mudou-se algumas vezes de casa durante o Projeto, mas sempre manteve um relacionamento próximo com a Maré. Trabalhou por muito tempo no serviço de moto táxi da região, passando a operar seu próprio negócio posteriormente.

#### JOVEM 48

Possuía 22 anos na data da entrevista. Nasceu e foi criado na Maré. Não conheceu o pai, que faleceu, e logo que nasceu, sua mãe o entregou para uma tia que o criou. Com essa tia, teve uma vida tranquila e sem muitas privações. Relatou que sofria violência física por parte do seu padrasto na infância, e afirmou que por conta disso entrou para o tráfico. Durante o tempo que ficou na escola, cabulava aula para ir com amigos aos shoppings próximos, ou para a zona sul. Deixou a escola com 14 anos e começou a usar drogas com 17, com a mesma idade entrou para o tráfico. Começou trabalhando de olheiro, depois virou vapor, soldado e terminou sendo gerente da maconha. Saiu do tráfico uma vez, mas por poucos meses. Assim que entrou para o tráfico seu relacionamento com o padrasto mudou, passando a ser respeitosa. Em um confronto com policiais foi alvejado por estilhaços de projétil, mas relatou que não temeu pela sua vida. Sua madrasta nunca aceitou o dinheiro vindo do tráfico, nem mesmo seu padrasto. Quando o exército ocupou a Maré, perdeu uma boa quantidade de dinheiro e drogas, o que o fez tomar a decisão de sair do tráfico. Hoje é casado e mora com sua esposa e seu filho. Trabalhou em alguns lugares durante o projeto e estava cursando o ensino médio.

#### JOVEM 50

O JOVEM 50 possuía 26 anos no dia da entrevista. Seus pais se separaram quando tinha 4 anos de idade, sendo criado pelo pai desde então. Quando tinha 16 anos seu pai se mudou da Maré e deixou ele e seus irmãos sozinhos em casa. Trabalhou por muitos anos em uma padaria na zona sul da cidade e nesse meio tempo teve um filho com a mulher com quem vive até hoje. Se envolveu no tráfico com 23 anos, já tendo tido experiências com drogas desde os 16 anos, mesma idade com que deixou a escola. Trabalhou como soldado no tráfico, tendo participado de diversos confrontos com a polícia e com traficantes de outras facções. Decidiu sair do tráfico quando o exército começou a ocupar a Maré, pois viu diversos conhecidos do tráfico sendo presos pelos militares. Teve diversos trabalhos de carteira assinada durante o Projeto, permanecendo empregado até o momento da entrevista.

#### JOVEM 19

Possuía 29 anos quando foi entrevistado. Nasceu e foi criado na Maré por pai e mãe. Aos 16 anos resolveu sair de casa para viver por conta própria, quando conheceu uma mulher com quem passou a viver. Com 17 anos começou a usar drogas e com 18 entrou para o tráfico, na mesma época deixou a escola. Em diversos momentos deixou o tráfico para realizar pequenos serviços informais, como de entrega ou de serviços gerais. Nesse período teve uma filha com a mulher com quem vivia. Passou a ter privações materiais e por isso voltou a se envolver no tráfico. Nesse novo período, enfrentou uma ação policial que quase o vitimou: a polícia entrou na favela quando ele e mais um parceiro estavam dirigindo uma moto. A polícia alvejou o veículo, sendo ele atingido. Conseguiu fugir por conta da ajuda de moradores da região. Ficou hospitalizado e precisou de cuidados médicos por muito tempo, por isso recebeu auxílio dos traficantes locais nesse período de enfermidade. Depois de ter seu auxílio cortado sem aviso, decidiu deixar de vez o tráfico de drogas, não regressando até a data da entrevista. Conseguiu um emprego de entregador em um supermercado na zona sul e permanecia lá até o momento da entrevista.

#### JOVEM 20

Foi entrevistado quando tinha 22 anos de idade. Foi morar na Maré aos 3 anos de idade, quando sua mãe se mudou para lá. Teve um relacionamento complicado com o sistema educacional, não conseguindo permanecer por muito tempo em uma escola. Na infância já fugia de casa e da escola, recebendo castigos severos de sua mãe. Conheceu seu pai com 12 anos de idade. Começou a usar drogas aos 8 anos de idade e com 9 anos ingressou no tráfico de drogas. Teve participação em diversos roubos a residências, a automóveis e a transeuntes. No tráfico, ocupou quase todas as posições hierárquicas, terminando como soldado. Nunca trabalhou para além das atividades do tráfico. Ficou um grande período fora do Projeto, quando trabalhou em diversos empregos informais. Poucos meses após a entrevista foi relatado que o mesmo tinha regressado para o tráfico de drogas.

#### JOVEM 21

Possuía 35 anos quando foi entrevistado. Mora na Maré desde o nascimento. Seus pais estão juntos desde o seu nascimento. Algumas vezes passava temporadas na casa da avó materna, por conta de privações que os seus pais passavam durante sua infância. Presenciou diversas cenas de violência doméstica durante a infância. Durante a adolescência trabalhou como staff de uma banda gospel, viajando pelo país em turnê. Teve um filho quando tinha 16 anos com a mulher com quem morou por 10 anos. O seu irmão mais novo já passou 5 vezes pelo sistema prisional, e um outro irmão foi morto pelos traficantes da facção rival. Com a morte, foi levado a ingressar no tráfico com o intuito de se vingar da pessoa que assassinou seu irmão. Passou a praticar roubos a carro durante o tempo que esteve no tráfico como soldado. Começou a praticar capoeira no Luta pela Paz e com isso teve conhecimento do Projeto. Teve problemas durante o Projeto para conseguir emprego e se sustentar após o período de recebimento da bolsa. Depois de 4 meses de formado no Projeto, voltou a trabalhar no tráfico de drogas.



## 8. Discussão de Resultados: descrição dos elementos básicos do projeto, indicadores de desempenho e resultados finais. Fluxo

A seguir vamos descrever e analisar os elementos estruturantes do projeto e discutir aspectos de seu desenvolvimento e seus resultados. Neste capítulo vamos apresentar os resultados “finais” do projeto e propor formas de interpretá-los (número de ingressos, número de jovens trabalhando, número de jovens estudando, número de jovens mantidos fora das redes de tráfico, tempo de análise etc.).

Como afirmamos anteriormente, os elementos estruturantes do projeto foram:

- Recrutamento, identificação do perfil e estabelecimento de um contrato assinado entre o candidato a ser apoiado e a organização LPP.
- Bolsa no valor de aproximadamente um salário mínimo pelo período inicial de três meses, enquanto o jovem se prepara para ingressar no mercado de trabalho formal, com a condição de participação em atividades do projeto em tempo integral durante esse período.
- Apoio para a regularização de documentação, busca de emprego, treinamento para entrevistas e plano de carreira profissional.
- Bolsa de estudos no valor de aproximadamente meio salário durante os cursos supletivos (educação formal) do primeiro e segundo graus, oferecidos pelo próprio Luta Pela Paz. As aulas estão previstas para ocorrer à noite, supõe-se que nesse período os jovens estarão trabalhando em tempo integral durante o dia.
- Cesta de alimentos entregue à família mensalmente.
- Apoio oferecido por equipe de assistentes sociais e psicólogos. Assistentes sociais fazem visitas domiciliares regulares às famílias e a psicóloga, além de fazer e encaminhar atendimentos individuais. Além destes, foi mantida uma atividade grupal regular denominada Traçando Rumos.
- Atividades extracurriculares e lúdicas como passeios, visitas e viagens e especialmente oferta de um ambiente de grupo propiciado pelo projeto (peer group - relação entre pares).
- Indicação de um(a) mentor(a) que acompanhará o jovem do início ao fim do projeto mantendo contatos em caráter individual e pessoal e em horário integral (dentro e fora das atividades coletivas, incluindo noites e fins de semana).

**Ingresso no projeto: ritual, contrato e identidade.** Em geral, no começo, os jovens se aproximaram do projeto por meio de mentores que comunicavam a existência da oportunidade para indivíduos trabalhando na rede de tráfico local. Em seguida, as indicações chegavam pelos próprios jovens que divulgavam no grupo a veracidade da existência do projeto (um dos

entrevistados disse: “lá na boca o pessoal nem acreditava que isso existia”) em uma técnica do tipo bola de neve. Estava prevista a assinatura de um contrato explicitando os direitos do participante e o compromisso de se engajar nas atividades obrigatórias do projeto e o compromisso estrito de manter-se afastado de qualquer atividade na rede de tráfico de drogas. O momento da assinatura do contrato era ritualizado e algumas vezes o próprio diretor executivo da LPP conversava com o candidato. Não analisamos o contrato e não sabemos se ele foi utilizado em todos os casos. Alguns jovens mencionaram o instrumento em entrevistas de profundidade e ele parece ter tipo importância, pelo menos em alguns casos. Uma vez ingressados no programa os jovens passavam a frequentar a organização em horário integral (no começo com aulas, filmes, rodas de conversa, entrevistas e planejamento de ações para regularização da documentação, treinamento para entrevistas e nos raros casos em que havia pendências judiciais, havia previsão de apoio jurídico). A partir desse momento também havia a previsão de recebimento de um apoio financeiro no valor próximo do salário mínimo no final de um mês.

Um dos processos que acompanhamos e que vale destacar, pois possivelmente surgirá em todos os projetos que vierem a ser replicados, é a questão da nova identidade desse jovem. Até ontem ele estava trabalhando nas redes de tráfico e de hoje em diante está no projeto da ONG. Num episódio que nós avaliadores apelidamos de ***o drama dos crachás***, sucessivas vezes os jovens comentaram conosco que estavam ansiosos pelo crachá do Projeto da LPP. Depois de um tempo começaram a reclamar que o prometido crachá nunca ficava pronto e que eles precisavam muito do crachá para mostrar em abordagens policiais, em casa, para a família conseguir acreditar etc. Nós, observadores externos, não conseguíamos entender a dificuldade de confeccionar crachás e distribuí-los para jovens que tinham feito a dura decisão de abandonar as carreiras no crime. Quando fomos questionar a coordenação, veio a resposta: a organização pensou melhor e verificou que crachás da LPP poderiam ser usados ilegalmente como “salvo conduto” para jovens que continuavam no tráfico, poderiam ser objeto de roubo, troca etc. e ao mesmo tempo daria aos jovens do projeto uma condição (“ser do projeto”) que na verdade eles teriam que conquistar mês a mês.

Efetivamente, depois soubemos que a “camisa” com a logomarca da LPP, no passado, já tinha sido usada por pessoas que queriam escapar da polícia, que queriam provar à família uma condição que não existia, ou mesmo que a camisa da LPP já tinha sido “vista” sendo usada por jovens que estavam em plena operação nas bocas de fumo. No final, as cautelas com a credibilidade e a legitimidade do projeto nos pareceram adequadas. E efetivamente um crachá – que seria “usado” como se fosse uma carteira de trabalho – era uma decisão arriscada que a prudência aconselhou rever. **O episódio serviu também para mostrar a avaliadores externos que para liderar um projeto de desengajamento de carreiras criminais é preciso ser experiente, enraizado na comunidade, conhecer os múltiplos e inesperados repertórios dos jovens e sobretudo ser profissional.** Essa situação se repetiu outras vezes durante os meses de avaliação: às vezes ouvíamos demandas dos jovens, achávamos razoáveis e adequadas, não entendíamos a razão da coordenação não as atender, e mais tarde descobríamos que havia razões consistentes. Ou que pelo menos havia outros lados da mesma história.

**Recompensa financeira.** Muitos projetos no mundo de reintegração de egressos de grupos armados são baseados em recompensa financeira. Um deles, desenvolvido em Medellín num período inicial do desarmamento das favelas, previa o pagamento de US\$300 mensais a jovens que entregassem seus fuzis. Em pouco tempo muitos jovens estavam sem os fuzis, recebendo \$300 e envolvidos em grupos de *cicários* que usavam facas. Os dispositivos usados em projetos sociais para evitar esse tipo de situação são as chamadas “condicionalidades” que também são usadas em projetos de apoio à saída da pobreza (como o Bolsa Família, por exemplo). Um outro dispositivo é a previsão de um prazo de encerramento do pecúlio, isto é, uma porta de saída. Os dois recursos foram usados claramente por LPP. Em primeiro lugar, organização tomou a decisão de nomear o pecúlio do **bolsa**. A expressão nos pareceu adequada pois pressupõe a ideia de que o recebimento do valor depende de o jovem estar seguindo algo relacionado aos estudos (no Brasil bolsa está frequentemente associada a bolsa de estudos). Também supõe que o valor será pago por um tempo definido.

Como já dissemos, o jovem recebia três meses de um valor aproximado ao salário mínimo (SM) e um valor de aproximadamente meio SM nos meses subsequente até o 18º. mês. Esse ciclo completo foi chamado de Projeto 18.

Somados, os valores dos 18 meses são bastante expressivos em termos de custos em projetos sociais. A pergunta é: se é verdade que apoio financeiro é fundamental para permitir que jovens iniciem processos sustentados de desengajamento de grupos criminais, seria possível desenvolver projetos similares – com a mesma metodologia de apoio integral – sem esses valores? Ou ao menos com valores menores?

Nunca ouvimos dos jovens qualquer menção de que esses valores seriam “baixos”. Ao contrário, os valores pareceram suficientemente atrativos para permitir que houvesse uma demanda espontânea pelo projeto, independentemente da chegada da UPP à Maré, ou seja, num contexto em que as bocas de fumo continuavam a funcionar.<sup>23</sup>

Ouvimos, sim, reclamações e ressentimentos pelo fato de que a bolsa tinha acabado (pois os participantes tinham se formado no projeto e chegado ao 18º. mês de apoio) e alguns jovens não se sentiam preparados para viver sem o apoio financeiro naqueles primeiros meses sem a bolsa, a despeito de que a ideia do “Projeto 18” foi explicada e reiterada desde o primeiro mês.<sup>24</sup>

Nos parece que sim, seria possível testar o modelo com bolsas de valores menores – mas mantendo as condicionalidades e o prazo de encerramento do apoio – desde que os outros elementos do projeto fossem mantidos, especialmente a lógica de mentor.

Um comentário final sobre o conceito da bolsa (mas que não pode ser testado pois na experiência que avaliamos não houve divulgação da existência do programa) é sobre a “reputação” dos apoios financeiros a pessoas associadas a carreiras criminais. Com certeza, a ideia de que um programa de reintegração prevê o pagamento de quantia financeira mensal facilmente se tornaria alvo de

---

<sup>23</sup> A ocupação do Exército, no momento inicial, poder ter contribuído para aumentar a demanda. Mas em pouco tempo as bocas de fumo passaram a operar em condições de “semi normalidade”.

<sup>24</sup> Nessas queixas, possivelmente havia também uma demanda afetiva e uma dificuldade natural de se desligar de toda segurança que o projeto propiciava, ou pelo menos dava a sensação de propiciar, juntamente com a falta real do recurso financeiro que entrava invariavelmente todo mês.

expressões tipo “bolsa bandido” e outras similares, pelo menos por parte da mídia sensacionalista e de programas policiais, por parte de conservadores e talvez por parte de profissionais de segurança do local. Nossa impressão é que será inevitável e necessário enfrentar esse estigma. E de certa forma será necessário entender e acolher esse tipo de crítica. Nesse caso, a melhor defesa parece ser exatamente as condicionalidades e o tempo previamente definido até a “formatura”. Ou seja, a ideia de que os jovens recebem em troca de um trabalho duro de revisão de suas vidas e reorientação de rumos, até o momento em que se encontrem preparados para seguir sozinhos como qualquer outro jovem.

Por último, os pagamentos eram feitos por cheque, pelos mentores. Observamos que algumas vezes, mesmo que tenha sido raramente, essa dinâmica poderia induzir à criação de situações delicadas na relação de poder, de administração do tempo etc. entre jovens e mentores. Seria ideal, talvez, ainda que não seja de fácil execução, que os pagamentos se dessem por cartões bancários tipo Bolsa Família.

## **Apoio integral - Áreas de Emprego, Ensino, Assistência Jurídica, Social e Psicológica**

### **Área de Empregabilidade**

Um dos objetivos do Projeto Especial é permitir que os jovens saiam das carreiras criminais de forma sustentada e para isso têm que iniciar processo de trabalho e emprego capaz de substituir os ganhos que tinham no mundo do crime. Dessa forma, uma série de providências estavam previstas e foram desenvolvidas. A primeira relacionada a documentação. Muitos jovens já tinham vários documentos e alguns já tinham trabalhado no passado com carteira assinada. Diversos não tinham título de eleitor, que teve que ser providenciado, exceto quando havia pendências na situação judicial do jovem (casos em que não tinham concluído período de liberdade condicional, por exemplo). O documento mais problemático foi o Certificado de Reservista (CR), pois a maioria dos jovens não se apresentou às FFAA aos 18 anos. Houve alguns casos em que o obstáculo não pode ser superado até o encerramento desta avaliação. A coordenação do projeto tentou caminhos de relação direta com representantes do Exército (aproveitando a presença da Força de Pacificação e a abertura que alguns poucos comandantes concederam às ONGs locais). Mas nenhum caminho tinha sido concluído com sucesso até dezembro de 2015, apesar das tentativas. Resta mencionar que nas entrevistas em profundidade alguns jovens situavam o problema do CR como uma razão ou espécie de justificativa para não terem até o momento conseguido se estabilizar em empregos.

A busca de empregos para colocação desses jovens foi ativa e efetiva. Vários foram encaminhados. Um dos aspectos polêmicos desse campo é sobre dizer ou não ao potencial empregador que o candidato é egresso das redes de drogas. A coordenadora da área disse:

Quem escreveu o projeto disse que o Luta pela Paz tinha parceria com mais de 40 empresas, e é verdade, a empregabilidade tem essas parcerias, mas não foi dito que a gente trabalhava também com pessoas que eram egressas do sistema prisional ou

que tinham trabalhado com o tráfico. Minha opinião é que não se deve dizer que estamos encaminhando essas pessoas, pois o estigma é grande e nossa experiência onde souberam que os jovens tinham passado pelo tráfico foi muito ruim<sup>25</sup>. Mas alguns empregadores fazem levantamento de antecedentes criminais, então não mando quem tem passagem para essas vagas. Algumas empresas não fazem a pergunta. E nós não falamos. Mas não mentimos. Se alguém perguntar, nós informamos. Se falássemos previamente, acho que não teríamos encaminhado nem metade dos jovens que encaminhamos.

Outro aspecto que suscitou debates dentro do projeto foi a oposição entre emprego com carteira assinada e outros tipos de emprego ou empreendedorismo. Isso já foi discutido no capítulo anterior sobre Histórias de vida. No início a coordenação tinha uma exigência de que todos trabalhassem em empregos formais. Vários jovens, que preferiam trabalhar em empregos informais dentro da Maré, pois ganhavam mais que um SM, não tinham que sair da Maré, ou recebiam por semana ou por dia (por exemplo, como mototaxistas) defenderam a ideia de que empregos informais eram tão bons e respeitáveis que os formais. Na verdade, o projeto “capturou” o debate sobre mudanças radicais nas estruturas de emprego no mundo e no Brasil nesse início de século e em parte a coordenação foi convencida por esses argumentos<sup>26</sup>.

Outra atividade era preparação para emprego, com técnicas e dinâmicas que incluíam treinamento para entrevistas e sobretudo reflexão sobre o mundo do trabalho. Por exemplo, uma das dinâmicas era colocar num quadro dividido ao meio trabalho formal, trabalho informal e identificar as diferenças, as vantagens e desvantagens de cada um. Em pouco tempo os jovens diziam: “mas isso o tráfico também tinha” (por exemplo, “seguro desemprego” quando alguém se fere e continua recebendo da boca de fumo). E a partir daí se estabelecia um debate sobre as condições de trabalho no tráfico e os jovens concluíam por eles próprios como eram explorados (com hierarquias injustas, escalas de trabalho desumanas e castigos desproporcionais e bárbaros).

Entre as atividades desenvolvidas na área de empregabilidade foi testado, no final do período avaliado, estava um mergulho de duas semanas, fora da Maré (na sede da Glória) que além de dinâmicas, palestras e debates, tinha música, filme, passeio, atividades individuais e coletivas. A iniciativa parece ter tido efeito muitíssimo positivo. Talvez a razão seja porque, afinal, a dimensão mais forte, ainda que não a única, que os jovens precisam rever, é sua condição de trabalho e emprego, antes nas redes do tráfico, agora em redes formais ou mesmo informais, mas não ligadas à reprodução direta da violência armada.

A área de empregabilidade informou que ao longo dos dois anos e meio encaminhou 36 jovens para empregos. Efetivamente, nas conversas com jovens e observações do dia a dia do projeto os encaminhamentos eram foco constante de conversas. A proporção de encaminhamentos de 36 jovens em 53 que ingressaram é extraordinária.

---

<sup>25</sup> Refere-se ao caso de uma empresa onde dois jovens do projeto estavam empregados e iam muito bem, já tendo inclusive sido promovidos. Um funcionário reconheceu os dois da Maré e perguntou se eles estiveram no tráfico, eles disseram que sim. No dia seguinte foram demitidos.

<sup>26</sup> Há muita literatura sobre esse tema. As que mais se associam com nossas preocupações aqui, podem ser consultas em Telles, Vera da Silva e Hirata, Daniel Veloso. (2007). Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. Estudos Avançados, 21(61), 173-191

## **Área de ensino**

Recebemos a informação da coordenação da Luta Pela Paz de que ao longo de dois anos e meio 45 jovens voltaram a estudar e 18 teriam “concluído os estudos”.

Efetivamente, o que acompanhamos no dia a dia do projeto era que aulas eram oferecidas constantemente, pois a organização mantém uma estrutura de ensino para atender outros projetos da ONG, como o Novos Caminhos. Dessa forma, uma estrutura com salas, aulas e professores foi realmente mantida e oferecida. Mas nas entrevistas e na observação participante durante todos os meses, só fazíamos confirmar como o “mundo dos estudos” exerce tão pouca atração para esses jovens, em marcado contraste com “o mundo do trabalho”. Observamos também que muitos jovens apareciam à noite no projeto sem, contudo, participarem das aulas. Ficavam por ali, conversavam com os mentores, o coordenador, resolviam algumas coisas, conversavam e socializavam entre eles, mas não entravam nas salas nem acompanhavam as aulas ou os cursos.

E não pudemos entrevistar pessoas do setor que cuidava da área de ensino do projeto, diferente de todas as demais áreas, fazendo um acompanhamento direto e entrevistas com os coordenadores, pois aparentemente essa área da organização entrou em crise durante o projeto e não proporcionou o encaminhamento para as provas e subsequente obtenção do certificado de conclusão para nenhum jovem do projeto.<sup>27</sup>

Segundo a avaliação da própria coordenação do projeto, esse setor não funcionou corretamente no Projeto Especial e uma das ideias, numa eventual replicação da experiência é o foco em cursos técnicos, muito demandados pelos próprios jovens.

## **Área de Serviço Social**

O setor com certeza é um dos mais ativos e nevrálgicos do projeto. Funcionou na base de não apenas atender as demandas que chegavam – e essas eram muitas – mas também por uma estratégia de busca ativa, com visitas domiciliares permanentes às famílias dos jovens, na média de duas a três visitas por semana. Nessas visitas são identificados alguns problemas e o encaminhamento de soluções para problemas que eventualmente podem ser resolvidos no próprio setor público. Por exemplo, não foram poucas as vezes em que nas visitas se identificava a condição de extrema carência de mães, avós ou mesmo esposas dos jovens e estas eram encaminhadas para o CRAS para realização do Cadastro Único e concessão de auxílio tipo Bols Famílias, que essas pessoas não sabiam a que tinham direito.

Outro tema constante do serviço social foi o dos jovens que faziam uso problemático de drogas. Além dos casos extremos (um ou dois casos em 53) em que o uso abusivo das drogas chegou a inviabilizar a permanência do jovem no projeto, ou mesmo na própria Maré, por causa de dívidas

---

<sup>27</sup> O único jovem do projeto que teria conseguido concluir o Ensino Médio graças aos cursos oferecidos pela LPP, e que foi entrevistado por nós, aparentemente continuava sem o certificado até dezembro de 2015.

e comportamentos não aceitos pelos chefes do tráfico, houve também alguns casos border-lines, em que a família ou os mentores ou os professores percebiam que o jovem estava sucessivamente tendo crises de uso excessivo (em geral combinando maconha e loló ou maconha e álcool e eventualmente crack), a assistente social era chamada. Uma das soluções era trabalhar na perspectiva de redução de danos e encaminhá-los para atendimento no CAPS-AD (Centro de Atendimento Psico Social especializado em Álcool e Drogas). Esse tipo de atendimento rápido permitiu que alguns jovens que quase chegaram a sair do projeto por causa de usos problemático de drogas retornassem e alguns deles estão até hoje trabalhando fora das redes criminais.

Outro tema do serviço social foram as visitas a jovens que estiveram presos durante algum tempo quando estavam ligados ao projeto (total de oito casos). Em várias dessas histórias foi o acompanhamento, solidariedade e apoio recebidos pelos jovens e suas famílias os responsáveis para que eles voltassem para o projeto quando saíram da prisão – e não voltassem para a rede de venda de drogas.

Uma tradição da ONG LPP é apoiar as famílias mais necessitadas dos vários projetos que desenvolvem na Maré com cestas básicas, isto é, gêneros alimentícios como arroz, feijão, açúcar óleo etc. As cestas são montadas pelos próprios supermercados fornecedores e entregues na entidade. No caso do Projeto Especial a decisão tomada foi de distribuir cestas para todas as famílias sem exceção.

As visitas domiciliares também ajudaram a antecipar movimentos dos jovens em direção ao possível abandono do projeto antes que mentores percebessem. Em mais de uma ocasião a assistente social foi chamada por uma avó ou uma mãe que começavam a identificar que o jovem estava mudando os horários, os comportamentos e o humor e poderiam estar voltando para o tráfico. Essas intervenções antecipadas da equipe e da família em articulação foram fundamentais para permitir que jovens permanecessem no projeto e longe do tráfico, onde estavam até o momento final da observação que realizamos.

A assistente social realizava visitas domiciliares em parceria com a psicóloga e eventualmente, quando necessário, com os mentores. Representou um apoio para própria equipe, que recorria a ela – mentores, professores, psicóloga e pessoal da área jurídica – quando percebiam eu um acompanhamento mais próximo da família do jovem era necessário.

Estimando uma média de três ações por semana, incluindo as visitas a presídios e a hospitais, quando os jovens estavam internados, o serviço social realizou 360 visitas.

## **Área de Psicologia**

Um outro diferencial do Projeto Especial foi a inauguração de uma área específica de psicologia, que ao longo dos meses fez não apenas o trabalho clássico da área psi, atendimentos individuais quando surgiram demandas, o que ocorreu poucas vezes, como seria de se esperar, mas também grupos reflexivos com os jovens, mentores e outras pessoas da equipe técnica. Esses grupos foram chamados de Oficina da Palavra no início e depois foram remodelados e passaram a ter o nome de Traçando Caminhos. Esse encontro era mensal ou quinzenal.

O setor de psicologia pareceu estar sempre atento à ideia de que a própria equipe de um projeto como este precisa de “atendimento” no sentido criar espaços para que todos possam lidar com as ansiedades relativas às tensões iminentes e permanentes (medo de que os jovens abandonem o projeto; culpa, raiva e frustração quando um ex-participante é visto carregando uma arma na boca de fumo; desespero quando um jovem liga dez vezes no mesmo dia pedindo algo impossível; indignação quando um participante reclama que não tem emprego e falta a todas as entrevistas de trabalho etc.). Difícil imaginar um ambiente em que as conversas sobre as dificuldades do próprio trabalho sejam mais necessárias.

Dessa forma, há claras indicações da necessidade desse setor em projetos desse tipo – e essa recomendação deveria ser feita em caso de replicação da experiência – pois a área acaba favorecendo a existência de espaços para trocas, conversas e mesmo intercâmbio de experiências. Acompanhando projetos sociais sabemos que essas conversas não surgem naturalmente. Pelo contrário, o tempo passa, e em geral quanto maior a tensão, dificuldades e ansiedades, maior é o isolamento de cada profissional, pressionado por resolver os problemas da sua área. Foi muito interessante observar que o espaço da “psicologia” acabou sendo um espaço importante para o surgimento de “reivindicações”, expressões de “não ditos” etc. Tanto por parte dos jovens como por parte da equipe técnica e coordenação.

Ao final dos 30 meses, a área estimou o atendimento de 37 pessoas e a realização de 75 reuniões do Traçando Caminhos.

### **Apoio Jurídico**

Houve previsão de oferta de apoio para os jovens que precisassem de suporte jurídico. Segundo a coordenadora do setor, as demandas eram acompanhamento à vara, ao Fórum, ou ao atendimento inicial na Defensoria.

Em entrevista realizada em maio de 2015, estiva-se em aproximadamente 10 o número de atendimentos jurídicos no projeto: “não acho o número muito alto não, porque aí dentro desse universo de 10, você tem aqueles que estão em fase de finalização, só aguardando para tirar baixa, outros com sentença, já condenados, mas em recurso, outros aguardando para ter a sentença; então, dentro desse número aí, você tem uma divisão aí, início de processo, meio, fim e encerramento”.

Esse setor é essencial em qualquer projeto de acompanhamento de pessoas que estão se afastando de carreiras criminais e podem ter sido condenadas ou processadas. Como se sabe, ter um apoio jurídico cuidadoso faz toda a diferença nos prazos e resultados das tramitações criminais.

### **Ser mentor é...**

A frente mais importante do pacote de apoios oferecido pelo projeto é o acompanhamento individual por mentores. Como veremos, não necessariamente cada jovem tem apenas um mentor



num esquema “um a um” binário. Mas cada jovem é acompanhado individualmente, no sentido de que ele não é visto como equivalente ao resto do grupo, para quem seriam ofertadas as mesmas oportunidades. De fato, o que temos verificado nos inúmeros projetos de “ofertas” de ensino e emprego para jovens de favelas é que muitas instituições que operam baseadas em certezas sobre “o que os jovens precisam”, acabam oferecendo cursos e treinamentos que na prática são subutilizados ou ficam vazios, pois os jovens não se inscrevem ou se inscrevem e não comparecem. Fizemos uma discussão sobre “*matching*” oferta e demanda nas favelas em Henriques e Ramos (2010).

Dessa forma, não é incomum que aulas de esportes oferecidas em Vilas Olímpicas próximas às favelas estejam esvaziadas, que os cursos de manicure, garçom ou estoquista oferecidos por entidades tipo Sesc não tenham suas vagas preenchidas etc. De pouco adianta pendurar um cartaz ou distribuir avisos, porque o jovem que se deseja atingir está desmotivado, não vê futuro naquilo ou então dorme até o meio dia. É diferente se alguém se aproxima com um projeto integral, perspectiva para os próximos 18 meses e faz planos junto com o jovem, estabelece etapas e as vai acompanhando e apoiando uma a uma. É essa a lógica de mentor: o apoio individualizado caso a caso e a caminhada em parceria, num processo que reconhece as dificuldades daquela fase de transição e sinaliza para o próprio jovem que por um período ele receberá um apoio especial e suplementar ao apoio que qualquer jovem precisa.

No Projeto Especial o esquema com os mentores funcionou de duas formas e assim pudemos acompanhar dois estilos de mentoria distintos: no início a equipe de mentores era composta por: duas senhoras, uma delas assistente social, ambas bastante conhecidas na Maré e com grande legitimidade dentro da organização; o terceiro mentor era um jovem que tinha sido ele próprio “formado” na organização, pois tinha trabalhado ali desde a fundação da LPP e tinha também grande legitimidade; um quarto mentor era um homem de meia idade, experiente nas relações comunitárias dentro a Maré, mas sem familiaridade com a organização. Todos eram moradores da Maré. Por uma série de razões esse arranjo falhou diversas vezes, inclusive na sua relação com a coordenação no projeto, que também era feita por uma pessoa de fora da Maré. Em outras palavras, não foi possível criar uma unidade de trabalho nem entre mentores nem entre mentores e coordenação.

Um segundo arranjo foi testado e funcionou bastante bem: os quatro mentores eram do sexo masculino e jovens ou relativamente jovens (idades 31, 32 e 35 anos). Três eram professores e tinham diploma universitário. O quarto era muito experiente no trabalho com jovens na Maré com grande legitimidade dentro da organização. Três eram nascidos e criados na Maré e moravam lá no momento do projeto. Um morava fora da Maré, mas dava aulas na comunidade há muitos anos, portanto conhecia bem o território. Nesse segundo modelo o coordenador do projeto também era uma liderança da Maré ligada a ações de ensino, com nível universitário, nascido e criado na comunidade.

Seria possível afirmar que o primeiro estilo se inclinava mais para um modelo de mentor bastante conhecido que explora os laços de paternidade, com profissionais de outra geração, com trajetórias de vida que podem ter sido próximas dos jovens no passado, mas que atualmente não

se confundem com elas.<sup>28</sup> O segundo estilo explora mais os laços de fraternidade (e também de disputa), com mentores de faixas etárias próximas às dos jovens, nascidos e criados no mesmo espaço, que vivem na comunidade e que também tem questões parecidas em relação ao futuro. Nenhum dos mentores tinha tido carreiras criminais ou relações diretas com o mundo do crime. Talvez por esse conjunto de razões tanto mentores quanto jovens se referiram aos mentores como “irmãos mais velhos”. As semelhanças entre o perfil dos mentores e do coordenador permitiu estabelecer um espírito de equipe bastante evidente e que parece ter sido importante para os rumos que o trabalho tomou.

Em síntese, depois de alguns meses de avaliação, observamos que deixou de haver uma relação estrita e única entre um mentor e um jovem. Observamos, ao perguntar sobre um jovem numa reunião de avaliação regular entre nossa equipe e os mentores, que não havia um “responsável exclusivo” pelo jovem. Na prática, os jovens tinham um mentor de referência mas procuravam ou eram encaminhados para outros mentores em determinados casos. Todos os jovens poderiam encontrar todos os mentores ou nas aulas à noite ou em reuniões do projeto. Portanto havia uma movimentação na relação mentores e jovens. Como os mentores disseram em uma atividade de avaliação com nossa equipe, esse modelo tem vantagens e desvantagens, uma das desvantagens é que os jovens tendem a manipular mais as relações: “fulano disse isso; sicrano disse que hoje ia conseguir; beltrano é que é legal, porque outro dia me levou de moto até lá”. Outra desvantagem, talvez, é o menor controle sobre cada jovem. Uma vantagem é que os mentores dividem entre si alguns “fardos”, que são os jovens mais difíceis, carentes ou agressivos; ou os momentos muito difíceis por que passam alguns jovens. Em média, cada mentor ficou responsável por 10 jovens, com até 40 jovens sendo acompanhados simultaneamente. Embora cansativo, isso nos pareceu totalmente exequível, ao menos nesse esquema de forte apoio da coordenação e diálogo constante entre os mentores e o resto da equipe do Projeto Especial.

Um dos mentores disse: “nós, mentores, não estamos fora do grupo, nós fazemos parte do grupo, então, por isso que tem essa... é tudo misturado, a gente está dentro”. Isso permitiu também que os mentores criassem fortes laços de solidariedade e apoio entre eles.

O trabalho é duro. Ouvimos dos mentores: “A gente é mentor 24 horas por dia. Eu sou mentor no WhatsApp 24 horas por dia, a gente acaba trabalhando a 1h00 da manhã”. Explicaram que eles operam com três grupos no WhatsApp: um que reúne os jovens e os mentores; outro só os mentores e o coordenador e outro formado por toda a equipe do Projeto Especial.

Na prática, os mentores avaliam de forma sofisticada “sinais” que não aparecem nas avaliações quantitativas: “faltou nas últimas 4 aulas”; “está bebendo antes de chegar à reunião”; “brigou com a namorada”; “ficou furioso porque foi parado pela polícia”; “pediu dinheiro emprestado” etc. A partir dessas observações fazem intervenções preventivas. Há momentos delicados que eles têm que passar juntos.

Perguntamos aos mentores: o que é ser mentor? Disseram: “mentor tem que ser espelho” Outro disse: “mentor é o SAC: chegam todas as reclamações”. Então pedimos que eles colocassem no papel as muitas possibilidades e versões sobre o que é ser mentor. Os resultados entregues por

---

<sup>28</sup> Em vários projetos conhecidos e famosos no mundo os mentores são padres ou pastores.

três mentores foram tão inspiradores para a recuperação de histórias dos dois anos de avaliação e para qualquer treinamento, que não resistimos e selecionamos algumas frases abaixo (as frases completas encontram-se no Anexo 4).

### Ser mentor é...

Mentor 1	Mentor 2	Mentor 3
Ser amigo	Ficar na fila do banco, todo mês, com o jovem inseguro	Receber ligações domingo de manhã de um aluno querendo falar com outro mentor
Ser psicólogo	Ser motoboy, mototaxi, office-boy e despachante	Parar num sábado de madrugada numa rodinha de baseado (sem fumar, é claro) para conversar com um aluno que precisa de um ombro
Estar sempre pronto para ajudar, mesmo sabendo que não podemos ajudar	Ser um pacificador, um inspirador	Pegar uma chuva pesada para entregar um encaminhamento de trabalho que era para o dia seguinte e esse aluno não ir à entrevista
Atender o telefone de madrugada, no meio do sono	Ser consultor financeiro	Ser o único numa sala acreditando que o aluno é inocente quando racionalmente ele não é
É não saber o que realmente faz o mentor	Mostrar que o céu é o limite	Deixar de lado os medos de transitar numa comunidade demarcada
Ser mentor é não aceitar o insucesso, mesmo quando este insiste em te vencer	Acreditar na transformação radical	Ir várias a um órgão público regularizar documentos dos alunos mesmo quando não se tem paciência para tirar os próprios documentos
É ser chato	Estar aberto ao diálogo 24 horas por dia	Jogar futebol mesmo quando não se leva jeito
É ser às vezes inconveniente	Ter coragem e paciência quando o conflito armado é uma realidade	Separar uma briga e não hesitar na hora de relatar o fato
É reconhecer as carências e desejos, que em muitos casos emocionam.	Ser psicólogo	Carregar 23 cestas básicas nas costas e ficar uma semana com o braço doendo
É ser pai ou mãe, mesmo quando o filho é mais velho que você	Não ter medo de andar nas bocas de fumo	Esperar, cansar e voltar dia seguinte para esperar novamente o aluno que não vem aos encontros marcados
É ser chofer	Não julgar os jovens pelo seu passado.	Acompanhar um marmanjo no posto de saúde
É ser amigo de quem um dia queríamos manter distância	Tratá-los com seriedade e respeito sempre	Conversar sobre assuntos para os quais os jovens já têm a “verdade absoluta”: sexualidade, segurança, direitos, deveres e drogas
É ver alguém como humano quando a sociedade o vê como animal	Ser pontual	Entrar num quartel da Vila Militar para dar entrada no certificado de reservista de um jovem
Ser mentor é ser professor e aluno	Não fazer falsas promessas	Procurar o local de trabalho de um jovem e descobrir que ele não foi pois estava com “dor de dente”
É sentir que uma família te vê como uma esperança	Saber a hora certa da cobrança	Dar mais de cinco encaminhamentos de emprego para o jovem em menos de um mês e ele não ir a nenhum
É sentir que podemos recuperar pessoas para a sociedade	Falar a verdade sempre, por pior que esta seja	Ser mentor é ser amigo
É aprender a cada dia como trabalhar	Ser um guia turístico no Rio de Janeiro	Dar as más notícias
É descobrir o que é ser mentor	Não ter medo de andar com os jovens.	Visitar um jovem em casa e deixar um bilhete na porta

## Ligar, desligar, religar

Como dissemos, há o momento de ligação do participante a partir da assinatura de um contrato. Os termos e condições de pertencimento do Projeto Especial estão delineados nesse documento, que vem assinado por ambas as partes, a instituição e o candidato. Há previsão de contrapartidas e cláusulas sobre desligamentos. Ao longo de nossa avaliação houve casos de desligamentos unilaterais do projeto. Ou seja, o jovem foi desligado pela coordenação a partir do conhecimento de que ocorreu uma falta grave (por exemplo, o participante foi visto em atividade nas redes de venda de drogas; ou confirmou-se que um jovem estava recebendo ajuda de advogados pagos pela facção; ou o jovem foi flagrado em uma atividade de roubo e foi preso por isto; ou o jovem não tinha condições de seguir devido ao uso abusivo de drogas etc.). Nesses casos houve uma ação de desligamento. Houve situações em que os jovens se desligaram voluntariamente, outros em que procuraram a coordenação e disseram que iriam sair e ainda houve casos em que participantes se entregaram à Justiça para cumprir uma sentença que estava pendente por um processo anterior à decisão de ingressar no projeto. Estas resumem as situações de abandono ou desistência ou desligamento do Projeto Especial.

Mas os fluxos de cada trajetória, como veremos abaixo, levaram a que, em algumas situações (no total de 10 casos entre os 53 acompanhados) houvesse um **religamento** ao Projeto Especial. Isto ocorreu em dois casos em que o jovem foi preso para cumprir pena anterior e foi acompanhado por assistente social na prisão e ao sair da prisão foi religado ao Projeto. Ocorreu também em outro caso de prisão de um participante que ao sair pediu para voltar. Em seis casos os jovens se desligaram do projeto por diferentes razões (mas não porque voltaram para as atividades nas redes de drogas) e pediram para voltar. Em um caso, o jovem saiu do projeto, passou dois meses no tráfico, foi religado, passou mais quatro meses no projeto e depois foi assassinado (fora da Maré e fora do contexto do tráfico). Dos 10 casos em que houve religamento, seis se formaram no Projeto e continuavam trabalhando fora das redes de drogas ao final dos 30 meses.

A criação da situação do “**religar**” nos pareceu conceitualmente adequada. Pois ela coincide com as trajetórias errantes e inconstantes de alguns indivíduos, que embora não consigam desenhar uma linha reta de desengajamento da carreira criminal, têm potencial para continuar sendo apoiados nesses esforços. Mas não nos parece que a decisão sobre conceder o “religar” num determinado caso e não conceder em outro é fácil ou trivial. Essa tomada de decisão parece quase sempre envolver uma dose não desprezível de subjetividade, parcialidade e aposta; e pode parecer aos que estão de fora como “protecionismo” em alguns casos e “inflexibilidade” em outros. Porque diante do coletivo do projeto pode parecer “um peso e duas medidas”, o religar possivelmente deveria ser usado com parcimônia e eventualmente passar por algum tipo de ritual (por exemplo, análise formal num conselho e não apenas a decisão do mentor, coordenador, diretor da ONG etc.)

## Os Resultados

O que fizemos até aqui foi descrever e discutir elementos de processo (ou de desempenho) do Projeto Especial. Como se sabe, um projeto pode ter problemas de desempenho e de resultados. E pode ter bons indicadores de desempenho (ter prometido e oferecido em quantidade e qualidade os serviços previstos) e ter maus resultados (não ter alcançado as metas previstas no próprio projeto). Pode ocorrer também, mais raramente, que os resultados sejam positivos e que os indicadores de desempenho sejam fracos.

No caso particular do Projeto Especial é preciso conhecer os resultados, porém contextualizá-los, e principalmente sugerir as várias formas de interpretá-los.

### **Em relação ao contexto em que o projeto se realizou:**

1. É necessário levar em conta o contexto de crises de segurança em que o projeto foi desenvolvido. Em uma das crises (tentativa de invasão da ADA nos bairros comandados pelo Terceiro Comando) nada menos do que oito jovens se desligaram voluntariamente do projeto no período de um mês;

2. Não há indicadores possíveis de comparação com outros programas e projetos. Nenhum programa foi desenvolvido com jovens de favelas cariocas engajados em redes de drogas que, tendo sido mantidos dentro de suas comunidades, tenham recebido apoios combinados para criarem alternativas sustentáveis de se manterem fora das redes. Se houve alguma experiência similar, não foi avaliada. Esta é a primeira avaliação publicada sobre um projeto nesse campo.

3. Outros indicadores que poderiam ser pensados como aproximações em relação ao projeto têm defeitos graves. Um deles seria a taxa de reincidência prisional de jovens no Rio e no Brasil. O tema da reincidência é complexo e há maneiras distintas de medi-lo que afetam enormemente os resultados (se é reincidência criminal, penal ou prisional; se o detento está voltando pelo mesmo crime, por exemplo porque descumpriu regras da condicional, ou por outro etc.). Além disso, a reincidência prisional capta apenas as pessoas que cometeram crimes e que foram apanhadas, julgadas e condenadas. No caso do Projeto Especial, não é possível usar a taxa de jovens que foram presos e condenados depois da entrada no Projeto (esta seria ridiculamente baixa). Quando verificamos se depois de X meses os jovens continuavam engajados em atividades de trabalho fora das redes de tráfico, significa que o Projeto tem sistemas de monitoramento de cada jovem que nenhum cálculo desenvolvido a partir do sistema penitenciário ou do sistema judiciário tem. E que ele capta não só o cometimento de crimes, mas a ambiência a que o jovem está exposto, medindo assim as condições potenciais do cometimento de novos crimes. Algumas vezes no Brasil fala-se em algo em torno de 70% de reincidência, mas não acreditamos que esse parâmetro deve ser levado em conta.

4. O perfil dos jovens atendidos pelo Projeto Especial tem vastas semelhanças com o perfil das crianças e adolescentes no tráfico, como mostra a literatura baseada em alguma pesquisa empírica no Rio de Janeiro (Dowdney, 2003; Observatório de Favelas, 2009; Ramos, 2009 etc.) mas tem uma característica peculiar: pelo fato de o projeto ter conseguido atrair indivíduos que participavam da alta hierarquia das duas facções da Maré, ele reuniu uma parcela não desprezível de jovens com mais de 25 anos (45% dos jovens entrevistados para o Baseline). Pelo menos oito

participantes do Projeto tinham mais de 30 anos quando entraram. Se o pertencimento às hierarquias mais altas da rede de drogas, o que inclui gerentes e chefes, tende a ser um preditor de dificuldades adicionais dentro do projeto, pois esses indivíduos tendem a sofrer mais pressões para voltar para as atividades anteriores, por outro lado, as faixas de idade mais altas tendem a favorecer a desistência do crime segundo consenso na literatura internacional (veja Laub e Sampson, 2003; Piquero, Farington e Blumstein, 2007; Morgan e Newburn, 2012). Mas olhando os oito jovens com mais de 30 anos que nós acompanhamos, apenas quatro se mantinham ocupados em atividades fora da rede de drogas dois anos e meio depois do início do projeto, mostrando que o preditor da faixa etária alta funcionou escassamente nessa experiência. Necessário mencionar que dois desses indivíduos com mais de 30 anos pertenciam àquele grupo que abandonou o projeto quando da ameaça de invasão pela ADA na Maré.

5. Finalmente, a despeito de não haver avaliações de projetos com jovens, há um estudo longitudinal importante realizado em 34 favelas da cidade, entre abril de 2004 e maio de 2006, que acompanhou 230 crianças e adolescentes engajados em atividades nas redes de drogas (Observatório de Favelas, 2009). Nesse estudo há dois parâmetros que podem ser tomados como referência de possíveis dinâmicas “naturais” dos jovens em redes de tráfico – fora do contexto de um projeto de apoio para interromper essas carreiras. Em seis meses, 10% de 152 jovens entrevistados mês a mês estavam mortos. Depois de dois anos, os mortos tinham sido 45, totalizando 20% do conjunto dos 230 jovens estudados. Eles também observaram que após seis meses 20% dos jovens tinham se afastado naturalmente do tráfico (inativos), quase 30% não tinham sido encontrados, 10% mortos e apenas 40% continuavam nas mesmas redes dentro das mesmas favelas, isto é, permaneciam no tráfico. Sob qualquer um desses parâmetros os resultados do Projeto Especial são extraordinários, com nenhum morto nos primeiros seis meses, e menos de 4% de jovens mortos em dois anos e meio. E com 79% de jovens mantidos fora do tráfico depois de 6 meses e 50% depois de 30 meses, contra os 20% que teriam feito uma saída “natural” nos primeiros 6 meses da pesquisa do Observatório. Mencionamos esses parâmetros apenas pela seriedade desse estudo longitudinal e ele dialogar de alguma maneira com o Projeto Especial. Mas não acreditamos de forma alguma que os resultados da pesquisa do Observatório e o projeto de LPP possam ou devam ser comparados.

**Em relação às formas de interpretar os resultados finais.** Um panorama geral dos resultados tomando o mês de dezembro de 2015 como linha final, encontra-se na imagem que segue. Denominamos o quadro de “fluxo” exatamente para enfatizar a lógica de processo – e não de ponto de conversão – que caracteriza as trajetórias de carreiras criminais, especialmente de carreiras de jovens nas gangues de drogas nas favelas cariocas e os percursos tipo ziguezague. O fluxo resultou de uma metodologia de acompanhamento de projetos, atualizada cuidadosamente mês a mês numa planilha excel, que depois formou um banco de dados que dialoga com todas as demais informações quantitativas do projeto. O método que testamos funcionou e recomendamos que seja adotado como técnica de acompanhamento em demais projetos a serem replicados.

Quando olhamos o fluxo, a multiplicação de cores salta aos olhos. Em vez de: verde, entrada; azul formatura e vermelho abandono, em escalas contínuas, temos um fluxo de cores, com diversas situações intermediárias (saída, religar, reentrada, prisão, religar etc.). A ideia de fluxo também expressa a noção de que a situação final, em dezembro de 2015, não é necessariamente um “resultado final do projeto”, pois jovens que estavam trabalhando fora das redes de drogas na ocasião podem voltar para elas; outros que tinham abandonado o projeto e retomado suas carreiras nas redes podem voltar a se desligar delas (e muito provavelmente voltarão a pedir apoio para a LPP); os que foram presos podem sair e assim sucessivamente. O único ponto de congelamento do fluxo é a morte encontrada por dois participantes.

1. Uma forma de olhar o fluxo é escolher uma linha de corte de “entrada” no projeto e comparar os resultados com o que se apurou em dezembro de 2015. Por exemplo, usando o mês 1 de entrada em todos os casos ou tomando apenas os casos em que os jovens efetivamente participaram do projeto por 2 meses, 3 meses ou 6 meses, considerando que um jovem que entrou, ficou um só mês e saiu talvez não deva ser considerado um participante. Em nossa avaliação, qualquer linha de corte é legítima, desde que seja mencionada.

2. Outra forma de ler o fluxo é imaginar que manter-se fora das redes de drogas por um mês é uma vitória e tanto para jovens no tráfico e suas famílias. Manter-se fora por seis meses é uma razão de comemoração. Por um ano... e assim por diante. Os “resultados finais” do projeto avaliado não podem ser tomados de forma absoluta ou vistos como um “diagnóstico” do projeto, ou uma “taxa de sucesso”. Deve-se considerar que o quadro apresentado ao final do fluxo captura um momento específico da trajetória desses 53 jovens. Não se pode perder de vista que a avaliação poderia perfeitamente ter-se encerrado em 12 meses, em 18 meses, em 24 meses etc. São raras as experiências de acompanhamento de projetos com jovens que seguem por dois anos e meio, como a presente. Portanto é sempre necessário mencionar: depois de X meses do início do projeto X jovens estavam em tal situação.

3. Finalmente, cabe mencionar que LPP poderá continuar tentando acompanhar o percurso de vida dos 53 jovens que atraiu para um programa de desengajamento de carreiras no tráfico em 2013 e 2014 na favela da Maré. E então saberemos como seguiu a vida desses sujeitos depois de três anos, quatro anos, dez anos e assim por diante. E esse certamente será o maior estudo longitudinal de jovens em processo de desengajamento de carreiras de crime no tráfico de drogas que o Rio de Janeiro já viu.

4. Portanto, o que temos na planilha a seguir não é resultado, é fluxo. Em que o tempo da vida conta mais do que a posição num único tempo. Como dizem os autores do livro mais inspirador do campo de estudos sobre carreiras criminais e jovens, *Shared beginnings, divergent lives*: “Da nossa perspectiva, a desistência do crime é melhor vista como um processo realizado ao longo do tempo, e não como um evento único” (Laub e Sampson, 2003:278).







## 9. Conclusões e Recomendações

1. No Brasil 60 mil pessoas são assassinadas por ano. A maioria jovens, pobres, negros, moradores de favelas e periferias. Muitos são jovens do sexo masculino que iniciaram carreiras criminais e encontraram a morte violenta em conflitos frequentes e banais dentro das próprias gangues, ou entre grupos rivais ou com a polícia. Esta não é uma crise recente. Há mais de duas décadas o país está entre os dez mais violentos do mundo.

2. No centro desta crise estão as drogas e a decisão de autoridades de estabelecer uma guerra para combatê-las. As políticas de segurança centradas na perseguição dos vendedores de drogas nos bairros pobres têm consumido milhões para recolher fracassos ano após ano: as drogas chegam mais fáceis e baratas nas mãos dos jovens, as armas se tornaram epidêmicas e as polícias fazem incessantemente o que eles mesmos denominam criticamente de “enxugar gelo”.

3. Não haverá soluções sustentáveis para as altas taxas de letalidade e criminalidade juvenil se não rediscutirmos as condições que estabeleceram as lógicas de conflitos entre jovens engajados em grupos armados, entre facções do crime e entre jovens armados e policiais.

4. ONGs, grupos religiosos e organizações filantrópicas, assim como seus apoiadores nacionais e internacionais têm sido notáveis na atuação junto a jovens de periferia, especialmente a partir da década de 1990. Apesar da baixa tradição de avaliar os efeitos dessas ações, é difícil encontrar uma favela no Brasil em que não exista pelo menos um projeto voltado para “jovens em risco”. Em geral são projetos de prevenção envolvendo cultura, educação, esportes, profissionalização ou empreendedorismo, cujo foco é evitar que crianças e adolescentes se envolvam nas redes de violência e permitir que ampliem suas perspectivas existenciais. Mesmo sem contar os programas governamentais para a juventude – que têm sido inconstantes e descontínuos – as ONGs atingem milhares de jovens em cada cidade. É difícil imaginar o que seria das periferias do Brasil sem a atuação das ONGs e dos seus apoiadores.

5. O mesmo não tem acontecido com os jovens que já ingressaram nas redes de violência. São raros os programas com foco nos que iniciaram carreiras criminais. O grupo de jovens diretamente empregados nas redes de tráfico em favelas é pequeno comparativamente ao número de jovens que vivem nas favelas: não passam de poucas dezenas na maioria das comunidades, ou algumas poucas centenas nos grandes complexos, se contabilizarmos aqueles que estão engajados simultaneamente. Esses indivíduos não constituem um número inatingível; pelo contrário, são uma população diminuta que causa grandes problemas.

6. Mesmo durante os últimos sete anos em que um importante programa de desarmamento e redução da violência armada foi desenvolvido no Rio de Janeiro, com a implantação de 39 UPPs em 250 favelas, não verificamos a criação de projetos para jovens que participavam das gangues deslocadas desses territórios. Atualmente, em muitas dessas favelas, os grupos armados voltaram e estão pressionando ou mesmo colocando em risco os processos de desarmamento.

7. Os estudos internacionais, independentemente de seus matizes e das décadas em que foram realizados, são unânimes em constatar que jovens engajados em carreiras criminais – embora sejam uma parte surpreendentemente pequena dos jovens de periferia – constituem um

segmento caracterizado pela alta frequência de atos criminais, repetições de episódios de apreensões policiais quando são adolescentes e de prisões quando se tornam adultos, escalada e multiplicidade de modalidades criminais, alta reincidência de comportamentos de risco e de exposição a situações de violência. No caso brasileiro, temos que acrescentar a alta incidência de letalidade (cometida e sofrida). Expressões frequentes na literatura sociológica internacional para caracterizar os jovens com carreiras no crime são: vidas em ziguezague, persistentes, crônicos, insistentes e à deriva.

8. A organização Luta Pela Paz criou um projeto piloto focalizado nos jovens envolvidos nas redes de tráfico a partir de uma concepção integral de apoio à criação de alternativas sustentáveis de desengajamento da carreira criminal. Não foi um projeto focalizado em recompensa financeira, ou em escolaridade, ou em emprego, ou em saída do território, ou em conversão. Diversos elementos foram combinados criando uma metodologia precisa que permitiu sua avaliação e que pode ser replicada daqui para frente. A experiência foi testada com 53 jovens de diferentes bairros da Maré, oriundos de duas facções de venda de drogas, que manifestaram o desejo de se afastar das gangues. Desses, 42 participaram do projeto em atividades de estudo, trabalho e acompanhamento por um mentor por pelo menos seis meses; 25 por pelo menos um ano e 21 concluíram integralmente o processo previsto permanecendo 18 meses. Dois anos e meio depois do início do projeto, já sem bolsas e sem o apoio direto da equipe do projeto, pelo menos 26 jovens continuavam em atividades de emprego fora das redes de tráfico de drogas. Quatro estavam presos e dois tinham sido assassinados.

9. Consideramos os resultados excepcionais. Não temos parâmetros anteriores de projetos nem sequer semelhantes para comparação no Brasil e no Rio. Mas tomando as taxas de reincidência infracional e prisional, as taxas de letalidade grandemente concentradas entre jovens envolvidos nas redes de drogas e a observação das raras pesquisas longitudinais que acompanharam jovens do tráfico carioca por período maior que um ano, tanto os indicadores de processo como os resultados finais do projeto analisado surpreenderam. O Projeto Especial, a primeira experiência de desengajamento de jovens de carreiras criminais avaliada no Rio de Janeiro, cria um parâmetro bastante alto que deverá ser usado em futuras experiências, mesmo que não seja possível atingir os mesmos padrões em todas as comunidades.

10. Os elementos estruturantes do programa são: assinatura de um contrato entre o jovem e a organização com definições sobre regras, benefícios e sanções pela quebra do contrato; concessão de três meses de um valor próximo ao salário mínimo, correspondente ao tempo que o jovem organiza documentos, se prepara para o mercado de trabalho e frequenta em horário integral atividades do projeto; 15 meses de bolsa com valor próximo a meio salário mínimo. Em contrapartida há obrigatoriedade de frequência às aulas noturnas e expectativa de que o jovem esteja empregado no mercado de trabalho de dia; oferta de apoio de psicólogos, assistentes sociais e auxílio alimentação (cesta básica) para a família; apoio do grupo de pares, que se reúne nas aulas noturnas, em atividades extracurriculares e reuniões com a coordenação; acompanhamento permanente e individual por um mentor em tempo integral (incluindo noites e fins de semana). Em geral o mentor é um jovem morador da Maré com nível universitário ou um membro experiente da organização com legitimidade na comunidade. Dezoito meses após seu início, o apoio se encerra, prevendo assim uma porta de saída.

11. O programa foi concebido para ser desenvolvido no vácuo da retirada dos grupos armados do tráfico com a chegada das Unidades de Polícia de Pacificação. Durante os dois anos e meio em que acompanhamos a experiência, a UPP não chegou e ocorreram crises graves de segurança, com massacres policiais, ocupação pelas Forças Armadas, tentativa de invasão por facção de favelas de outro Complexo, saída das tropas do Exército até a situação atual em que o futuro próximo está indefinido. Essas dinâmicas criaram momentos extremos de tensão e crise, e chegaram a influenciar o afastamento de alguns participantes, mas serviram para testar a capacidade de manter o projeto íntegro mesmo em situações críticas de segurança.

12. O fato de que o projeto se realizou fora do contexto de chegada da UPP comprovou que existe demanda por esse tipo de programa em qualquer conjuntura do tráfico. Se mais vagas existissem, mais jovens teriam ingressado no projeto, mesmo com o tráfico operando a todo vapor. Outro aspecto é que o projeto foi testado em territórios dominados por duas facções diferentes e isso desmistificou a hipótese de que jovens egressos de um determinado comando seriam mais bem-sucedidos do que outro.

13. A escassez de pesquisas recentes com jovens em carreiras criminais dentro das favelas desautoriza a generalização do perfil dos jovens do Projeto Especial para o Rio de Janeiro, mas é provável que os indicadores verificados na Maré sejam semelhantes em várias favelas: quase 90% autodeclarados negros ou pardos, na maioria das vezes criados por pai e mãe ou pela mãe, registro marcante de abandono da vida escolar ainda no ensino fundamental, ingresso precoce na carreira criminal (apenas 13% entraram para o tráfico depois dos 20 anos), usuários de drogas na maioria não-problemáticos, com experiências anteriores de saída e volta ao tráfico (alguns com várias idas e vindas), quase todos com pelo menos uma experiência de trabalho fora da rede criminal.

14. No grupo analisado a exposição à violência e a consistência das carreiras no crime impressionam: 39% já sofreram ferimento por arma de fogo; mais da metade já foi presa pelo menos uma vez; 64% já pagaram propina à polícia; 75% presenciaram a morte de alguém; 75% sofreram violência policial; 82% participaram de confrontos armados com grupos rivais e 89% com a polícia; 98% presenciaram o espancamento de alguém. Trinta e quatro por cento dos jovens do projeto trabalhavam nas redes locais de drogas há mais de dez anos. Todos os jovens que participaram de entrevistas em profundidade revelaram ter mantido práticas de roubos e furtos ou antes ou simultaneamente ao engajamento nas gangues de drogas.

15. Esses indicadores de perfil confirmam o caráter de carreira à experiência no crime entre a maioria dos que desejam sair do tráfico. E nos obrigam a compreender que participantes de um projeto desse tipo iniciam um processo de desengajamento que poderá ir em linha reta ou em idas e vindas, sem que seja possível fazer cálculos preditivos – e nem mesmo cálculos retrospectivos, após dois anos e meio – acerca dos fatores que determinam as chances, o momento ou a razão final pela qual cada jovem irá, ou não, desistir efetivamente da carreira, deixar a “vida errada” e estabelecer alternativas sustentáveis a longo prazo “fora do mundo do crime”, como eles dizem.

16. Nossa avaliação acompanhando dezenas de trajetórias revelou que toda simplificação e idealização do tipo “eles só precisam de uma chance” ou “basta dar oportunidade” estão fadadas

ao fracasso. Perspectivas salvacionistas, mágicas ou míticas do tipo conversão do caminho errado para a vida certa (às vezes acionadas não só por grupos religiosos, mas por técnicos de ONGs e também pelos próprios jovens) que supõem que o processo de desengajamento se resume a apenas uma passagem, um liga-desliga, mais atrapalham do que ajudam. Na verdade, elas contribuem para criar abalos estruturais diante das primeiras frustrações. É preciso manter em mente que o mais provável é que não haverá desistência do crime sem apoio e que os próximos capítulos na biografia desses indivíduos seriam a prisão, a morte ou outra forma de incapacitação para o crime (por exemplo ferimentos graves).

17. Não é fácil afirmar com certeza quais elementos do Projeto Especial foram mais importantes na sua capacidade de atrair, fazer permanecer e inspirar futuros fora das carreiras criminais. Os valores monetários são importantes porque possibilitam aguentar o primeiro momento sem o dinheiro da boca de fumo. Assistentes sociais, psicólogos, professores e técnicos de plano de carreira criam apoios e novos repertórios. O grupo de jovens vivendo a mesma experiência (relação entre pares) é crucial para apoiar novos horizontes identitários. Quando perguntamos aos jovens, eles afirmam que tudo é importante. Em nossa avaliação, o fator diferencial do Projeto Especial é a estratégia de mentor. Esse é o elemento chave que em novas experiências não poderia ser dispensado.

18. Os mentores representam a ideia de acompanhamento um a um, fora da lógica do balcão (ofertas de empregos e cursos que às vezes ficam às moscas nas favelas). Mentores ajudam a aguentar as crises: convites para voltar para o tráfico, falta de dinheiro, brigas familiares, ameaças policiais, frustrações no trabalho, preguiça, medo, depressão. O mentor é “o irmão mais velho” com quem os jovens compartilham as dificuldades inevitáveis nesse processo. A lógica de mentor é semelhante às estratégias adotadas por famílias de classe média quando apoiam adolescentes problemáticos (judô, natação, psicólogo, reforço escolar, redução da mesada, férias na Disney).

19. Não é trivial entender por que uns entram para as redes de tráfico de drogas enquanto a maioria dos jovens segue outros caminhos. Por que, ao entrar para o tráfico, uns matam, se ferem, vão presos e quando soltos voltam para o crime. Alguns morrem, outros sobrevivem, saem do tráfico, mudam o rumo das suas vidas. Pergunte a um médico, ou a um psicólogo, sociólogo, por que ele ou ela escolheu aquela carreira e não outra, por que se casou ou não. Por que um garoto gosta de jogar futebol, outro prefere esportes radicais, ou fazer teatro. Por que tatua o corpo, por que é gordo ou magro, gay ou heterossexual. Provavelmente encontraremos a combinação complexa, sofisticada e quase sempre misteriosa de escolhas, coincidências e determinações formando a biografia de cada um. O projeto que avaliamos é uma experiência estruturada e bem-sucedida de apoio para mudar percursos biográficos que pareciam à deriva. Em nossa opinião, ele deve ser replicado.

## 10. Referências bibliográficas

- Athayde, Celso e Bill, MV. *Falcão, meninos do tráfico*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2006.
- Becker, Howard S. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.
- Crawford, Adam e Evans, Karen. Crime prevention and community safety. In Miguire, Mike; Morgan, Rod; Reiner, Robert (edits.). *The Oxford Handbook of Criminology*, Fifth Edition. Oxford University Press, 2012.
- Dowdney, Luke. *Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2003.
- Hirschi, Travis. *Causes of Delinquency*. Transaction Publishers, 2001.
- Lahire, Bernard. *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre, Artmed, 2004.
- Laub, John H e Sampson, Robert J. *Shared beginnings, divergent lives: delinquent boys to the age 70*. Harvard University Press, 2003.
- Loeber, Rolf e Farrington, David P. *From juvenile delinquency to adult crime: criminal careers, justice policy and prevention*. Oxford University Press, 2012.
- Machado da Silva, Luiz Antonio (org.). *Vida sob certo: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.
- Matza, David. *Delinquency and drift*. New Jersey, Transaction Publisher, 1990.
- McAra, Leslei e McVie, Susan. Critical debates in developmental and life-course criminology. In Miguire, Mike; Morgan, Rod; Reiner, Robert (edits.). *The Oxford Handbook of Criminology*, Fifth Edition. Oxford University Press, 2012.
- Mise, Michel. As ligações perigosas. Mercado ilegal, narcotráfico e violência no Rio de Janeiro. *Contemporaneidade e Educação*, Vol. II, no. 1, 1997.
- Morgan, Rod e Newburn, Tim. Youth crime and justice: rediscovering devolution, discretion and diversion? In Miguire, Mike; Morgan, Rod; Reiner, Robert (edits.). *The Oxford Handbook of Criminology*, Fifth Edition. Oxford University Press, 2012.
- Observatório de Favelas. Rotas de fugas: trajetórias de jovens na rede social do tráfico de drogas: caminhos. Observatório de Favelas e OIT, 2009.
- Piquero, Alex R.; Farrington, David P; Blumstein, Alfred. *Key issues in criminal career research: new analyses of the Cambridge Study in Delinquent Development*. Cambridge University Press, 2007.
- Ramos, Silvia e Musumeci Leonarda. *Elemento suspeito: abordagem policial e estereótipos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- Ramos, Silvia. Meninos do Rio: Jovens, violência armada e polícia nas favelas cariocas. Rio de Janeiro, *Boletim do CESeC* no. 13, ano 8, 2009.
- Ramos, Silvia. Violência e polícia: Três décadas de políticas de segurança no Rio de Janeiro. *Boletim do CESeC* no. 21, 2016.

Ramos, Silvia. Youth and the Police. *Boletim do CESeC* no. 12, ano 5, 2006

Rodriguez, Andréa. *Labirintos do tráfico: vidas, práticas e intervenções em busca de saídas positivas*. Rio de Janeiro, Sete Letras, 2013.

Sampson, Alice e Villela, Maria Rita. How young people peacefully challenge community norms embedded with violence in a Brazilian favela. *British Journal of Criminology*, Feb.2016.

Silva, Eliana Souza. *Testemunhos da Maré*. Rio de Janeiro, Editora Aeroplano, 2012.

Soares, Luiz Eduardo, MV Bill; Athayde, Celso. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2005.

Telles, Vera da Silva e Hirata, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, 21(61), 173-191, 2007.

Telles, Vera da Silva e Hirata, Daniel Veloso. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social*, 22(2), 39-59, 2010.

Zaluar, Alba. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In Vianna, Hermano (org.). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.